

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL

PAULO ROBERTO LUCCA

CERCA ADENTRO, CERCA AFORA
Gênero, memória e gestão entre fazendeiras de Mato Grosso do Sul

Campo Grande
2019

PAULO ROBERTO LUCCA

CERCA ADENTRO, CERCA AFORA
Gênero, memória e herança entre fazendeiras de Mato Grosso do Sul

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul como parte dos requisitos para a obtenção do grau de Mestre em Antropologia Social.

Orientador: Prof. Dr. Guilherme R. Passamani.

Campo Grande
2019

PAULO ROBERTO LUCCA

CERCA ADENTRO, CERCA AFORA
Gênero, memória e herança entre fazendeiras de Mato Grosso do Sul

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul como parte dos requisitos para a obtenção do grau de Mestre em Antropologia Social.

Orientador: Prof. Dr. Guilherme R. Passamani.

APROVADA EM: ___/___/_____.

BANCA EXAMINADORA

(Prof. Dr. Guilherme Rodrigues Passamani – UFMS)

(Profa. Dra. Guita Grin Debert – UNICAMP)

(Prof. Dr. Esmael Alves de Oliveira – UFGD)

Este trabalho é dedicado para minha mãe, que mesmo nas horas mais sombrias de sua vida em 2018, insistiu para que eu não desistisse da pesquisa. Ouvir dela o “quando você voltar, estarei melhor” e no retorno ter a promessa cumprida me ajudou a chegar até aqui.

Dedico ainda ao meu doce companheiro, cuja doce presença me fez acreditar que, por meios de incentivos e da boa crítica, os meus esforços valeriam a pena.

AGRADECIMENTOS

Não há como iniciar os agradecimentos sem pensar primeiramente no Professor Guilherme. Mestre e amigo, dispôs de todo o apoio que eu precisei, sem poupar esforços para garantir o meu sucesso na consecução deste estudo. Sou grato e orgulhoso pela oportunidade de ser seu orientando. *Eles passarão, eu Passamani.*

Às interlocutoras da minha pesquisa, em especial a Sra. Maala, que não somente garantiu a mim livre acesso ao seu universo de conhecimentos sobre a vida, o Pantanal e suas lidas, mas também assegurou que o trajeto fosse muito interessante e divertido.

Aos meus colegas do Mestrado Andrey, Carla e Pâmella, pelas noites frias regadas a Lévi-Strauss, pelas risadas, pelo afeto e pela troca de conhecimentos.

Aos meus professores e professoras do PPGAS, em especial o Dr. Álvaro Banducci Júnior, que tenho a sorte de conviver desde a minha graduação, no início dos anos 2000.

À Professora Dra. Guita e ao Professor Dr. Esmael, pela competência e afeto dedicados na avaliação do meu trabalho.

Aos meus amigos e amigas Zé, Pedro, Dú, Rô, Maria, Mauro, Tamara e Rebeca, pelo carinho, pelo incentivo ao meu projeto e pela diversão garantida em quase todos os finais de semana.

Às minhas colegas do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária em Mato Grosso do Sul, Malú, Regina, Elenice e Thaís.

RESUMO

A presente pesquisa buscou através do método etnográfico compreender os principais aspectos que contornam as vidas de mulheres fazendeiras que possuem propriedades rurais estabelecidas em Mato Grosso do Sul. Para tanto, utilizou relatos, entrevistas, pesquisas bibliográficas, pesquisas em sites e blogs, visitas em leilões de gado, além de diversas conversas com cinco interlocutoras. Os temas centrais abordados durante as entrevistas estavam relacionados à gênero, memória, sucessão patrimonial, envelhecimento e gestão. Os dados levantados permitiram adicionar à pesquisa uma breve incursão um complexo conjunto de eventos, encontros e leilões dedicados ao público feminino que atua diretamente no agronegócio. Entre as interlocutoras da pesquisa, observou-se que a partir das relações sociais de gênero - compreendidas como um conjunto de valores sociais articulados culturalmente pela nitidez das características femininas e masculinas – estas mulheres enfrentam dificuldades no que tange às resistências impostas pela hierarquização sexual experimentadas no ambiente corporativo do agronegócio como, por exemplo, na relação com funcionários das fazendas. Observou-se ainda que nesse mesmo contexto existem ainda os problemas derivados da sucessão patrimonial. Às mulheres – apesar da legislação garantir igualdade – cabem as parcelas de terras menos vantajosas do que as dos homens na partilha da herança. Entretanto, existem um conjunto de transformações em curso dentro do agronegócio que está ampliando a participação e o protagonismo feminino seja na gestão das propriedades rurais, seja nas outras atividades vinculadas ao mesmo agronegócio que demarcam as principais diferenças entre as fazendeiras jovens e idosas. o estudo sobre as fazendeiras composto pela minha rede de interlocutoras buscou compreender de que forma elementos tais quais gênero, memória, envelhecimento, sucessão e gestão se constituem como oportunidades ou dificuldades para as mulheres.

Palavras-chave: Gênero, fazendeiras, envelhecimento e sucessão.

ABSTRACT

The present research sought through the ethnographic method to understand the main aspects that surround the lives of women farmers who own rural properties established in Mato Grosso do Sul. For this purpose, she used reports, interviews, bibliographical researches, searches on websites and blogs, visits to auctions and several conversations with five interlocutors. The central themes addressed during the interviews were related to gender, memory, succession, patrimony, aging and management. The data collected allowed to add to the research a brief foray into a complex set of events, meetings and auctions dedicated to the female audience that acts directly in agribusiness. Among the interlocutors of the research, it was observed that from the social relations of gender - understood as a set of social values articulated culturally by the sharpness of the feminine and masculine characteristics - these women face difficulties with regard to the resistances imposed by the sexual hierarchy experienced in the corporate environment of the agribusiness, such as the relationship with farm employees. It was also observed that in this same context there are still the problems derived from succession to the estate. Women - despite the legislation guaranteeing equality - fit the parcels of land less advantageous than that of men in sharing the inheritance. However, there is a set of transformations taking place within the agribusiness that is increasing the participation and female role in the management of rural properties, or in other activities linked to the same agribusiness that demarcate the main differences between young and old farmers. the study of the fazendeiras composed of my network of interlocutors sought to understand how elements such as gender, memory, aging, succession and management constitute opportunities or difficulties for women.

Key words: Gender, farmer, aging and inheritance of property.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1 – Mapa da divisão do Pantanal em sub-regiões ou pantanais.....	54
Ilustração 2 – Maala nas lidas de sua fazenda	56
Ilustração 3 – Foto da vista aérea do Tatersal Antônio Martins de Matos	66
Ilustração 4 – Foto do panorama da parte interna do Tatersal Antônio Martins de Matos	67
Ilustração 5 – Foto do Mangueiro	69
Ilustração 6 – Foto do Catálogo do 11º Leilão da Fazenda Santa Tereza	70
Ilustração 7 – Foto do site do CNMA.....	78
Ilustração 8 – Gráfico Preconceito e Trabalho entre mulheres do agronegócio.....	82
Ilustração 9 – Folder de divulgação do Leilão de Gado de Corte Mulher BPW.....	84
Ilustração 10 – Gráfico sobre a Representação Feminina entre Entidades do Agronegócio....	85
Ilustração 11 – Gráfico sobre as mulheres que ocupam cargos de direção	85

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Cursos para lideranças femininas no agronegócio	79
Tabela 2 – Eventos, leilões e hastas	83

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
Trajetórias do campo.....	10
As mulheres e a gestão rural no Brasil	13
Mudança e tradição	15
Sobre a dificuldade de articular o conceito de “fazendeira”	16
Gênero e memória.....	19
1 AS FILHAS (SUL-MATO-GROSSEENSES) DE SALFAAD	24
1.1 Gênero, curso da vida e sucessão patrimonial	24
1.2 Os contos de Maala, Noa, Hegla, Melca e Tersa	30
2 DOIS METROS DE ALTURA POR UM DE LARGURA, O TRINTA E OITO SEGURA!: AS (HIPER)MASCULINIDADES COMO ESTRATÉGIA FEMININA PARA A GESTÃO RURAL	42
2.1 O Pantanal e as masculinidades femininas.....	42
2.2 O Planalto e as masculinidades.....	46
2.3 As “Diadorins” da Nhecolândia.....	53
3 GESTÃO RURAL E PROTAGONISMO FEMININO NO “AGRONEGÓCIO”	65
3.1 Entre criadoras e criaturas: uma manhã de leilões, cochichos e outros negócios ..	65
3.2 Protagonismo feminino no Agro: a hora e a vez delas	74
3.3 O “Ogro-negócio”	81
CONSIDERAÇÕES FINAIS	88
REFERÊNCIAS	93
APÊNDICE A – PERFIL DAS INTERLOCUTORAS	98
APÊNDICE B – PERFIL DO IMÓVEL RURAL E FORMA DE OBTENÇÃO	99
APÊNDICE C – ATIVIDADES PRODUTIVAS DESENVOLVIDAS NO IMÓVEL ...	100
APÊNDICE D – ENTIDADES REPRESENTATIVAS DO AGRONEGÓCIO	101
ANEXO 1 – IMPRENSA REPERCUTE O PERFIL DAS MINISTRAS DA AGRICULTURA	105

INTRODUÇÃO

Trajetórias do campo

Era dezesseis horas de uma tarde de sábado. Após sucessivas trocas de mensagens entre Maala¹ e eu, marcamos nosso encontro em sua casa. Ao chegar ao local, seus cinco cães me receberam com aparente hostilidade. Os latidos me deixaram mais nervoso do que estava. Levei comigo uma caderneta. Logo, imaginei o que Malinowski pensaria de mim ao me ver procurar nativos dentre os cidadãos. Qual seria sua reação ao saber que meus sujeitos de pesquisa falavam com fluência a minha língua? Como reagiria o pai da etnografia moderna ao saber que o meu “distante” ficava a dez minutos de minha casa?

Eis que surge Maala ralhando com os cachorros: *Sai daqui, Baronesa!*². *Você vai me derrubar, Negão!* Trajava uma camiseta de malha canelada com furinhos na cintura e uma bermuda jeans. Nos pés, uma sandália simples. Entre um xingamento e outro, ela se desculpou pelas vestimentas modestas e me pediu que entrasse. *Eles não mordem. Só fazem barulho mesmo*, ela disse. Assim que passei o portão, o vira-lata, com aparentemente trinta e cinco quilos, pulava em mim tentando lambeer meu rosto. Ri da situação e não demorou para que eu estivesse fazendo cafuné em todos. *Entra aqui em casa, Paulo. Eles estão fedidos.*

Maala foi a primeira produtora rural que contatei. Inicialmente pensava que, por trabalhar no Serviço de Cadastro Rural do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) em Mato Grosso do Sul³, poderia usar minha rotina como Analista em Reforma e Desenvolvimento Agrário a favor do conhecimento. Para cada fazendeira que entrava em nossa repartição e era por mim atendida, eu procurava estabelecer diálogos que poderiam me inspirar na busca de abordagens relevantes para o estudo desse grupo peculiar de mulheres.

De pequenas a grandes proprietárias de terras, algumas me chamavam bastante a atenção. Havia viúvas de fazendeiros às voltas com a “herança” deixada pelos maridos. *Só tô cuidando de pepino*, asseverou, com ar triste, uma senhora de uns cinquenta e poucos anos

¹ Todos os nomes das interlocutoras são fictícios com o fim ético de preservar a identidade, garantida por mim no termo de compromisso proposto.

² Todas as falas de minhas interlocutoras serão destacadas em itálico.

³ O Setor de Cadastro Rural do INCRA em Mato Grosso do Sul é um departamento da Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária da Superintendência Regional do estado. A equipe é composta por sete pessoas (incluindo eu), sendo três homens e quatro mulheres, todas/os da carreira de reforma e desenvolvimento agrário da Autarquia.

cujo esposo sucumbiu em um acidente automobilístico no interior do estado. *Meu marido confiou no agrônomo e agora eu tenho que resolver as coisas que ficaram pendentes*, reclamou para mim, também, uma inconformada senhora de cinquenta e poucos anos, que estava auxiliando o esposo na gestão da *papelada* das terras.

No entanto, havia algo comum às fazendeiras entrevistadas: a difícil missão de administrar suas propriedades rurais dentro de um meio, muitas vezes, hostil à presença feminina. Aparentemente, ignorando essas situações, vez ou outra algumas me revelavam que faziam grande esforço para manter as coisas em ordem e que tinham que se comportar sempre de modo desconfiado com aqueles que lhes prestavam serviço. *Tem que ficar velhaca viu, senão roda*, disse-me uma delas.

Durante o dia, apesar de existir um espaço exclusivo para atendimento e triagem de demandas de Cadastro Rural⁴ na Superintendência Regional do INCRA, é comum que os casos de maior complexidade sejam encaminhados ao suporte por parte de nossa equipe. Em média, realizamos aproximadamente cinco atendimentos diários, sejam presenciais, sejam virtualmente via telefone. Devido às assistências presenciais, passei a centrar minha atenção nas pessoas que por ali transitavam, suas demandas, suas formas de resolver problemas, seus argumentos frente aos compromissos com o órgão federal.

Por conseguinte, a observação do meu cotidiano de trabalho me permitiu levantar algumas hipóteses a respeito dos temas tratados nesta pesquisa. Inicialmente, meu projeto de pesquisa previa uma comparação, por meio de algumas categorias de diferenciação e intersecção, do contexto de experiências vividas por grupos de trabalhadoras rurais em projetos de assentamentos do estado e as fazendeiras que vivem na cidade de Campo Grande-MS. Entretanto, a abrangência do projeto comprometeu o objetivo inicial. Explico. Da maneira que fora anteriormente pensada, a pesquisa repercutiria em diversas idas para assentamentos localizados no Estado de Mato Grosso do Sul, em especial aqueles onde a proximidade com a capital facilitaria o acesso. Contudo, o tempo e os recursos disponíveis não se mostraram satisfatórios.

⁴ A Superintendência Regional do INCRA/MS é composta por 3 frentes de trabalho que possuem como objetivo cumprir a missão institucional da autarquia preconizada no Estatuto da Terra: 1 – A aquisição de áreas para reforma agrária; 2 – A gestão das políticas públicas de assentamento de famílias em áreas reformadas; e, por fim, 3 – As ações de gestão, ordenamento e regularização fundiária do país. É nessa última que eu estou lotado e nela se concentram os serviços destinados ao apoio dos/as proprietários/as de imóveis rurais solicitantes dos serviços de cadastro de informações de imóveis rurais no estado. Tais informações geram o Certificado de Cadastro de Imóveis Rurais (CCIR), documento fundamental para compra, venda ou qualquer outro tipo de transmissão de titularidade. O documento também é utilizado como informação subsidiária para a arrecadação do Imposto Territorial Rural (ITR) da Receita Federal e para requerer empréstimos para financiamentos de produção disponibilizados por instituições financeiras.

Ao tentar construir rede de interlocutoras entre trabalhadoras assentadas, passei por grandes dificuldades tanto para agendar as visitas quanto para efetuar as incursões aos assentamentos conforme combinado com elas. Por duas vezes, fui até os locais combinados, após agendar as entrevistas e conversas, porém, ao chegar no local me deparava com casas vazias ou justificativas que, embora plausíveis e compreensíveis, não satisfaziam meu estudo dentro do prazo que estava comprometido a cumprir.

Com as fazendeiras, aconteceu o contrário: obtive mais êxito. Não porque a maioria reside na capital, tampouco pela facilidade em contatá-las (a proximidade de áreas com farta cobertura de aparelhos celulares, serviços de telefonia fixa etc.). Ocorreu, ocasionalmente, por uma adequação de tempo e de metodologia. Em relação ao tempo, os deslocamentos aos assentamentos repercutiriam numa agenda apertada para os prazos que tenho. No que se refere à metodologia, as especificidades de cada grupo exigiriam uma série de formulações teóricas que, durante a elaboração do projeto, foi por mim mal dimensionada.

Não restou outra alternativa senão restringir (ou melhor explorar) o universo da pesquisa apenas com as fazendeiras que, até então, havia conseguido contato e estabelecido algumas conversas. Não obstante, o estudo de mulheres fazendeiras ainda é um terreno a ser mapeado tanto pela antropologia quanto pelas demais ciências sociais. Em grande parte, isso se deve, segundo Carmem Diana Deere e Magdalena León (2003), a um fato aparentemente simples, mas de grande impacto nos resultados das pesquisas:

Os pesquisadores, assim como os formuladores de políticas, continuam a pressupor que as unidades agrícolas operadas pelos seus donos são propriedade do chefe de família. Isso é, claramente, uma pressuposição insatisfatória, já que a “propriedade agrícola familiar” poderá ser do marido, ou da esposa, ou pertencer conjuntamente a ambos, ou a um dos seus pais ou a outro parente que pode ou não residir na casa. Além do mais, cada uma das parcelas que constituem a propriedade fundiária de uma família poderá pertencer a pessoas diferentes, e pode ter sido adquirida de forma diferente (DEERE; LÉON, 2003, p.103).

Portanto, o universo de minha pesquisa delimitou-se a cinco fazendeiras de Mato Grosso do Sul. Duas delas advêm da região do Pantanal da Nhecolândia⁵, Maala e Noa. São parentes (a primeira é tia da segunda) e o contato com elas foi intermediado por uma colega

⁵ Segundo dados da Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes (1974), citados na pesquisa de Antonio Allem e Jose Francisco Valls (1987), a área do Pantanal da Nhecolândia é 23.574km². Seus limites são: ao norte, o pantanal do Paiaguás, sendo o rio Taquari o ponto de referência para a separação; ao sul, os pantanais de Abobral e Aquidauana, aparecendo o rio Negro como importante marco divisório; a leste, o planalto central, que também pode ser acessado pela serra da Alegria, e se desemboca na rodovia BR-163, de onde se atinge quase equidistantemente as cidades de Coxim e Rio Verde de Mato Grosso; a oeste, o rio Paraguai. No cap. II, estarão disponíveis mais algumas informações sobre o local.

da pós-graduação. As demais (Hegla, Melca e Tersa) foram contatadas enquanto desempenhava minhas funções como servidor do INCRA.

As mulheres e a gestão rural no Brasil

No decorrer do presente estudo, procurei obter algumas informações acerca da participação feminina na gestão de propriedades rurais. Isso porque minhas leituras sobre o histórico do direito sucessório apontavam, sob diversos aspectos, a perpetuação da subalternidade feminina, desde o passado Colonial à República. Historicamente, encontrar alguma mulher assumindo as responsabilidades sobre a gestão patrimonial de bens como a terra tratava-se da exceção que só confirmava a regra.

Numa dessas buscas⁶, respectivamente na página oficial do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento⁷, encontrei o índice dos nomes que desempenharam a função de Ministro da Agricultura. Dos 122 ocupantes, figuram apenas duas mulheres: a Senadora da República pelo Estado do Tocantins Kátia Regina de Abreu e a atual Ministra Tereza Cristina Corrêa da Costa Dias, eleita Deputada Federal pelo Estado de Mato Grosso do Sul. É importante salientar que essas duas mulheres não dividem apenas a experiência frente ao Ministério; ambas são detentoras de grandes propriedades rurais. Além disso, de acordo com informações divulgadas em seus perfis⁸ e pela imprensa, tiveram uma forte atuação na liderança de Sindicatos e Federações patronais vinculadas ao “agronegócio”.

Kátia Abreu é natural de Goiânia. Sua trajetória de vida foi marcada pelo pioneirismo: foi a primeira mulher a presidir a Federação da Agricultura do Estado do Tocantins por quatro mandatos consecutivos (1995-2005), a primeira mulher a ocupar a presidência da CNA – Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (triênio 2008-2011) e a primeira mulher Ministra da Agricultura (2014-2016) do Governo Brasileiro. Assim como algumas de minhas interlocutoras, a viuvez desencadeou o início do processo que colocaria a Senadora dentre as pessoas mais influentes e poderosas do “agronegócio” no país:

⁶ Utilizou-se como aporte também as notícias veiculadas nos sites *Plantão News* (2015); *Revista Globo Rural* (2016); *Correio do Estado* (2016); *Notícias agrícolas* (2017); *Estadão* (2018) e *Giro do boi* (2018).

⁷ Página oficial do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, disponível no site: <http://www.agricultura.gov.br/>.

⁸ O levantamento considerou informações disponíveis nos sites da Câmara dos Deputados (<https://www.camara.leg.br/>) e do Senado Federal (<https://www.senado.leg.br/>). Além disso, foram pesquisados outros endereços eletrônicos que disponibilizavam informações sobre a vida das duas parlamentares, atuação política, entre outros dados auxiliares para ampliar o entendimento da influência que ambas exerceram em sua vida pública.

Era 1987, o Estado do Tocantins estava prestes a nascer e, junto com ele, minha trajetória na agropecuária brasileira. Grávida e com 2 filhos pequenos, foi neste ano que fiquei viúva, aos 25 anos, e tive que cuidar da fazenda deixada pelo meu marido. Sem qualquer experiência na roça, precisei aprender a tirar dali o meu sustento e dos meus filhos⁹.

A bem-sucedida trajetória política não ficou livre de controvérsias. Em 2009, foi chamada de “Miss Desmatamento”¹⁰ pelos ambientalistas que criticavam sua ação frente à Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). Ademais, é defensora do uso de sementes geneticamente modificadas desenvolvidas geralmente por grandes indústrias de biotecnologia e em agosto de 2016 foi expulsa do seu então partido, o Movimento Democrático Nacional (MDB).

Tereza Cristina é natural de Campo Grande-MS, formou-se em Agronomia na Universidade Federal de Viçosa. É bisneta de Pedro Celestino Corrêa da Costa e neta de Fernando Corrêa da Costa, ex-governadores do Estado de Mato Grosso. Atuou nas diretorias da Federação da Agricultura e Pecuária do Mato Grosso do Sul (Famasul), da Associação dos Produtores de Sementes de Mato Grosso do Sul (Aprosul), da Associação dos Criadores de Mato Grosso do Sul (Acrissul) e dos Sindicatos Rurais de Sonora, Terenos e Campo Grande.

Atualmente, está licenciada de seu segundo mandato de Deputada Federal para desempenhar a função de Ministra da Agricultura. Foi atuando como líder da Bancada Ruralista – a “Bancada do Boi” – que recebeu de seus críticos a alcunha de “Musa do Veneno” por ter exercido papel fundamental na aprovação do Projeto de Lei nº 6.299/2002 que regulamenta o uso de agrotóxicos no Brasil.

As trajetórias bem-sucedidas das duas parlamentares podem ser situadas em um momento histórico que testemunha o aumento significativo do número de mulheres à frente da gestão rural no país. Vale destacar que esse crescimento expressivo não é coincidência: os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontam que, entre os anos de 2006 e 2017, o número de estabelecimentos liderados/administrados por mulheres elevou-se de 12,7% para 18,6% (IBGE, 2018). Em contrapartida, os estabelecimentos gerenciados por homens caíram de 87,3% para 81,4%. Estatisticamente, esses dados indicam que duas a cada dez propriedades rurais do Brasil são administradas por mulheres¹¹.

A comparação dos dados gerais com o estado de Mato Grosso do Sul não sofre variação significativa de contexto: 19% dos estabelecimentos são liderados por mulheres ao

⁹ Senadora Kátia de Abreu em entrevista ao *Conexão Tocantins* em 2019.

¹⁰ Algumas reportagens que repercutiram o termo encontram-se nos Anexos 1.

¹¹ Dados disponíveis no endereço eletrônico: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/21905-censo-agro-2017-resultados-preliminares-mostram-queda-de-2-0-no-numero-de-estabelecimentos-e-alta-de-5-na-area-total>.

passo que 80% funcionam sob a batuta masculina. Quanto ao restante (1%), o IBGE utiliza a variável “Não se aplica”.

Em comparação com a presente pesquisa, ressalta-se que informações macrosociais citadas acima foram examinadas de forma evidente no campo; por exemplo, o curso da vida das minhas interlocutoras consolida a tendência constatada pela frieza dos números. As observações realizadas em ambientes frequentados por produtores e fazendeiras¹² sugerem que cada vez mais mulheres se ocupam na gestão de suas propriedades rurais. Além disso, os sindicatos patronais estão cada vez mais empenhados em destacar a participação feminina na gestão das propriedades rurais.

Entretanto, também se observou que essa transformação é acompanhada de diversas resistências. As fazendeiras que figuram como interlocutoras do presente estudo relataram diversas situações em que sua autonomia foi constantemente submetida ao crivo de maridos, irmãos, vizinhos de propriedade e até mesmo dos próprios funcionários das fazendas. Conseqüentemente, suas falas demonstram os desafios para “terem um lugar ao sol”, ou à terra.

Mudança e tradição

Como já visto, os indicadores sociais denotam um recente aumento da presença feminina na gestão das propriedades rurais pelo país. Essas mudanças, observadas sob diferentes olhares, indicam uma transformação nas práticas sociais ainda existentes. Os modos de vida outrora produzidos no passado são constantemente convertidos em novas ordens sociais no presente. Anthony Giddens (1996), por exemplo, evoca o fenômeno da “modernidade” como principal articulador de constantes mudanças observadas entre os diferentes tipos de sociedade. A ruptura com determinadas tradições, por conseguinte, seria um epifenômeno da modernidade. Entretanto, aparentemente simples, essa hipótese pode levar a um equívoco sobre a complexa relação que existe entre o que é tradicional e o que é contemporâneo. O mesmo autor adverte sobre os riscos dessa interpretação:

Existem, obviamente, continuidades entre o tradicional e o moderno, e nem um nem outro formam um todo à parte; é bem sabido o quão equívoco pode ser contrastar a ambos de maneira grosseira (GIDDENS, 1996, p.14).

¹² Especificamente, meu local de trabalho que condensa uma série de demandas burocráticas que devem ser observadas por produtoras e produtores rurais na gestão de seus negócios.

Seguindo uma mesma linha, Piotr Sztompka (1998) conceitua a tradição como um complexo conteúdo de tudo o que herdamos do passado e que nos é transmitido por meio dos diversos processos históricos presentes nas distintas sociedades. Seria, portanto, para o autor, uma fonte de legitimidade para “estilos de vida, instituições, credos e códigos existentes” (SZTOMPKA, 1998, p. 123).

A antropologia também compreende a tradição dentro da perspectiva de que o processo contínuo de modificação é imanente aos sistemas culturais. Sem adentrar nos calorosos embates teóricos derivados da proposição levi-straussiana de sociedades quentes e sociedades frias, ou história cumulativa e história estacionária (GOLDMAN, 1999), é possível observar que, no seio dessa disciplina, as noções de tradição e mudança são essenciais a todas as correntes do pensar antropológico¹³.

A partir dos dados levantados por pesquisa – entrevistas e observações em meu ambiente de trabalho –, percebeu-se que existe uma evidente mudança na participação das mulheres no contexto dos processos de herança e gestão dos empreendimentos rurais; especificamente, a descontinuidade de modelos hierárquicos tradicionais pautados na diferença de gênero. Por exemplo, a fazendeira, no contexto experimentado pelas interlocutoras com mais de sessenta anos, é, em muitos aspectos, contrastante com a empreendedora rural, nos moldes dos ambientes corporativos das interlocutoras com menos de quarenta anos. A partir dos dois casos, compreende-se que o reconhecimento da posição da mulher como gerenciadora de sua propriedade rural é consequência dessa ruptura de tradição.

Sobre a dificuldade de articular o conceito de “fazendeira”

Um dos impasses no transcurso da presente pesquisa foi a escolha de uma definição adequada para a expressão “fazendeira”. Adequada, porque deveria compreender minha rede de interlocutoras de um modo que garantisse uma unidade mínima de identificação. Tal termo, normalmente, é reproduzido dentro de determinados contextos sociais e serve para identificar grandes proprietárias de terras que possuem uma relação direta com o agronegócio. Segundo Ana Lúcia Eduardo Farah Valente (2008), o termo é um

[...] neologismo do conceito clássico agribusiness, cunhado em meados do século 20, por Davis e Goldberg (1957), para designar, a partir da experiência norte-

¹³ Cabe ressaltar ainda os potentes argumentos de Marshall Sahlins (2003) a respeito do assunto. Ao afirmar que as diversas ordens culturais estudadas pela antropologia tem sua historicidade própria, mesmo as ordens de parentesco, o autor admite que Estrutura e História possuem uma simbiose – dinâmica. Afasta-se, portanto, de uma ideia consolidada entre os neoevolucionistas sobre a classificação de sociedades quentes e frias.

americana, as relações de dependência entre as indústrias de insumos, a produção agropecuária, a indústria de alimentos e o sistema de distribuição, desde então passou a ter por referência “os negócios da agricultura de dentro para fora da porteira. (VALENTE, 2008, p. 19)

Nessas condições, as “fazendeiras” seriam um conjunto de mulheres detentoras de grandes propriedades agropecuárias que possuem uma estreita relação com o mundo do *agribusiness*. Todavia, pensar as fazendeiras a partir dessa perspectiva implica diretamente a exclusão das proprietárias de pequenas e médias glebas rurais atuantes no circuito de “dentro e fora da porteira”. Implica também considerar como protagonistas na cadeia produtiva de *commodities* agrícolas no Brasil apenas as grandes propriedades rurais. Valente (2008) afirma que essas dificuldades, em grande parte, são de ordem teórica, especialmente a oposição entre a agricultura familiar e o agronegócio:

Admitindo-se que as teorias norteiam o olhar do pesquisador, tais argumentos sinalizam que esses intelectuais [*teóricos entusiastas tanto do agronegócio como da reforma agrária*]: a) abandonam a teoria, o que resulta na produção de estudos epistemologicamente ingênuos; b) praticam o ecletismo ou fazem “salada” de conceitos de origem teórica plural, sem qualquer preocupação quanto aos seus compromissos, por isso contraditória e inadvertidamente fazem apologia do capital; c) produzem textos confusos e análises desconexas e incoerentes que caracterizam o pós-modernismo; d) não relativizam a perspectiva relativista, apenas atenta às especificidades; e) são expostos à “síndrome do próprio umbigo”. Por isso, a eles faltarão interlocutores no mundo acadêmico, em particular, e na sociedade civil, em geral, o que, do ponto de vista prático, não é exatamente uma boa tática de convencimento, de busca de aliados e de transformação social. A mesma afirmação não se pode fazer de outras bandeiras de luta dos movimentos sociais no campo, como contra o trabalho escravo, a impunidade, a violência, o desrespeito aos direitos humanos e ao meio ambiente, visto que possuem a dimensão da universalidade (VALENTE, 2008, p. 66-67, grifo da autora).

Nesse sentido, a oposição agronegócio *versus* agricultura familiar prejudicou, de forma exponencial, a eleição de um conceito para classificar as interlocutoras da minha rede. Inicialmente, a ideia era centrar a pesquisa em fazendeiras detentoras de grandes propriedades¹⁴, porém, no discurso recorrente entre movimentos sociais de luta pela terra, a

¹⁴ Para tanto, utilizei como pressuposto o Estatuto da Terra – Lei n.º 4.504, de 30 de novembro de 1964 – (BRASIL, 1964), que classifica as propriedades rurais. Em seu Artigo 4º, inciso IX, parágrafo único, o Estatuto exclui da classificação de latifúndio o imóvel rural que: a) qualquer que seja a sua dimensão, cujas características recomendem, sob o ponto de vista técnico e econômico, a exploração florestal racionalmente realizada, mediante planejamento adequado; b) o imóvel rural, ainda que de domínio particular, cujo objeto de preservação florestal ou de outros recursos naturais haja sido reconhecido para fins de tombamento, pelo órgão competente da administração pública. Em contrapartida, a lei n. 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, ao estabelecer como critério o número de módulos fiscais que caracteriza a pequena e a média propriedade, determina que todas as glebas que possuam acima de 15 módulos fiscais serão classificadas como grande propriedade (chama a atenção que tal ordenamento jurídico não menciona o termo latifúndio para essa classificação). Portanto, o conceito de “latifúndio” previsto em lei congrega apenas as propriedades rurais improdutivas que excedam 15 módulos

expressão pode ser confundida com latifúndio. Por conseguinte, a grande propriedade rural não é sinônimo de latifúndio.

Outra tentativa empreendida foi classificá-las como um grupo que recebeu suas terras via sucessão. No entanto, a ideia também é restrita, pois existe um número significativo de fazendeiras que adquiriu suas propriedades por meio da compra direta. Em vista disso, a classificação de pequena, média e grande propriedade rural não figura como elementar para o propósito do presente estudo¹⁵, uma vez que não determina uma diferenciação ou unidade expressiva das interlocutoras, como foi o caso da geração e do gênero.

Reconhecer que a categoria de produtora rural é bastante ampla significa também marcar seus limites e apontar a complexidade de interesses envolvidos entre essas mulheres. A posse da terra ou da propriedade ainda é um elemento importante, contudo, no desenvolver da pesquisa, descobri outras formas de contato com a terra, como é o caso das arrendatárias e parceiras rurais¹⁶. Em síntese, parceiras e arrendatárias¹⁷ são mulheres que não detêm a propriedade da terra, mas, ainda assim, são consideradas fazendeiras. Elas atuam no setor da produção agropecuária do estado locando terras para gerar a produção. Dessa forma, a simples posse da terra não cria uma unidade de interesse consistente entre esse grupo.

Portanto, o tamanho da terra (pequena, média, grande propriedade) e seu regime de posse (ser “dona”, proprietária, parceira ou arrendatária) não são capazes de articular uma categoria de “fazendeiras”. É necessário buscar alguns elementos da Antropologia Rural a fim de fornecer mais subsídios teóricos para a interpretação de minha rede. Nas discussões sobre o mundo rural dentro da disciplina, as leituras de autores, como Maria José Carneiro (1998; 2008) e Klaas Woortmann (1988), apontam alguns caminhos.

Este último, em seu texto já clássico nos estudos de sociedades rurais no Brasil, afirma:

fiscais (os módulos fiscais são calculados observando parâmetros com condições de solo, clima, localização e desenvolvimento econômico regional).

¹⁵ Entre minhas interlocutoras, há casos como o de Hegla que, até meados dos anos de 1990, era considerada pela lei como grande produtora, e, após a partilha das terras entre seus filhos e filhas, passou a possuir uma gleba que é classificada como pequena propriedade.

¹⁶ O instituto do arrendamento e da parceria rural insere o seu agente dentro do campo como um tipo de locatário de terras que, mediante contrato formal ou acordo verbal, utiliza a terra de outrem ou parte dela. O arrendamento rural e a parceria rural se diferem como modalidade a partir da forma de remuneração dos participantes. No arrendamento, a remuneração é um tipo de aluguel por preço certo, líquido e pré-determinado, independentemente dos riscos de produção. Na parceria, há entre o proprietário e o parceiro a partilha dos riscos e lucros obtidos na produção.

¹⁷ No transcurso da pesquisa, não obtive oportunidade de encontrar pessoalmente esse tipo de profissional. O Contato que obtive ocorreu por meio da análise de contratos de arrendamentos e parcerias rurais em que algumas mulheres figuravam como arrendatárias e parceiras.

Modelos implicam em recortes, o que já significa subjetivar o objeto em si mesmo construído e não empiricamente dado. Cada recorte sobre essa mesma empiria etnográfica pode se revelar contraditório a outros recortes sobre a mesma “realidade”, não por inadequação intrínseca ao recorte, mas pela ambiguidade da própria concretude. (WOORTMANN, 1988, p. 17)

Nesse sentido, nas entrevistas a categoria “produtora rural” não foi capaz de criar uma unidade de interesse e de valor entre as interlocutoras. Elas não se definiam como tal. Ao invés disso, o termo “fazendeira” era recorrente nas suas falas, seja para se referirem a si, seja para mencionarem outras mulheres proprietárias de imóveis rurais. Por conseguinte, o termo “fazendeira”, em contraste com o “produtora rural”, agrega uma maior proximidade com o que se identificou no trabalho de campo.

Cabe ressaltar ainda que adicionar o termo ‘rural’ a uma categoria incorre em alguns limites metodológicos apontados por Maria José Carneiro (2008). Para a autora, as principais correntes de pensamento que sustentam os debates sobre o mundo rural na contemporaneidade se baseiam em dualismos derivados do binômio rural x urbano. Essa dicotomia pode incutir novamente no problema da tradição e apresentar um efeito antagônico, em que se buscam permanências e predominâncias para a compreensão das sociedades contemporâneas.

Assim, utilizarei a categoria “fazendeira”, pois, como recorte, permite refletir sobre uma gama de representações de grupo composta por diferentes núcleos (gênero, terra, memória, herança etc.) em constante comunicação. Além disso, é o termo recorrentemente utilizado pelas interlocutoras como um importante elemento da construção de suas identidades.

Gênero e memória

Para a análise do primeiro capítulo, fiz um recorte de idade entre minhas entrevistadas. Noa (72 anos), Maala (77 anos) e Hegla (81 anos) apresentam peculiaridades que possuem relação com a idade já avançada. Ambas já foram herdeiras de terras e agora se preocupam em organizar, minimamente, a sucessão de seu patrimônio entre os filhos e filhas. Já Tera (52) e Melca (46) administram diretamente suas terras, mas sem perder de vista a necessidade de qualificar a si e a seus sucessores e sucessoras para que o patrimônio não seja um motivo de disputa e intrigas entre os filhos.

O trabalho da etnografia é também um estudo mnêmico. Esses ecos de experiências vividas em contextos sociais que, de algum modo, se transformaram com o passar do tempo

compõem um importante elemento de etnografar a partir das memórias. Cornélia Eckert e Ana Luiza Carvalho da Rocha (2000a, p. 81) compreendem o estudo das memórias com um portal de acesso para entender as “curvaturas do tempo que configuram o próprio espaço das culturas contemporâneas”.

Guilherme Rodrigues Passamani (2015), ao analisar as temporalidades existentes entre seus interlocutores das cidades de Corumbá-MS e Ladário-MS, também sugere essa perspectiva. Para o autor, mover-se “pelos fios da memória” é necessário para promover a tensão entre *cronos* e *kairós*. Os termos gregos demarcam diferenças entre temporalidades: “um tempo” específico, completo em si mesmo (*kairós*) e “o tempo”, organizado cronologicamente entre etapas sucessivas e lineares (*cronos*).

A viagem por tempos cronológicos ou completos em si talvez seja mesmo um jogo de memórias, como sugerem Eckert e Rocha (2000b), em que o controle efetivo desses devires (se é que exista algum quando se vive) será fundamentado pelos relatos de minhas interlocutoras sobre seus passados. Nossa (e quando digo nossa, me incluo) viagem no tempo, portanto, não será ficcional, será simbólica e real.

Joana Maria Pedro e Anamaria Marcon Venson (2012) afirmam que atualmente existe um consenso de que o lugar da memória é o espaço de produção de subjetividades e identificações. Os estudos sobre memória são paradigmas de conhecimento caros tanto para a Antropologia como para a História. Para as autoras, o ato de rememorar constrói jogos discursivos que ocorrem dentro de determinadas referências culturais e de relações de poder. Assim, para esse trabalho, retomo o fundamento levantado pelas autoras sob o qual

A questão não é procurar a versão mais verdadeira, não é procurar nas fontes uma pista do que aconteceu na realidade, porque estamos entendendo que as memórias que pesquisamos, e que tratamos metodologicamente como discurso/práticas, são a realidade: elas dizem a sujeita que fala, produzem a sujeita falante, tem materialidade. (PEDRO; VENSON, 2012, p. 129)

Se a memória das interlocutoras são o *kairós*, a história da sucessão patrimonial entre mulheres é o *cronos*. Para este trabalho, ambos os tempos, colhidos por meio das entrevistas e da análise bibliográfica sobre as transformações que marcaram a legislação dos direitos sucessórios no país, ampliaram os elementos que buscava compreender. Das Ordenações Filipinas que remontavam ao Reino de Portugal e ao Brasil Colônia (séc. XVII) até a Carta magna de 1988, muitas transformações nos direitos de herança femininos sucederam-se até culminar com a igualdade de direitos prevista na Constituição Federal.

Porém, esse olhar ascético da história da herança não agregaria nenhum elemento adicional aqui. O recorte realizado por Hildete Pereira de Melo e Teresa Cristina Novaes Marques (2001) permitiu compreender as diferentes situações em que a negação de direitos para viúvas e filhas se institucionalizou na sociedade brasileira.

Por fim, os esforços teóricos que resultaram em importantes obras para a Antropologia Feminista agregaram a essa pesquisa o gênero como uma categoria que interatua com diferentes marcadores sociais (como geração, classe e raça) na constituição de diferenças observadas em meu campo. A autora Marilyn Strathern (2006) é uma das mais importantes dentro do movimento que reformulou alguns preceitos do pensamento feminista, em especial o modo como o feminismo e os demais conhecimentos ocidentais não são suficientes para compreender aspectos de sociabilidade entre os habitantes das montanhas Melanésias no Pacífico.

A utilização do conceito gênero nesse trabalho buscará se aproximar, portanto, da acepção postulada por Strathern (2006), que se articula especialmente com questões geracionais, em especial os estudos de Guita Grin Debert (1999) sobre o processo de envelhecimento e os diferentes cursos da vida.

O método utilizado nessa etnografia se concentrou em entrevistas com fazendeiras residentes e possuidoras de terras em Mato Grosso do Sul. Não foram escolhidas previamente a partir de recortes como idade, quantidade de fazendas e quantidade de área nas fazendas. Apenas procurou-se localizar aquelas mulheres que possuem ou possuíram uma quantidade de área que, de acordo com a legislação, enquadra seu imóvel como grande propriedade¹⁸.

Foram cinco interlocutoras que entrevistei. Maala, brasileira, pecuarista da região do Nhecolândia, 77 anos de idade e divorciada; Noa, brasileira, pecuarista também da Nhecolândia, 72 anos e viúva. Hegla, brasileira, agricultora das proximidades de Campo Grande, 81 anos e viúva. Melca, brasileira, pecuarista, 46 anos e viúva. Por fim, Tera, portuguesa, agropecuarista da região de Campo Grande e Dourados, 52 anos e casada.

As entrevistas foram realizadas em suas residências depois de antecedidas por longas negociações. Muitas vezes, ao expor qual era a área da pesquisa, as desculpas para não responder minhas inquietações eram as mais diversas: de viagens a problemas de saúde ou

¹⁸ Lei Federal n. 4.504, de 30 de novembro de 1964, também conhecida como “Estatuto da Terra”. As demais leis que regulamentaram muitos princípios previstos nesse ordenamento, em especial a n. 8.629 de 25 de fevereiro de 1993. Essa classificação fundiária estabelecida pela lei não repercute necessariamente na compreensão das proprietárias como grandes produtoras rurais. A elaboração dessas questões será melhor tratada no segundo capítulo da dissertação.

visitas indesejadas; tudo era motivo para não conceder informações. No total, foram 11 mulheres contatadas.

Em muitos aspectos, é importante conjecturar sobre o contexto em que ocorriam as respostas negativas por parte de algumas interlocutoras contatadas. A reflexão parte principalmente da forma que eu me apresentava a elas. Além de mestrando em Antropologia Social, também me apresentava como servidor efetivo do INCRA. As duas definições causaram constrangimentos entre as que se negaram a conceder entrevistas e participar da pesquisa. “Antropólogo são aquelas pessoas que mexem com indígenas”, asseverou uma preocupada produtora a qual tentei entrevistar. Outras duas simplesmente se negaram a conceder entrevistas pelo fato de acreditarem que o INCRA é responsável por “tomar” a terra de proprietários legítimos para destiná-las a “sem-terra vagabundo”¹⁹.

As entrevistas seguiam um roteiro pré-estabelecido cujo conteúdo versa sobre as seguintes informações: dados gerais, perfil e forma de aquisição do imóvel rural, atividades produtivas desenvolvidas no imóvel, modelo de gestão de propriedade, gestão rural e gênero. A depender da ocasião, não era possível seguir o roteiro, mas tal fato não retira a qualidade das informações que me foram dadas.

O tempo de coleta dessas falas transcorreu entre o mês de setembro de 2017 e o mês de agosto de 2018. Com todas as minhas interlocutoras, tive mais de um contato. No caso de uma delas, foram mais de seis encontros. Das falas gravadas, todas foram transcritas. Entretanto, muitas conversas não foram gravadas. Para esses casos, havia o recurso de escrever um rascunho no local. Mas, somente em casa redigia o caderno de campo com minhas acepções e as falas das interlocutoras sobre os mais variados temas. Se na resposta ao roteiro descobri que a partilha de bens ocorreu dentro da equidade preconizada pela lei, foram nas conversas informais que descobri como as hierarquizações entre filhos e filhas na sucessão patrimonial eram construídas.

Por conseguinte, a presente Dissertação está dividida em três capítulos. No primeiro deles, “As filhas (sul-mato-grossenses) de Salfaad”, escolho dois eixos temáticos organizados em tópicos. Em “Gênero, cursos da vida e sucessão patrimonial”, contextualizo como questões teóricas relacionadas ao gênero e à geração podem contribuir para a discussão sobre herança e patrimônio entre as mulheres. Para isso, utilizo abordagens gerais, a saber: a história

¹⁹ O contexto de atuação, tanto da Superintendência Regional do INCRA quanto da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), seja em Mato Grosso do Sul, seja no restante do país, está sempre associado aos conflitos agrários. Historicamente, as reivindicações do(a)s trabalhadores(as) rurais sem-terra e das populações indígenas foram mediadas pela atuação desses órgãos. Por mais de meio século, o INCRA é o responsável pela fiscalização da função social da propriedade rural preceituada no Estatuto da terra, assim como a FUNAI responde pela complicada tarefa de identificar e demarcar os territórios dos povos indígenas.

da divisão patrimonial entre herdeiras e suas confluências com a condição feminina nos diferentes cursos da vida. Em “Os contos de Maala, Noa, Hegla, Melca e Tersa”, por sua vez, analiso as falas de minhas interlocutoras para sustentar a premissa de que, embora a lei garanta condições de igualdade entre homens e mulheres na partilha dos bens, as práticas sociais e os costumes derivados de marcadores sociais de diferença demarcam vários contextos hierárquicos engendrados que se sobrepõem ao mundo jurídico.

No segundo capítulo, “Dois metros de altura por um de largura, o trinta e oito segura! As (hiper)masculinidades como estratégia feminina para a gestão rural”, apresento um importante dado de campo: as performances de masculinidades praticadas ou não pelas interlocutoras. Observou-se que, entre as fazendeiras da região Pantanal, as lidas nas fazendas, quando executadas diretamente por mulheres, são sempre exercidas a partir de elementos comuns às (hiper) masculinidades, expressas por meio de roupas, gestos e outros objetos. Por outro lado, não se observou entre as fazendeiras do Planalto a mesma característica, e sim a busca por qualificação como uma alternativa mais eficiente na condução de suas fazendas.

Por fim, o terceiro capítulo, “Gestão rural e protagonismo feminino no “agronegócio”, busca, a partir dos dados das interlocutoras e de um conjunto de informações (obtidas por consultas em sites, congressos, leilões e outros eventos e instituições vinculados ao agronegócio), analisar o impacto da difusão de conhecimento sobre agronegócio entre as mulheres no processo de empoderamento e feminilização da gestão das propriedades rurais em Mato Grosso do Sul e no Brasil.

1 AS FILHAS (SUL-MATO-GROSSEENSES) DE SALFAAD

“Nosso pai morreu no deserto. Não era do grupo que se formou contra Iahweh, do grupo de Coré; morreu pelo seu próprio pecado e sem ter filhos. Por que haveria de desaparecer o nome de nosso pai de seu clã?”. (Nm 27:11)

1.1 Gênero, curso da vida e sucessão patrimonial

Antigo Oriente-Médio, 1.545 anos antes de Cristo. Moisés enfrenta, com os hebreus, seu exílio no deserto, fugindo da tirania dos Faraós egípcios. Dentre outras proezas narradas pelas escrituras veterotestamentárias, coube a esse profeta organizar seu povo sob as leis de Iahweh. Contida na narrativa bíblica, a função do hebreu era decretar o veredito final sobre os entreveros que surgiam naquela comunidade. De dilemas confessionais a disputas de poder entre os clãs dos patriarcas, a ele era destinada a última palavra, uma vez que, falava sob interseção divina²⁰.

Mas, o que essas escrituras sagradas da tradição judaico-cristã podem revelar sobre o direito à sucessão e ao gênero entre fazendeiras em Mato Grosso do Sul? O que o pentateuco²¹ e suas narrativas sobre moral e costumes religiosos fornecem de base para a problematização do direito sucessório entre mulheres fazendeiras dos recônditos do centro-oeste? Respondo. É um ponto de partida para refletir, a partir dos relatos obtidos em minha pesquisa de campo, sobre as peculiaridades dos processos que fizeram com que minhas interlocutoras herdassem seus imóveis rurais, bem como elaborassem potentes falas que aproximam herança e gênero²².

Brigas entre irmãos, sentimentos de malogro e disputas por melhores quinhões de terra marcam essas histórias. Em diversos momentos, ouvi das fazendeiras com as quais convivi relatos circunstanciados que apontavam que essas divisões patrimoniais obedeciam a costumes insustentáveis no âmbito constitucional e em total desacordo com as regras do

²⁰ Ressalto aqui o caráter ilustrativo desta alusão na presente pesquisa. Para uma introdução sobre o histórico dos ordenamentos jurídicos na antiguidade, sugiro a leitura Débora Cristina Holenbach Grivot (2014) e seus excelentes apartados sobre transmissão patrimonial e sucessão na Antiguidade.

²¹ O Pentateuco corresponde ao conjunto dos primeiros cinco livros do Velho Testamento: Gênesis, Êxodo, Levítico, Números e Deuteronômio, contidos na Bíblia.

²² A forma de obtenção dos imóveis rurais de uma das interlocutoras entrevistadas ocorreu por sucessão, mas por meio da família do marido. Entretanto, tal imóvel não pertence mais ao casal, pois ambos venderam-no para aquisição de outra área mais próxima da Capital do estado.

Código do Direito Civil²³. A semelhança das narrativas dessas mulheres trouxe a essa pesquisa a possibilidade de inserir a sucessão legítima de patrimônio como um importante ponto de inflexão de marcadores sociais de gênero e geração presentes entre as fazendeiras que fazem parte do meu recorte.

Antes de adentrar nessa análise, é importante apontar alguns estudos seminais que tratam a questão do gênero e dos direitos sucessórios. Sob diversos aspectos, autoras e autores concordam que tradicionalmente a legislação brasileira de sucessão – da Colônia à República – se constituiu dentro de uma ordem jurídica patriarcal, responsável por perpetuar uma variedade de assimetrias de direitos entre homens e mulheres. Destacarei aqui a pesquisa das historiadoras Teresa Cristina Novaes Marques e Hildete Pereira de Melo (2001) que, a partir da incursão histórica na perspectiva de gênero, examina as distintas circunstâncias em que se consolidou a privação do direito sucessório para viúvas e filhas no país.

A base da partilha patrimonial preteria ou colocava restrições na atribuição da titularidade de bens herdados por mulheres. As Ordenações Filipinas de 1603 regraram a legislação luso-portuguesa e, conseqüentemente, determinavam o destino dos habitantes do Brasil Colonial. Nem mesmo o processo de independência interrompeu a importância desse estatuto na organização do Império Brasileiro (MARQUES; MELO, 2001). Foi apenas com a instituição do Código Civil de 1916 que tal marco legal deixou de vigorar no país, apesar de ter perdido a validade em Portugal, ainda em 1867.

Segundo as autoras supramencionadas,

Representa essa, portanto, uma longa tradição mantida no Direito brasileiro, baseada numa concepção negativa da mulher na sociedade. Aos olhos do legislador, a mulher qualificava-se como o *fragilitas sexus* e, portanto, deveria ser mantida submissa ao jugo do pai ou do marido. (MARQUES; MELO, 2001, p. 3)

Conforme as autoras, o lugar de mulheres casadas ou solteiras, no âmbito da transmissão patrimonial – da Colônia à República –, era regido por estatutos jurídicos marcados pela fragilidade de direitos femininos. Contudo, as autoras salientam que por detrás da literalidade das leis subsistia um universo de práticas sociais que, em determinadas circunstâncias, resultava no triunfo das contendidas de viúvas, filhas e concubinas em disputas sucessórias.

²³ A Constituição Federal assegura o direito de herança em seu artigo 5º, XXX, direito esse regulamentado no Código Civil (artigos 1.784 a 2.027).

Assim como as filhas de Salfaad, que imploraram a interseção de Moisés para sublimar as rígidas tradições hebraicas para sucessão, as práticas sociais documentadas pelos dados históricos, apontadas no estudo acima, informam uma realidade plástica sujeita a várias convenções paralelas em que era possível exceder às normas, garantindo direitos às mulheres não previstos no cânone legislativo, que iam das Ordenações Filipinas ao Código Civil de 1916.

Entre o Código Civil de 1916 e o de 2002, foram promulgadas cinco Constituições (1934, 1937, 1946, 1967 e 1988), diversas mudanças na legislação trabalhista, bem como um conjunto de marcos legais²⁴ que culminaria com a estipulação da igualdade de direitos entre homens e mulheres promulgado pela Carta Magna de 1988. Entretanto, os embates por herança não ocorriam exclusivamente no tablado jurídico, daí desponta a necessidade de ir além dessa questão explicitada pelas historiadoras:

Com tantas nuances de subterfúgios legais e costumes que se modificam a cada época e de região para região, vê-se que a questão do acesso à riqueza na ordem patriarcal requer uma compreensão mais ampla da condição feminina no seu contexto social. (MARQUES; MELO, 2001, p. 16)

Desse modo, para refletir sobre o processo de sucessão patrimonial entre as interlocutoras que vivenciaram essa experiência, é necessário olhar para além das leis que regem ou regeram a herança no ordenamento jurídico. Para o presente estudo, foram entrevistadas 05 mulheres entre 46 e 81 anos de idade²⁵. Delas, 04 receberam suas terras por sucessão legítima. A rigor, nenhuma dessas interlocutoras narrou a inobservância das leis no processo jurídico da partilha de bens; ao contrário, suas falas apontam para um aparente cumprimento.

Apesar disso, sobressaíram relatos que corroboram o argumento acima apresentado: as práticas sociais são complexas, e por vezes, nem mesmo a lei consegue afastar o malogro das interlocutoras no recebimento das terras. Se no passado a tradição jurídica preteria as mulheres, no presente as práticas sociais ainda incorporam valores estabelecidos por marcadores sociais – como gênero e geração – que, apesar de ilegais, ainda dificultam a transmissão patrimonial de terras entre todas as entrevistadas que herdaram fazendas de pais ou maridos.

²⁴ Estatuto da Mulher Casada (lei 4.121/62), que revogou a incapacidade relativa da mulher casada, e a Lei do Divórcio em 1977 (lei 6.515/77).

²⁵ Anexo I: Perfil geral das interlocutoras.

Na antropologia, há uma estreita relação entre parentesco e herança. A sucessão de direitos e status nas diferentes culturas analisadas pelas etnografias clássicas especifica uma série de prerrogativas políticas, místicas, simbólicas e materiais transmitidas a partir do parentesco. Tanto em sociedades matrilineares quanto empatrilineares, os direitos são herdados dentro de contextos específicos.

Alfred Reginald Radcliffe-Brown (2013) fez uma interessante observação sobre a sucessão patrilinear e matrilinear ao advertir que o tema exige cautela da parte de quem analisa, uma vez que, se replicarmos nossas distinções sobre o costume dos povos estudados, o produto da análise será uma confusão de conceitos:

Para nós um dos aspectos mais importantes da sucessão é a transmissão da propriedade por herança. Todavia em algumas das sociedades mais simples a questão quase não tem significado algum. Numa tribo australiana, por exemplo, um homem possui umas poucas armas, ferramentas, utensílios e ornamentos pessoais, coisas de pouco valor ou durabilidade. Por ocasião de sua morte, esses objetos podem ser destruídos, ou distribuídos entre parentes e amigos. Mas a utilidade deles é de tão pouca importância, exceto relativamente ao ritual, que não raro é difícil descobrir normas de prática habitual (RADCLIFFE-BROWN, 2013, p. 34).

Apesar dessa advertência, o autor reconhece que, mesmo nas sociedades em que a propriedade privada inexistente ou possui importância secundária, a transmissão de direitos em geral é o cerne da sucessão. Para ele, tanto os direitos de um nativo australiano sobre sua mulher (direitos *in personam*) quanto o direito de uma horda sobre o seu território exercem a função de dar continuidade à estrutura social como sistema de regulação entre pessoas.

Retomo, portanto, a questão central do presente capítulo: a sucessão legítima de patrimônio revela como as características consideradas femininas e masculinas podem constituir distinções que subvertem a ordem jurídica e perpassam o social. Nesse sentido, o gênero é uma das principais engrenagens que alimenta um sistema produtor de diferenças.

Interatua com esse fator a questão geracional, pois o curso da vida de diversos sujeitos pode marcar, junto com o sistema de gênero, aspectos da sucessão legítima, em que homens e mulheres ocupam posições específicas e fora do contexto legal. A sucessão patrimonial é, portanto, uma ação marcada por gênero e por geração dentro de um contexto no qual suas expressões suplantam os dispositivos legais. Para se entender o contexto de sucessão legítima de patrimônio entre fazendeiras do Estado de Mato Grosso do Sul, é preciso examinar não somente as transformações legais que garantiram a equidade de direitos femininos nesse aspecto. Faz-se necessário interpretar essas informações produzidas em campo a partir de um

ponto de vista contextual em que gênero e geração se demarcam e constroem significados para as experiências sociais dessas mulheres.

Para essa análise, filiei-me às interpretações de gênero que propõem, dentro da tradição da Antropologia Feminista contemporânea, a “desestabilização” do mesmo conceito. Nesse sentido, as leituras de Marilyn Strathern (2006) foram fundamentais. Em “Gênero da Dádiva”, a autora refuta a interpretação do conceito cindido a partir de dicotomias clássicas do pensamento ocidental²⁶. A sociedade não é constituída de forma independente do gênero, logo, as relações dele derivadas não podem ser compreendidas de modo apartado de outras relações sociais.

Cabe aqui, dessa forma, citar a definição clássica do termo pensada pela antropóloga que servirá de leme para as reflexões contidas neste estudo:

Entendo por “gênero” aquelas categorizações de pessoas, artefatos, eventos, sequências etc. que se fundamentam em imagens sexuais – nas maneiras pelas quais a nitidez das características masculinas e femininas torna concreta as ideias das pessoas sobre a natureza das relações sociais (STRATHERN, 2006, p. 20).

Para Strathern, o pensamento feminista desaloja hipóteses e julgamentos. Por conta disso, a Antropologia possui condições de encampar essa proposta. Ambos podem realinhar as construções analíticas tanto do conhecimento acadêmico²⁷ quanto do próprio feminismo, expondo as raízes da sociedade ocidental emaranhadas em conceitos que sempre lhes foram caros. A proposta sugerida por Strathern – e que aqui buscarei utilizar – é “desestabilizar” para melhor compreender.

Filiei-me, ainda, às etnografias e estudos de Adriana Piscitelli²⁸ (2006, 2008) que evidenciam a potencialidade do conceito de gênero nessa perspectiva. Suas pesquisas seguem o pensamento de Strathern quando compreendem gênero como um princípio de organização social e modo de criar e expressar as diferenças. Piscitelli, contudo, segue adiante ao refletir acerca de outros elementos presentes nos estudos feministas contemporâneos de áreas do conhecimento como a Filosofia e a História. Isso porque, segundo ela, as críticas ao feminismo no final da década de 1980

²⁶ Para além da dicotomia clássica entre o binarismo sexual (macho – fêmea; homem – mulher; masculino – feminino), Strathern desenvolve em seu pensamento algumas análises sobre o potencial reflexivo existente entre indivíduo-sociedade ou então dádiva-mercadoria.

²⁷ Strathern questiona as explicações holísticas totalizantes presentes no conhecimento acadêmico ocidental.

²⁸ A autora é uma das pioneiras na utilização do conceito de gênero de Marilyn Strathern em etnografias contemporâneas. Sua tese de Doutorado sobre relações de gênero e parentesco (1999) e o artigo sobre o interseccionalidades na experiência de migrantes brasileiras (2008) trabalham de forma professoral a aplicabilidade desses recursos teóricos para a Antropologia.

[...]questionaram os pressupostos presentes na distinção sexo/gênero. Um dos motivos foi a fixidez e unidade que essa distinção conferia às identidades de gênero, ao formular a existência de uma base biológica imutável que dividia a humanidade em dois sexos e, conseqüentemente, em dois gêneros. Outro dos aspectos problematizados foi a universalidade atribuída a essa distinção (PISCITELLI, 2008, p. 264).

O resultado é uma profícua simbiose entre o pensamento de Strathern e de autoras pós-estruturalistas, como Avtar Brah (2006); Judith Butler (2003); Donna Haraway (1995) e Anne McClintock (2003), que debatem gênero, poder e diferença sexual com o intuito de desnaturalizar as noções de masculino e feminino. “Desestabilizar” a noção de gênero e de transmissão patrimonial entre fazendeiras será um enfoque metodológico utilizado para a análise a partir dos relatos obtidos.

Outro ponto abordado, e fundamental para o presente estudo, é geração. As noções sobre cursos da vida e envelhecimento utilizadas se baseiam, em grande parte, nos aportes de Guita Grin Debert (1999). O modo pelo qual a vida é periodizada e o tipo de conteúdo simbólico que se configura nas diferentes faixas etárias é um tema central para a antropologia. Para a autora,

[...] a experiência de gênero, assim como a de envelhecimento está sempre moldada por outras experiências de forma que, é preciso desestabilizar qualquer noção de identidade como coerente e fixa. (DEBERT, 1999, p. 35)

Assim como Strathern e Piscitelli, Debert procura compreender o envelhecimento como um fenômeno relacional. Interseccionado com outras categorias, como raça, gênero e classe, o envelhecimento se traduz num conjunto de práticas concretas transformando-o em uma experiência distinta para cada sujeito. Nesse sentido, a autora também “desestabiliza” as noções pré-concebidas dessa fase específica da vida.

Contudo, de que forma variados cursos da vida podem ser utilizados como referência em um estudo de sucessão patrimonial entre fazendeiras, sendo esses conceitos entrelaçados por questões como classe, raça e gênero? Debert (1999) sugere um excelente ponto de partida a essa questão: a compreensão das categorias de idade como construções sociais, ainda que as mesmas tragam implicações concretas na vida dessas mulheres.

Nos diálogos estabelecidos com essas fazendeiras, foi possível observar que há uma variação no modo que elas tratam os distintos cursos de suas vidas, ora negando a velhice, ora admitindo o peso da idade na gestão patrimonial de suas terras.

1.2 Os contos de Maala, Noa, Hegla, Melca e Tersa

“Rei Lear: Do coração veio o que disseste?
Cordélia: Sim, meu senhor. Rei Lear: Tão jovem, tão áspera? Cordélia: Tão jovem, meu senhor, e verdadeira. Rei Lear: Então vai ser teu dote só a tua veracidade.” (Shakespeare, 2004.)

Na divisão de suas terras, o Rei Lear mal sabia o erro que cometeu. Ao excluir Cordélia da partilha e legar a Goneril e Regan o Reino da Bretanha, selou seu destino marcado por traição, abandono e loucura. Tragédias shakespearianas à parte, pensei em Cordélia depois da conversa com Noa, uma viúva de 72 anos, em sua residência, localizada em um bairro nobre de Campo Grande onde mora sozinha. Inicialmente, estava curioso para saber suas histórias de vida como fazendeira e proprietária de 4.700 hectares de terras na região do Pantanal Sul-mato-grossense conhecida como Nhecolândia.

O nome da região derivou do apelido de um dos primeiros proprietários de fazendas daquele território: Joaquim Eugênio Gomes da Silva, o “Nheco”. Localizada entre os rios Taquari e Negro a Nhecolândia é um distrito de Corumbá-MS, com uma população aproximada de 1600 habitantes.

No roteiro de pesquisa que carregava comigo, as perguntas estavam formuladas com objetivos claros e alinhados ao meu projeto. Mas *a vida é real e de viés*, como diria a canção. Suas memórias escapavam do meu roteiro e me colocaram diante de relatos que não poderiam, de modo algum, ser ignorados em meu campo. Esperava que ela me respondesse que a forma de obtenção de sua fazenda se deu via herança²⁹. Contudo, sua narrativa adquiriu uma trajetória complexa que me fez lembrar da personagem Cordélia.

Noa vem de uma família de longa tradição na pecuária. Seus pais descenderam dos primeiros homens e mulheres que se aventuraram adentro da planície pantaneira em busca do ouro cuiabano e que, com o passar do tempo, deram início à criação de gado naquela região³⁰. Após a morte de seu pai, ela e o irmão mais velho receberam seus quinhões correspondentes da antiga Fazenda Pimenteiras. Segundo a fazendeira, nunca foi educada para administrar a

²⁹ Cheguei a Noa através da indicação de Maala, minha primeira interlocutora. Ambas são primas e dividiram experiências semelhantes nas suas vivências enquanto pecuaristas pantaneiras.

³⁰ Sobre os pioneiros e pioneiras do Pantanal, Abílio Leite de Barros (2008) formulou um álbum gráfico e genealógico publicado pelas Edições do Senado Federal. O livro chegou até mim através de Maala, a qual serei eternamente grato pela indicação.

propriedade; ao contrário de seu irmão mais velho, o foco da atenção de seu pai para garantir o seu legado na tradição da pecuária.

Noa me explicou que a forma como foi educada pela família afastou-a das preocupações com o dia a dia da fazenda: *Eu era menina, Paulo. Fiz Magistério, casei, vim morar na cidade, tive filhos.... Aí já viu né?*, testemunhava. Na época (final dos anos de 1970 e início dos anos de 1980), seu marido também reprovava suas constantes preocupações com as terras, pois subentendia que o irmão da esposa estava administrando tudo. Entretanto, segundo Noa, toda a visita que fazia ao local³¹ e todos os lucros da venda do gado apontavam para, no mínimo, uma má gestão do empreendimento rural do irmão.

Notei que tinha coisa errada. Achava que tinha pouco gado e que a fazenda vivia no vermelho. Não sobrava quase nada de dinheiro pra mim, enquanto meu irmão vivia de caminhoneta novo. Trocava todo o ano, sabe?! (Trecho da entrevista de Noa, concedida em 11 abr. 2018).

Além disso, Noa me relatou que, quando solicitava prestações de contas ao irmão, os ânimos se exaltavam e tudo acabava em briga. A situação se agravou com a morte do marido no ano de 1989. Com duas filhas para criar e sem os rendimentos de seu companheiro, ela queria se aproximar mais das decisões sobre a gestão de sua propriedade. Foi nesse momento da entrevista que comecei a pensar no Rei Lear e em Cordélia. Seu irmão, segundo ela, estava dilapidando, além do patrimônio herdado, a tradição da família na pecuária, com decisões desacertadas sobre a administração e *farras com a mulherada* – palavras de Noa. O resultado foi o acúmulo de dívidas e, conseqüentemente, a falência dele, o que lhe obrigou vender sua parte do imóvel.

Na história do Rei Lear, ao preterir Cordélia e agraciar Goneril e Regan com a herança, o monarca sela sua tragédia. Seu legado se dissolveu em intrigas e conspirações e, ao final, a personagem termina velho, abandonado e louco. Para além dessa comparação sugerida, observa-se algumas questões pertinentes tanto na questão de gênero quanto na questão geracional. Noa recebeu uma educação marcada por aspectos relacionados ao feminino em nossa sociedade. Tradicionalmente, o que se esperava das filhas mulheres, à época de sua juventude, era uma vida vinculada ao lar, ao matrimônio e à criação dos filhos. Esse é o arquétipo do feminino em muitas sociedades.

³¹ Noa nunca morou na fazenda. Tradicionalmente as filhas de ricos produtores rurais do Pantanal são enviadas a educandários cristãos para receberem formação. De conventos na cidade de Corumbá até o tradicional colégio Sion da cidade do Rio de Janeiro, as filhas dos pantaneiros abastados passavam longas temporadas estudando.

Nesse sentido, o gênero opera dentro de um sistema de produção de diferenças (PISCITELLI, 2006) que afasta as mulheres das lidas nas fazendas e as aproxima das lidas do lar. Características consideradas femininas e masculinas atravessam o social e ganham corpo por meio dos costumes na sucessão patrimonial. Apesar da partilha seguir a lei, os costumes delegaram à Noa um papel coadjuvante na gestão de seus bens. Coube ao irmão mais velho protagonizar essa tarefa, o que, segundo ela, ocasionou muitos prejuízos para ambos.

Outro tópico que pode ser destacado em seus relatos é a geração. Durante sua juventude, Noa viveu uma experiência em que o lugar tradicional das mulheres tinha estreita relação com tarefas acima mencionadas. A viuvez lhe compeliu a desempenhar uma atuação mais presente e enérgica na gestão de sua herança. Sendo assim, a morte do marido e os problemas com o irmão mudaram sua conduta.

A transição dona de casa complacente-fazendeira de atitudes duras e viris transcorreu a partir de episódios cuja função é demarcar os variados cursos da vida feminina. Debert (1999) explicita, de modo claro, essa questão ao relacionar a viuvez feminina ao envelhecimento:

Para as mulheres, o envelhecimento significa uma passagem de um mundo totalmente regrado para outro em que se sentem impelidas a criar as próprias regras. O próprio do envelhecimento é vivenciar um processo de perdas indesejadas e sofridas que tornam a independência e a liberdade possíveis (DEBERT, 1999, p. 48).

Tendo em vista as discussões anteriores, é pertinente incorporar essa interpretação sobre curso da vida à intrínseca relação entre gênero e geração na sucessão patrimonial. Em termos formais, Noa recebeu suas terras no ato do registro da partilha. Porém, em termos práticos de acesso à propriedade, os costumes interseccionados por gênero e geração permitiram sua efetiva posse e autonomia na gestão de suas terras, conquistadas somente depois com a viuvez e com a abolição da maioria dos estereótipos de mulher educada para o lar.

No que se refere a outra entrevistada, Maala, a primeira informação que obtive foi durante uma aula de Antropologia Urbana no PPGAS-UFMS. Ao responder uma colega sobre o tema de minha pesquisa, ela imediatamente me informou que conhecia uma pessoa que poderia ser minha interlocutora durante o campo. O que sabia sobre Maala se resumia aos relatos dessa amiga: uma fazendeira do Pantanal que administrou uma propriedade durante muito tempo. Tudo dentro do perfil que eu buscava para investigar.

Maala é tia de Noa. Com apenas cinco anos de idade a mais que a sobrinha, compartilham uma série de costumes, pois ambas nasceram e foram criadas na cidade de

Corumbá-MS. Filha mais nova de uma prole de onze irmãos, no início dos anos de 1960 Maala recebeu de herança, aproximadamente, 4.700 hectares de terras também localizados na região da Nhecolândia.

Após um longo hiato entre nosso primeiro encontro, marcamos nossa segunda conversa novamente em sua casa às 15 horas de um sábado. O meu atraso de 15 minutos foi suficiente para que ela, entre risos, chamasse minha atenção: *Eu sou professora, Paulo. Odeio atrasos. É mais forte do que eu.* Ao contrário de nossa primeira entrevista, em que não parecia preocupada com o visual (trajava vestes simples), nesse dia estava mais bem vestida. Trajava um vestido floral de fundo amarelo. Cabelos amarrados com esmero. Usava brincos e tinha as unhas feitas. Abriu um largo sorriso ao me ver e disse: *Hoje eu estou mais arrumadinha, Paulo.* No entanto, a elegância da fazendeira não foi pensada para a conversa que teríamos, e sim para o encontro entre ela e seu passado.

De forma resumida, faz-se necessário expor alguns dados de Maala. Os irmãos foram educados no *Colégio dos Padres*, na cidade de Corumbá, ao passo que suas irmãs foram a conventos da cidade para que fossem educadas seguindo, rigorosamente, um padrão disponível apenas para integrantes de famílias mais abastadas do Pantanal. Maala – diferentemente de suas irmãs e irmãos – foi enviada ao Rio de Janeiro para estudar no Colégio de elite Sion³² ainda nos anos de 1950. Em sua dissertação³³, aponta que as filhas de funcionários das fazendas da região raramente frequentavam escolas mais tradicionais. Para esses casos, a alfabetização normalmente era ministrada nas próprias fazendas, seja por tutores contratados pelos donos das áreas, seja por suas esposas que dedicavam parte de seu tempo entre lides e lidas para educar seus próprios filhos e os filhos dos funcionários.

Analisando os relatos de tia e sobrinha, observei algumas diferenças em termos de trajetória da vida. A sucessão patrimonial que deu a Maala sua fazenda obedeceu uma antiga

³² A fundação do Colégio Sion – realizada pelas religiosas da Congregação Católica de Notre Dame de Sion – ocorreu com a chegada dessas freiras ao Rio de Janeiro em 09 de outubro de 1888. A Condessa de Carapebus – Dama de Honra da Princesa Isabel – e a Condessa d’Estrella peticionaram junto à Família Imperial do Brasil a vinda dessa ordem religiosa para educar as meninas da alta sociedade carioca. A própria Condessa de Carapebus foi a Roma solicitar ao Papa Leão XIII as licenças necessárias para a instalação da congregação em terras Brasileiras. Depois de surto de febre amarela registrado em 1888, 1895 e 1902 que vitimou várias irmãs, a ordem mudou-se para a cidade de Petrópolis e retornou para a capital apenas em 1905, quando as condições de salubridade melhoraram. O Colégio Sion foi referência para as elites nacionais até os anos de 1970; recebia meninas de diversas partes do país para obterem uma educação dentro da melhor tradição francesa. Segundo Angela Xavier de Brito (2012, p.104-105), “O *esprit de Sion* é, assim, o espírito de corpo específico ao colégio, o principal esteio da educação sionense. Ele consiste nesse predicado dificilmente definível, mistura de qualidades morais e intelectuais, amor ao trabalho, devoção, fé, solidariedade e espírito de grupo que provém da adesão de um grupo mais ou menos homogêneo aos mesmos valores, aos mesmos princípios de socialização”.

³³ Maala foi professora universitária.

tradição do Pantanal: o quinhão de terras onde se localizava a sede³⁴ da fazenda ficaria sempre com a filha caçula. Noa, por ser filha mais velha, não teve a mesma prerrogativa. Seu irmão que herdaria a melhor estrutura do imóvel.

Ao contrário de Noa, Maala contou com a colaboração do então marido para tomar posse de suas terras. Ao retornar de Brasília, durante uma temporada que lá passou, ao final dos anos de 1960, ela e o esposo buscaram assumir diretamente a gestão da fazenda. O auxílio dele, segundo Maala, permitiu que seu quinhão gerasse os dividendos esperados pelos dois. Entretanto, em 1986, ela se divorcia e passa a cuidar sozinha da sua fazenda, que não havia entrado na partilha de bens em seu casamento.

Por conseguinte, os dois casos de sucessão patrimonial acima são dessemelhantes: Noa, por ser mais velha que o irmão, não herdou a sede, enquanto que Maala, por ser a caçula, herdou. Noa não contou com o apoio do marido para administrar suas terras, ao passo que Maala teve o seu sempre à frente da gestão. Entretanto, nas conversas com Maala, observei que após seu divórcio muitas propostas de compra de suas terras surgiram, como testemunha: *O telefone aqui de casa não parava de tocar! Os funcionários da fazenda foram procurados por muita gente para saber se eu queria vender as terras.*

Maala ainda me relatou que os próprios peões da fazenda não acreditavam que ela poderia dar cabo à tarefa de administrar seus bens. Isso aproxima a experiência da tia e da sobrinha com relação à sucessão patrimonial. Os direitos legais à propriedade eram assegurados, porém as práticas sociais impediram durante muito tempo a efetividade do usufruto de suas terras. Em ambos os casos, as interlocutoras tiveram que lidar com situações marcadas por questões de geração e de gênero. Se a viuvez foi o ponto de partida para um período de instabilidade na posse das terras de Noa, Maala, ao se divorciar, enfrentou diversas dificuldades, em especial a insistência de pessoas que desejavam adquirir sua fazenda.

O curso da vida, assim,

[...] transforma-se em um espaço de experiências abertas, e não de passagens ritualizadas de uma etapa para a outra. Cada fase de transição tende a ser interpretada, pelo indivíduo, como uma crise de identidade e o curso da vida é construído em termos de necessidade antecipada de confrontar e resolver essas fases de crise (DEBERT, 1999, p.53).

³⁴ É na sede da fazenda que se localizam as benfeitorias do imóvel, como a casa dos proprietários, as casas dos funcionários, currais, além de outras estruturas que permitem apoiar as atividades de subsistência, como pequenas hortas e roçados. Da mesma maneira que as antigas casas grandes, a sede é, portanto, o coração e a alma da propriedade.

Ressalta-se mais uma vez que as experiências de sucessão hereditária, para os casos acima, são distintas. O gênero é apenas uma parte de um sistema produtor de diferenças. Imbricam-se nele diversos cursos da vida que atuam sistematicamente na composição da realidade das entrevistadas.

Passarei agora para a análise de outros dois casos que reforçam minha percepção. Hegla é a mais idosa das fazendeiras que tive oportunidade de conversar. Todos os nossos encontros ocorreram na presença de sua filha, Melca, também proprietária de uma fazenda na região de divisa entre os municípios de Água Clara e Ribas do Rio Pardo. Hegla, atualmente, possui apenas 50 hectares em um distrito próximo à capital do Estado. Contudo, sua história de vida também ilustra características da sucessão patrimonial entre mulheres. Hegla recebera, ainda no ano de 1980 (à época já era casada com seu falecido esposo), a doação³⁵ das terras que pertencia a seu pai. Herdou mais de 600 hectares onde, junto com o marido, cultivavam lavouras de arroz. Era a filha caçula da família, assim como Maala. Em nossa conversa, perguntei se ela recebeu a sede da fazenda por ser a filha mais jovem. Explicou-me que, apesar desse costume ser bem antigo, a ambição demasiada de seu irmão mais velho a impediu de receber a propriedade.

A história de vida de Hegla é interessante, pois corrobora o aspecto peculiar observado a partir da sucessão hereditária entre fazendeiras: a equidade na partilha é assegurada em lei. Assim como Maala, era garantida a Hegla, por um antigo costume, a posse do quinhão onde a sede estava localizada. Entretanto, no campo das disputas patrimoniais, podem existir determinados conflitos de interesses que justificam a disposição dos bens das herdeiras em função de sua condição de gênero.

Maria José Carneiro (2001) faz uma observação sobre os aspectos informais da sucessão patrimonial:

A diversidade de soluções possíveis é fruto não apenas de diferentes tradições, mas, sobretudo, de diferentes sistemas de reprodução cultural, social e econômica. Nestes termos, não existe uma rigidez de regras nem uma diversidade descontextualizada. A transmissão de direitos sobre a propriedade familiar de uma geração a outra é objeto de múltiplas estratégias que variam de acordo com as condições de cada família, ou seja, com os instrumentos de negociação ou de compensação disponíveis, derivados tanto da sua história específica como da sua inserção na economia e na sociedade (CARNEIRO, 2001, p. 22-23).

No caso das interlocutoras acima, o curso da vida articulado com gênero traduz outra situação contextual: filhas herdeiras podem ter, a partir de relações sociais específicas, a

³⁵ A sucessão patrimonial pode ocorrer via formal de partilha após o falecimento do familiar ou realizada em vida por meio do instituto da doação.

equidade na partilha dos bens comprometida³⁶. No caso de Hegla, passou por dois processos de sucessão. No primeiro, quando recebeu a herança do pai e da mãe, obteve ajuda do esposo para encampar a administração de suas terras. Entre uma lavoura e outra, diversas dificuldades econômicas, como quebras de safras e os prejuízos delas decorrentes, obrigaram o casal a arrendar sua fazenda para a criação de gado. Somou-se a isso a necessidade de educar os filhos e as filhas na cidade, uma vez que no campo não havia estrutura escolar que garantisse a formação desejada a eles. No entanto, com a morte do marido e os compromissos assumidos com seus dois mandatos de vereadora em um município próximo a Campo Grande, Hegla passa por outro processo sucessório de bens: a doação em vida de suas terras para os cinco filhos e filhas. Isso porque, segundo ela,

[...] eu estava sozinha, logo eu fui terminando um gado já; já não era mais [vaca] leiteira, era gado só de cria e engorda. Aí, depois que leva o L. morreu, a gente foi largando, criei mais um pouco sozinha, eu não queria tirar os filhos, que tudo estava estudando, aí fui lá abandonando um pouco lá. Arrendei as pastagens onde tinha o gado [...]” (Trecho da fala de Hegla em entrevista concedida no dia 21 abr. 2018).

Hegla argumentou ainda que a viuvez e a idade avançada pesaram na sua decisão de transferir a posse de suas terras para os filhos, situação semelhante vivenciada por Noa e Maala. Ambas afirmaram que está chegando o momento de passar as terras adiante. Contudo, existem diferentes condições entre elas. Se Hegla não tinha mais interesse em trabalhar nas suas terras, Noa e Maala ainda possuem.

Noa, a contragosto, segundo ela, arrendou as vastas pastagens de sua fazenda por *não ter mais coluna*, suas palavras, para se deslocar até a erma região da Nhecolândia. Suas duas filhas³⁷, que sucederão as terras, não demonstram qualquer interesse em administrar o imóvel. As razões para essa apatia com a fazenda não foram esclarecidas diretamente pela interlocutora; apenas informou que hoje os jovens não querem passar por situações difíceis de administrar.

Por sua vez, Maala, apesar de lidar com inúmeras dificuldades para administrar sua fazenda (ela atribui isso às penosas e demoradas viagens ao Pantanal, incompatíveis com sua

³⁶ Sobre esse assunto, o mesmo estudo de Carneiro (2001) constatou que as transmissões patrimoniais entre imigrantes do sul do país estavam circunscritas por fatos que também não seguia a legislação. Afirma a autora: “A família, entendida por esses atores como uma unidade cujos interesses coletivos devem ser preservados, se impõe como uma entidade supra-jurídica cujas regras internas (do mundo privado, da casa) são tidas como particulares, não devendo ela, portanto, submeter-se às determinações de qualquer ação estranha (exterior) e impessoal da justiça oficial. Assim, o que se estabelece dentro dos limites familiares deve ser respeitado e acatado por aqueles que se reconhecem (e são reconhecidos) como integrantes deste grupo (Carneiro, 2001, p.24).

³⁷ Uma delas exerce medicina em Campo Grande e outra é psicóloga na cidade de São Paulo.

idade avançada), ainda comanda, de sua casa, via telefone, a gerência da área. Centralizadora, segundo ela mesma, toda a semana o capataz vai ao município mais próximo para lhe repassar informações referentes à estrutura do local, regimes de cheias³⁸ e o estado do plantel. Todas essas informações, anotadas em seu caderno³⁹, junto com os dados bancários referentes aos lucros de despesas com a gleba, permitem-lhe ter uma noção precisa, mesmo que a distância, das condições de sua propriedade.

Além disso, a fazendeira possui duas filhas e um filho, frutos de seu casamento. Uma delas mora na Itália, outra em Campo Grande. O filho é proprietário de um restaurante e há dois anos começou a dedicar mais tempo para auxiliar a mãe. Segundo seus relatos, as filhas não desejam tomar conta da parte dita como herança. Nesse caso, contrariamente a Noa, Maal não demonstrou desapontamento com a posição das filhas, pois o legado da Santa Tereza do Pantanal⁴⁰ será administrado pelo filho.

Fora a questão geracional, a posse da terra entre as fazendeiras acima não possui o mesmo significado. Noa assim como Hegla sempre consideraram a terra um meio de subsistência para a família. Para as duas, a posse das terras está nitidamente associada ao trabalho árduo e cuidados intensivos para auferir êxito na gestão da propriedade e sustento da família. A herança, nesse sentido, é compreendida pelas interlocutoras como uma grande responsabilidade.

Para Maala, manter a sua fazenda corresponde a manter também uma tradição familiar que tem raízes no séc. XIX. Porém, alguns fatores podem atuar na composição desse significado. Em todas as nossas conversas, ela sempre afirmou ser mais independente que as outras irmãs. Sua própria sobrinha, Noa, afirmou o mesmo: *a tia Maala sempre foi bocuda, briguenta. A gente falava 'tia, não seja tão durona assim', mas nada adiantava.* Segundo a

³⁸ Dado fundamental segundo Maala. O acompanhamento preciso das cheias e das vazantes (respectivamente, o alagamento e o escoamento de água na planície pantaneira) auxilia o cálculo do período de deslocamento do gado para invernações onde a água não encobre as pastagens, assim como orienta o melhor caminho para ir até a fazenda. Nos períodos de cheia, o deslocamento até a fazenda ocorre por um desvio que acresce 80 quilômetros ao trajeto, feito somente com veículos que possuem tração nas quatro rodas. Barros (2008, p. 109-110) faz uma interessante definição do local: “O Pantanal é uma área agressiva, difícil, exigindo de seus ocupantes, particularmente no passado, estóica aceitação. Multidões de insetos, além de répteis e outros agressores, em certas épocas do ano, fazem a vida insuportável, ainda hoje, aos que não têm o hábito da convivência. Some-se o calor de 40 graus. Somem-se, nos primeiros tempos, a solidão e o isolamento. Essa agressividade do meio ambiente exigiu dos pioneiros algumas qualidades além do desejo de posse. Entre elas eu lembraria a coragem, determinação e ousadia. Por isso foram poucos. Não eram pessoas comuns”.

³⁹ Possui um livro-ata de 100 páginas em que lança informações, desde a quantidade de vacas paridas até a quantidade de animais que vive nas seis diferentes invernações de sua fazenda.

⁴⁰ Atual denominação de seu imóvel.

própria Maala, o fato de ter estudado no Rio de Janeiro e a convivência com alguns parentes⁴¹ garantiram a ela um diferencial: *Sempre fui feminista, Paulo. Acho que nasci assim.*

A agência das interlocutoras também é um mecanismo que pode atenuar a influência dos marcadores sociais aqui analisados. A forma com que cada mulher percebe e reage a esses mecanismos sociais de diferença que expressam as hierarquizações de gênero e mudanças nos cursos da vida pode determinar algumas rupturas dessas condições⁴².

O primeiro grupo da minha rede de interlocutoras, acima analisado, corresponde às mulheres com mais de setenta anos de idade. As similitudes entre esse mesmo grupo não estão relacionadas apenas a sua condição de filhas/viúvas herdeiras. Para além disso, elas vivenciaram (Hegla) ou estão vivenciando (Noa e Maala) o processo de transmissão de suas terras para os herdeiros. Em seus cursos da vida, já passaram pela experiência de herdar e agora experimentam o fato de repassarem sua herança.

Diferentemente das três interlocutoras acima, outra rede se constituiu em meu campo: a de mulheres entre 45 e 55 anos que atualmente organizam seus empreendimentos rurais para, futuramente, assegurarem aos filhas e filhos uma sucessão patrimonial isenta das dificuldades como as relatadas por Hegla, Noa e Maala. Melca recebeu, como herança dos pais e do marido, propriedades rurais que atualmente luta para bem administrar. Tera, apesar de não ter recebido nenhuma herança (suas terras foram adquiridas ao longo dos anos por ela e o marido), e com a morte prematura de seu primogênito em 2006, reconfigurou a organização da gerência dos imóveis pertencentes a sua família.

Realizei esse recorte por faixas etárias ainda com base nos estudos de Debert (1999). As formas de entendimento investidas na idade cronológica, segundo a autora, seguem a rigor os reflexos da pós-modernidade que desconstroem a cronologização da vida. Porém, esse mesmo projeto pós-moderno que criaria um estilo unietário, sem a divisão da lógica fordista⁴³ anterior a ele, não pode ser radicalizado. Nesse sentido,

As idades ainda são uma dimensão fundamental na organização social: a incorporação de mudanças dificilmente se faria sem uma nova cronologização da vida. Seria um exagero supor que a idade deixou de ser um elemento fundamental na definição do status de uma pessoa (DEBERT, 1999, p.57).

⁴¹ Maala sempre fez alusão à influência um de seus cunhados – eminente político do então Estado de Mato Grosso – sobre a importância de ser “independente”.

⁴² No segundo capítulo, buscarei captar esses mecanismos a partir das falas das mesmas interlocutoras sobre assuntos relacionados à gestão rural.

⁴³ Juventude e vida escolar; mundo adulto e o trabalho e a velhice e aposentadoria.

Neste trabalho, por conseguinte, a idade é um elemento fundamental para interpretar os dados de campo e as falas das interlocutoras. O caso de Melca (46) e Tersa (52) estabelece alguns elementos interessantes sobre a sucessão patrimonial entre mulheres dessa faixa etária. Melca é filha de Hegla. Recebeu da mãe um quinhão de terras no início dos anos de 1990. Casou-se em 1988, antes de herdar as terras da mãe, com um pecuarista proprietário de uma fazenda com área total de 2.500 hectares. Desde meados do ano de 2017, Melca percorria os corredores do setor em que trabalho para dar cabo a uma série de procedimentos burocráticos imprescindíveis para o processo de Sucessão Legítima dos bens deixados após o falecimento de seu marido, vitimado por um câncer no fígado. Paralela a essa questão, auxiliava todos os irmãos e irmãs (cinco, incluindo ela) no processo de regularização documental da herança doada em vida pela sua mãe.

O primeiro processo de sucessão hereditária pelo qual passou (quando recebeu as terras de Hegla) foi em grande parte organizado por ela. O segundo processo de herança o qual vivenciou corresponde à partilha de bens deixada em decorrência do falecimento de seu esposo em 2009. Melca me relatou que o marido, quando vivo, impedia-a de tomar parte na administração da fazenda por dois motivos: era o filho mais velho da família e a ele cabia o direito de administrar as terras – foram casados em regime de comunhão parcial de bens. A forma que se deu sua participação no gerenciamento das atividades rurais de sua fazenda foi progressiva.

O gerenciamento das terras iniciou com o adoecimento do marido, em meados de 2006, e culminou com a morte dele em 2009. Nesse intervalo de tempo, a fazendeira percebeu que as dificuldades encontradas na gestão do empreendimento rural eram passíveis de superação por meio dos estudos:

Só que, ao longo do meu casamento, além de eu não concordar com a parte administrativa deles, eu me interessei, por minha conta, para saber toda a parte prática que eu tinha para administrar uma fazenda, e aí eu fui tomando conta dos documentos. [...] estou fazendo agora um curso técnico em agronegócio pelo Senai. Que está ligado à área rural, é totalmente ligada à área rural. E que eu fiz isso para saber administrar melhor, né... para ver se de lá sai uma renda suficiente para manter a fazenda. Porque no meio rural, a não ser que seja fazenda grande, você tem volume de produção, você consegue tirar de lá, passar para a cidade; uma fazenda pequena é o inverso. Você tem que ter uma estabilidade boa aqui, financeira, para daqui você colocar lá. (Trecho da entrevista de Melca, concedida em 21 abr. 2018)

Assim como Melca, Tersa foi obrigada a reestruturar com sua família a gestão das fazendas. Ela e o marido nasceram em Portugal e vieram para o Brasil nos anos de 1970

durante o processo que ficou conhecido como a Revolução dos Cravos⁴⁴. Tentando escapar do alistamento compulsório de seu irmão, mudou-se para o estado de São Paulo, onde veio a lhe apresentar seu futuro marido.

A disparidade no curso da vida de Tersa e Melca obedece a caminhos distintos: a primeira, portuguesa, casada, proprietária de terras na região central do Estado, divide com o marido a tarefa de administrar as propriedades rurais que possuem e desejam agregar as filhas nesse processo. A segunda, Melca é viúva, proprietária de terras na região do Rio Pardo,⁴⁵ teve sempre negada a sua participação na gestão das terras em função do marido, que era vivo, e atualmente se empenha em compreender a complexa tarefa de administrar os imóveis.

Entretanto, ambas compartilham – apesar das distintas trajetórias – o desejo de profissionalizar a gestão de seu patrimônio. Se no primeiro grupo de minha rede, as mulheres eram em muitos aspectos preteridas na gestão dos imóveis recebidos de herança, no segundo, há uma clara preocupação em se qualificar e em qualificar seus descendentes para a uma sucessão patrimonial harmoniosa e sem sobressaltos.

Tersa sempre achou que seu filho mais velho assumiria a empreitada de administrar os imóveis rurais da família. Apesar de existir uma diferença de curso da vida entre ela e Noa, a expectativa era deixar o protagonismo da gestão rural a cargo do seu filho, mesma decisão tomada pelos pais de Noa, há mais de cinquenta anos. Como afirmei acima, *a vida é real de viés*. Em 2006, durante uma tempestade em uma de suas fazendas, o filho mais velho de Tersa foi fulminado por um raio enquanto aguardava a chuva passar. Com a trágica e prematura morte do filho, quem herda a função é uma de suas filhas que, assim como a mãe, depositava no irmão a confiança no gerenciamento das fazendas. A filha se viu obrigada a fazer uma segunda graduação (a primeira era em agronomia) em medicina veterinária e especializar-se em nutrição animal.

Para fazendeiras como Tersa e Melca, o curso da vida ainda possui uma estreita relação com o gênero. Contudo, ao se observar as possibilidades de gestão do patrimônio a se transmitir (no caso de Tersa para a filha) ou transmitida (no caso de Melca), há uma clara reformulação nos valores sociais atribuídos às mulheres de uma geração para a outra. Se para Hegla não havia alternativa senão buscar o auxílio do marido para administração de sua herança, sua filha Melca busca via da formação profissional mais autonomia para gerenciar suas terras. Tersa, de forma semelhante, confia à excelente formação profissional da filha

⁴⁴ A Revolução dos Cravos foi o movimento que contestou a Ditadura de Antônio de Oliveira Salazar, ocorrida em meados dos anos de 1974. Em apoio aos soldados responsáveis por depor o regime, a população distribuía essas flores, símbolo do país.

⁴⁵ Região onde se localizam os municípios de Água Clara e Ribas do Rio Pardo.

mais velha a possibilidade de manter suas fazendas salvaguardadas de processos conflituosos de sucessão patrimonial. Sua fala, nesse sentido, é muito reveladora:

Sim, elas querem continuar, tem um neto aí que está com 13 anos, que ama fazenda, né, então vender... não somos a favor de vender nada, não. Só continuar o que está aí para que eles possam trabalhar e os meus netos também. E gostam, né? Se não, se nós víssemos que que elas não gostam, ou as crianças, mesmo, não gostassem de fazenda, assim talvez tomássemos algumas outras atitudes [vender os imóveis], mas não é o caso. Elas gostam daquilo, a F. é super empenhada (Trecho da entrevista de Tera, concedida em 14 abr. 2018).

Se no curso da vida de Maala, Noa e Hegla, as mulheres eram educadas – normalmente em educandários de tradição católica em regime de internato – para as lides do lar e cuidados com os filhos, Melca vive, e Tera acompanha a experiência da filha, uma descontinuidade dessas circunstâncias a capacitação e especialização no agronegócio para, segundo sua mãe, ocorrer uma sucessão tranquila.

Portanto, o que se pode distender, de todos os relatos dessas fazendeiras obtidos no campo, é que, seguramente, na sucessão patrimonial entre mulheres, sobressai um conjunto de processos que se articulam na escolha de um (ou uma) sucessor (ou sucessora) protagonista. As tensões existentes, tanto a busca da continuidade na produção agropecuária, quanto a existência do grupo familiar (CARNEIRO, 2001) transcorrem dentro de um contexto em que gênero e geração se articulam.

Nos relatos de Noa, Maala e Hegla, temos um conjunto de costumes e valores sociais em que as fazendeiras recebem como herança as terras por uma aparente formalidade legal. Contudo, na prática, suas experiências denotam uma série de dificuldades que se sobrepõe à lei e as colocam numa situação de vulnerabilidade diante de sua condição de mulheres.

Nos casos de Melca e Tera, por sua vez, essas hierarquizações já não produzem mais o efeito que anteriormente eram capazes de mobilizar, ou seja, colocar as fazendeiras como meros receptáculos patrimoniais da família sujeitas a uma série de mandos e desmandos. O gênero, assim, apesar de ainda traçar diferenciações entre as herdeiras mulheres, transmuta-se ao ser interseccionado pelas múltiplas influências contemporâneas cujo acesso mais facilitado à educação não obedece aos rígidos padrões a que as primeiras mulheres foram submetidas.

2 DOIS METROS DE ALTURA POR UM DE LARGURA, O TRINTA E OITO SEGURA!: AS (HIPER)MASCULINIDADES COMO ESTRATÉGIA FEMININA PARA A GESTÃO RURAL

2.1 O Pantanal e as masculinidades femininas

Em minha primeira conversa com Maala, o ambiente estava carregado de tensões tanto de minha parte quanto da dela. Seu endereço é uma antítese ao emaranhado de prédios de alto padrão que circunda aquela parte do bairro. A porta da sala ficava em frente à garagem. Seu carro, um modelo citroen 2010, estava ali. Ao entrar, despedi-me dos cães que me receberam com latidos no portão e aguardei a proprietária, que ainda estava fora da residência, distribuindo improperios e ameaças aos cachorros – nada preocupados –: *Cachorro dá trabalho, mas é bom. Esses daqui foram todos resgatados da rua*, disse ela com orgulho.

Senta, Paulo. Pode ser aqui na mesa de jantar né? Assenti e imediatamente sentei. Ela puxou sua cadeira, olhou-me com curiosidade e foi direto ao assunto, mesmo sem saber corretamente o que era: *Você quer estudar mulheres pantaneiras?* Disse que não e iniciei uma detalhada explicação sobre o tema de minha pesquisa. A cada três orações, eu era interrompido por Maala. O entrevistado ali era eu.

Em nosso segundo encontro, dias depois após uma meia hora de conversas informais, disse a ela que queria saber mais algumas informações sobre suas idas e vindas da cidade para a fazenda. Conversei também sobre o interesse de suas atividades como gestora da fazenda. Afirmei, ainda, que gostaria que ela me relatasse fatos do seu cotidiano nas lidas do campo.

Ao terminar de expor meu interesse na questão, ela imediatamente falou que está *voltando a tomar o cabresto da fazenda*. Reclamou para mim das dificuldades de se administrar as terras a distância. Falou sobre a constante troca de capatazes que entram e por lá não ficam muito tempo. *Minha última venda de gado eu não soube de nada direito*⁴⁶.

Entre outros problemas não só baseados nas constantes substituições dos funcionários, reclamou para mim que o tráfico de drogas já chegou às fazendas pantaneiras. Os ermos caminhos da planície alagada, que antes só presenciavam o vai e vem das comitivas, agora assistem a motoqueiros traficarem drogas. *Até o crack já tem*, disse ela indignada. Os traficantes que trazem a droga para o interior das fazendas eram, segundo ela, os próprios funcionários, que viam a venda como forma de complementar a baixa renda que auferem nas lidas com o gado pantaneiro.

Perguntei então se é difícil reconhecer essas pessoas. Ela respondeu: um carro *de um pantaneiro de verdade* tem sempre na carroceria um tambor de combustível, uma caixa de ferramentas e pedaços de madeira, ferramentas que ajudam o carro desatolar. *Um bom pantaneiro fecha bem a simbra*⁴⁷. Além disso, entre esses novos transeuntes figuravam também os praticantes de *rallye* que transitam nas estradas pantaneiras rompendo a tradicional calma das bandas.

Insisti perguntando se ela tinha dificuldades em lidar com as distâncias. *Não Paulo. Sabe... eu tenho um pé no brejo e outro na cidade*, testemunhou. Enfatizei a longitude: quase 400 quilômetros a serem percorridos. Imediatamente, ela tentou minimizar a questão afirmando que realmente não era fácil, mas não impossível. O caminho para a sua fazenda pode ser percorrido por dois acessos. O mais utilizado (por ser mais próximo), é trilhado por meio do município de Rio Negro-MS. Porém, tal trajeto só pode ser realizado no período da seca. Durante a cheia pantaneira, a única estrada possível é a que se percorre pelo município de Rio Verde do Mato Grosso. Ou seja, 60 quilômetros de estradas a mais.

Nesse nosso encontro, conversamos bastante sobre o fato dela ter pesquisado quando, era professora universitária, as mulheres do Pantanal. Havia um interesse de minha parte, em especial o de saber qual era a sua percepção sobre ser mulher. O cuidado com que guardava a versão impressa de sua dissertação intimidou meu pedido de empréstimo. Foi necessário

⁴⁶ Sobre isso, Maala me mostrou seus cadernos de anotação. Na verdade, são livros-caixa antigos em que ela controla a entrada e saída de animais, os pagamentos de salários aos funcionários e funcionárias, além de estabelecer o controle sobre a circulação do gado dentro das diferentes invernadas para melhor aproveitamento do pastio. Fiquei muito interessado em suas anotações. Ali estava descrita não a penas a dinâmica da fazenda, mas um modelo de gestão. Apesar dela insistir que não passavam de anotações, quando expliquei que para mim seria importante, ela respondeu desdenhando: *outra hora Paulo, outra hora*.

⁴⁷ Fecho formado por arames e madeira que servem para separar as invernadas e impedir a saída de gado.

recorrer ao banco de teses e dissertações que existe naquele programa da UFMS para que eu obtivesse maiores informações sobre seu estudo.

Ao obter o texto, descobri uma pesquisadora primorosa na organização do perfil de suas interlocutoras. A mim, relatou as dificuldades de seu estudo. Uma delas dizia respeito aos longos deslocamentos que precisava fazer na planície pantaneira. Foram necessárias diversas viagens entre Campo Grande-MS, Corumbá-MS e Rio Verde de Mato Grosso-MS para contatar suas decanas do pantanal. Outra, foi quanto à comunicação com as entrevistadas: por serem idosas e com saúde, às vezes, debilitada, Maala necessitava de mais cuidado com o roteiro de perguntas e a compreensão das mesmas idosas.

A partir da coleta de dados oriundos de entrevistas com mulheres pantaneiras da região conhecida como Nhecolândia entre os anos de 1996-1997, a autora reuniu um conjunto de informações que ultrapassa o enquadramento promulgado pelos métodos científicos colocados à prova em sua dissertação. Apesar das interlocutoras hoje estarem todas mortas, as histórias contadas sobre o cotidiano feminino no insólito pantaneiro são narrativas vivas, que ainda podem sugerir incursões antropológicas fundamentais para compreender a identidade feminina naquela região e em outros contextos mais abrangentes do universo de minhas interlocutoras.

O que se observou, a partir de minhas entrevistas com Maala e da análise de seu estudo sobre mulheres do Pantanal, foi a importância de esclarecer junto ao campo algumas questões atinentes às performances de masculinidades. Essa expressão, tão importante aos estudos de gênero na atualidade, auxiliou na abordagem e condução de alguns elementos que pareciam estar dispersos e até mesmo desarticulados em minha pesquisa.

Raewyn W. Connell e James W. Messerschmidt, no texto *Masculinidade Hegemônica: Repensando o Conceito* (2013), problematizam alguns conteúdos essenciais quanto à aplicabilidade do termo. Para os autores,

Apesar de há muito tempo reconhecida, a complexidade interna das masculinidades apenas gradualmente começa a se tornar uma questão de pesquisa. Como indicado em uma discussão anterior sobre o sujeito na prática de gênero, devemos reconhecer agora explicitamente a estratificação, a potencial contradição interna, dentre todas as práticas que constroem masculinidades. Tais práticas não podem ser lidas simplesmente como expressando uma masculinidade unitária. Elas podem, por exemplo, representar formações comprometidas por desejos contraditórios ou emoções, ou por resultados de cálculos incertos sobre os custos e os benefícios de diferentes estratégias de gênero (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013, p. 271).

Falar sobre masculinidades entre fazendeiras de Mato Grosso do Sul não implica diretamente atribuir uma vantagem para as mulheres que se utilizam desse artifício para

enfrentar as hierarquias generificadas relacionadas à gestão de suas propriedades rurais. Tampouco é possível afirmar que a ausência dessas performances coloca as interlocutoras numa situação de desvantagem⁴⁸. Antes de qualquer coisa, é necessário refletir sobre o que Judith Halberstam (1998) denomina de “masculinidades sem homens” ou Andrea Lacombe (2007) nominou de “masculinidades de mulheres”.

Como veremos adiante, categorias de diferenciação, como geração, região e escolaridade, articulam-se com gênero e classe social ao marcarem diferenças que permitem inserir ou não a performance de algum tipo de masculinidade como elemento estabilizador das tensões existentes nas relações de gênero. As possíveis manifestações de masculinidades aqui analisadas são transitórias, relacionais e não necessariamente compulsórias entre as interlocutoras. Essa alternativa é corroborada por Connell e Messerschmidt (2013):

Relações de gênero são sempre arenas de tensão. Um dado padrão de masculinidade é hegemônico enquanto fornece uma solução a essas tensões, tendendo a estabilizar o poder patriarcal ou reconstituí-lo em novas condições. Um padrão de práticas (isto é, uma versão de masculinidade) que forneceu soluções em condições anteriores, mas não em novas situações, é aberto ao questionamento – ele, de fato, será contestado (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013, p. 243).

Nesse sentido, a masculinidade observada entre as interlocutoras do Pantanal é uma categoria de diferenciação. A sugestão de análise para esse resultado é refletir que categorias como estas (classe, gênero, geração e escolaridade) ofereçam

(...) ferramentas analíticas para apreender a articulação de múltiplas diferenças e desigualdades. É importante destacar que já não se trata da diferença sexual, nem da relação entre gênero e raça ou gênero e sexualidade, mas da diferença, em sentido amplo para dar cabida às interações entre possíveis diferenças presentes em contextos específicos (PISCITELLI, 2008, p. 266).

Assim, a masculinidade identificada nas falas de minhas interlocutoras é resultado da articulação entre categorias como gênero, classe, geração, região e escolaridade. Se tomarmos cada um desses marcadores sociais de modo isolado para analisarmos as situações experimentadas pelas mulheres pesquisadas neste trabalho, incorre-se o risco de ignorar práticas sociais relevantes observadas. O fato das mulheres mais jovens ou da região do planalto não recorrerem ao artifício da masculinidade hegemônica como condição estratégica

⁴⁸ A escolarização e a profissionalização dos processos de gestão rural como será analisado adiante foi uma alternativa encontrada pelas mulheres da região do planalto para liderarem seus negócios.

para debelar as dificuldades encontradas na gestão de suas fazendas não quer dizer que as mesmas não atingirão o sucesso.

Faz-se necessário esclarecer que as performances masculinizadas entre as fazendeiras pantaneiras que entrevistei não são garantia de sucesso em suas empreitadas de gestão rural. A seguir, organizei algumas informações dos cadernos de campo coletadas entre o mês de abril de 2017 até meados de novembro de 2018. Dentre mais de 12 encontros, idas a leilões de gado e observações das escolas de profissionalização em “agronegócio”, foi possível realizar algumas constatações a respeito dos usos ou não usos de performances de masculinidade por fazendeiras as quais convivi.

2.2 O Planalto e as masculinidades

O encontro com Hegla foi burocrático. O intermédio de nossos contatos foi realizado por sua filha, Melca. O local de nossa conversa foi marcado em um ruidoso centro comercial da região norte de Campo Grande, que possui em seus anexos restaurantes, bares, lojas de roupas, materiais de construção, pet shops e perfumarias. Sentei à praça de alimentação e lá as aguardava. Havia passado quinze minutos do horário marcado. Pensei no encontro de Maala e sua “bronca” pelo meu pouco atraso em nossa primeira entrevista.

Ao olhar para a entrada da casa lotérica, avisto Melca e uma senhora idosa com relativa dificuldade de locomoção. Mancava da perna direita. Relativa, pois, apesar disso, possuía um olhar vívido e alegre que dava a impressão de subjugar sua aparente limitação. Sem saber que eu as observava, Hegla fazia pequenas paradas no percurso apontando as promoções contidas nas vitrinas das lojas. Melca a repreendia, aparentando pressa. Era sábado. Não haveria de se ter pressa em um sábado, pensei.

Ao se aproximarem, Melca apontou em minha direção com o queixo. Hegla olhou franzindo a testa, procurando por alguém que jamais vira. Os cumprimentos foram cordiais com apresentações de praxe: *Paulo, essa é minha mãe!* Tenho o hábito de abraçar as pessoas a quem sou apresentado. Nisso, parece que me igualei à Hegla. Passadas as cordialidades, ri muito das colocações bem humoradas de Hegla sobre como as coisas estavam caras. Rimos juntos quando falei que não eram parecidas: *adotei, Paulo!*

O tom descontraído de meu primeiro contato com Hegla perdurou durante toda a nossa conversa. A despeito de alguns momentos em que ambas se entreolhavam pensando no que

me parecia uma resposta honesta (ou ao menos convergente), estávamos à vontade. Os contos de Hegla começavam enquanto os de Melca continuariam.

Muitas falas de mãe e filha chamaram-me a atenção. Quando lembro disso, penso também no que é, de fato, importante em uma fala, aquilo que retém minha atenção de pesquisador, dentro do universo de recortes que meus objetivos, justificativas e métodos propõem ou aquilo que realmente poderia importar para minhas afetuosas interlocutoras. A experiência das duas como fazendeiras não segue um trajeto específico. Geração e escolaridade compõem talvez as principais categorias de diferenciação entre mãe e filha. Hegla não chegou a completar o segundo grau, ao passo que sua filha era bióloga formada pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

De modo geral, todas as interlocutoras (com exceção de Hegla)⁴⁹ possuem segundo grau e nível superior completo. Isso expressa de modo claro que, para os padrões de escolaridade da época (anos de 1950 e 1960), elas gozavam de uma condição bastante privilegiada a despeito do restante da população⁵⁰. A escolarização e a especialização, como será visto no próximo capítulo da pesquisa, compõem um importante fundamento para minimizar as diferenciações geradoras de desigualdades recorrentes entre mulheres na gestão de sua propriedade.

Porém, um ponto interessante de suas falas levou-me a refletir sobre um aspecto em particular entre as fazendeiras da região do planalto (Tersa, Melca e Regla) e as fazendeiras da região do Pantanal da Nhecolândia (Maala e Noa). Existe uma categoria de diferenciação presente na fala das interlocutoras que permitiu criar esse recorte: a) performances de masculinidades marcantes nas mulheres pantaneiras, sobretudo no processo de gestão das fazendas; e b) a não utilização dessas performance entre as fazendeiras do planalto.

As performances de gênero, segundo Butler (2016), são, conforme também já foi afirmado nesta dissertação, incoerentes. Dito de outro modo, por mais que cultural e socialmente há um ethos de ser mulher e ser homem em nossa sociedade, em algum sentido, esses ethos podem ser desestabilizados a depender todo contexto em que acontece as relações. Há, deste modo, performances/identidades que podem ser entendidas no plural, como por exemplo, masculinidade(s) e feminilidade(s).

⁴⁹ Hegla não prosseguiu os estudos pois tinha outras prioridades: *Não terminei, saí antes de terminar. Não quis mais ficar de jeito nenhum. Aí saí, com 14 anos comecei a namorar. Não, com 15 anos. Casei com 16. Naquele tempo não existia namoro longo, os pais não deixavam. Começava a namorar, forçava a gente a casar. Aí, ficava... eu fiz 17 anos em novembro, e casei em setembro. Casei novinha, novinha. Meu marido com 23.*

⁵⁰ Segundo o IBGE (2017), o índice de analfabetismo no Brasil nos anos de 1950 chegou a ultrapassar os 50% da população e ficar na média dos 39,5% na década seguinte.

[...] nem sempre se constituiu de maneira coerente ou consistente nos diferentes contextos históricos, e porque o gênero estabelece interseções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidades discursivamente constituídas. Resulta que se tornou impossível separar a noção de “gênero” das interseções políticas e culturais em que invariavelmente ela é produzida e mantida (2016, p.21).

São esses marcadores sociais outros articulados com gênero que torna as experiências dessas mulheres fazendeiras únicas. Uma vez que, segundo o próprio campo aqui explorado mostra-se a descontinuação de um ethos de gênero feminino uno, é possível entender que o “ser mulher fazendeira” atravessa o binarismo homem x mulher, o que demonstra que as relações especificamente nesses espaços são construídas, (re)significadas e negociadas. A constituição do sujeito mulher “não é mais compreendido em termos estáveis ou permanentes” (BUTLER, 2016, p. 18).

O gênero é uma complexidade cuja totalidade é permanentemente protelada, jamais plenamente exibida em qualquer conjuntura considerada. Uma coalizão aberta, portanto, afirmaria identidades alternativamente instituídas e abandonadas, segundo as propostas em curso; tratar-se-á de uma assembleia que permita múltiplas convergências e divergências, sem obediências a um *telos* normativo definidor (BUTLER, 2016, p. 42).

Para tanto, mesmo com as descontinuidades de gênero apresentadas e ainda que serão relatadas, cabe frisar que, essas performances de gênero buscam a inteligibilidade como um processo de negociação estratégica deste contexto. Há uma busca por ser inteligível para quem as ouve e, nisso, segundo Butler (2016), é preciso manter um processo de continuidade e coerência.

[...] aqueles que, em certo sentido, instituem e mantêm relações de coerência e continuidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo. Em outras palavras, os espectros de descontinuidade e incoerência, eles próprios são concebíveis em relação às normas existentes de continuidade e coerência, são constantemente proibidos e produzidos pelas próprias leis que buscam estabelecer linhas causais expressivas de ligação entre o sexo biológico, o gênero culturalmente constituído e a “expressão” ou “efeito” de ambos na manifestação do desejo sexual por meio da prática sexual (2016, p. 43-44).

Esses processos de descontinuidades e continuidades entre sexo, gênero, prática sexual e desejo que Butler (2016) afirma, é, segundo a mesma, o que compõe a Matriz de Inteligibilidade, cujo remete principalmente em nossa sociedade ao homem, branco, heterossexual, cristão e de classe média alta ou rico, uma vez que esse homem descrito torna-se a referência para os demais sujeitos.

Tradicionalmente, a gestão das propriedades rurais possuiu uma estrutura generificada, em que homens e mulheres desempenham tarefas distintas, porém essas atribuições femininas e masculinas, em dados momentos, vão se cruzar, fazendo com que, neste contexto haja processos de descontinuidades e continuidades nos gêneros. Como será visto adiante, há uma nitidez de características masculinas e femininas que foram naturalizadas nas relações sociais estabelecidas entre proprietários e proprietárias de terras nas lidas das fazendas. O fato de ser mulher para minhas interlocutoras repercute em estar inserida em um contexto em que sua condição de “dona” das terras, em muitos casos, estará sujeita a uma série de obstáculos que precisaram ser agenciados.

No curso da vida de minhas interlocutoras, Noa, Hegla e Maala (72, 81 e 77 anos, respectivamente), suas experiências apontam que o lugar ocupado pelas mulheres na divisão do trabalho nas fazendas era delimitado não apenas há alguns espaços da propriedade, como também por algumas tarefas que poderiam ou não ser desenvolvidas por elas. As três fazendeiras não foram “educadas” ou preparadas com antecedência para um dia gerir as estâncias que receberiam de herança. Dessa forma, seriam “moças de família” cujos maridos assumiriam a responsabilidade de “tocar” as fazendas.

Como já dito no capítulo anterior, as primeiras enfrentaram problemas oriundos da administração patrimonial, do casamento (Maala) ou da viuvez (Noa e Hegla). Durante boa parte de suas vidas, a gestão dos negócios nas fazendas não era um fato com o qual elas lidariam diretamente. No caso de Noa, seu irmão mais velho desempenhava essa função. Para Maala, seu então esposo dava um importante auxílio nas suas decisões⁵¹. Já Hegla, desde muito jovem (casou-se aos dezesseis anos), contava com o auxílio do marido e, após o recebimento a sucessão patrimonial, sua fazenda tinha-o como responsável pela gestão. Foi observado, portanto, que os cuidados com as fazendas de cada uma não foi um fator preocupantes pelos quais as três tiveram que lidar assim que receberam suas respectivas heranças. Entretanto, divórcios e viuvezes em seus cursos da vida obrigaram-nas a exercer diretamente a gestão dos negócios em suas terras.

Por exemplo, Hegla, logo após a morte do esposo, dividiu as terras entre os filhos e filhas, arrendou sua parte e passou a dedicar-se a outras atividades. A fazenda de Hegla fica próxima a Campo Grande-MS. Do centro da cidade até a sede, é possível fazer todo o percurso de carro em 50 minutos. Aos 81 anos, ela afirmou que toda a semana passa uns dias

⁵¹ No início dos anos de 1980, Maala me contou que suas terras estariam abandonadas e que os arrendamentos de pastos e parcerias pecuárias que vinha realizando desde o recebimento das terras haviam levado sua fazenda a beira do colapso. Foi com a ajuda do então marido que iniciaram um processo de reorganização dos negócios por meio da administração direta do local.

no local e que no momento a antiga sede da fazenda (a casa-grande) foi toda reformada. Para chegar até lá, nem sempre costuma esperar muito a ajuda dos filhos. *O ônibus me deixa a 150 metros da sede!*, relata.

A aparente tranquilidade que Hegla vive hoje não condiz com as tribulações pelas quais ela passou logo após a morte do marido. No entanto, durante todo o nosso contato, em nenhum momento ela teria afirmado que precisou “falar grosso”, atitude geralmente associada ao universo masculino, com quem trabalhara ou negociara produtos da fazenda com ela. Porém “falar grosso”, bem como tantas outras características ditas como de/para homens, não fora encontradas nos discursos de Helga. Entretanto, o fato de Helga assumir a posição de fazendeira e também tomar a frente dos negócios, de alguma forma, em suas performances, foi preciso também reiterar as normas que compõe o “ser fazendeiro” e, concomitantemente, ressignificar aquele espaço/status.

Dito em outras palavras, o gênero feminino e masculino é entendido neste estudo como um construto social abarcado por parâmetros políticos, produções discursivas que, nas palavras de Butler (2016, p. 69), “assumem o lugar do ‘real’ e consolidam e incrementam sua hegemonia por meio de uma autonaturalização apta e bem-sucedida”. Então, entender o gênero como uma categoria analítica está para além de órgãos sexuais, sexo e sua produção discursiva como percebemos nas falas de algumas interlocutoras deste estudo. O gênero “é a estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância, de uma classe natural de ser” (idem).

A exemplo, Tersa, em um de nossos encontros, relatou-me um processo bastante difícil pelo qual ela e seu marido enfrentaram entre os anos de 2008 e 2010. Seu filho, à época com 23 anos, faleceu tragicamente após ser fulminado por uma descarga elétrica durante uma forte tempestade em uma de suas fazendas. Desde então, o marido passou a enfrentar problemas com depressão, obrigando-o a se afastar das atividades de administração das terras. Em seu relato, é perceptível que a fazendeira prestou um auxílio valioso durante esse período. Entretanto, ela não corroborou essa minha premissa.

Em várias conversas que tivemos, minhas dúvidas insistiam em querer descobrir qualquer traço de algum discurso quanto a performance dita como masculinizada exercida por Tersa no auxílio que prestou ao marido. As respostas a esses meus questionamentos podem ser resumidas na fala a seguir:

Se impor assim, você falar com autoridade sem machucar a pessoa, nem ser inimiga da pessoa, mas você saber assim: “oh, precisa”, mas não mandando, entendeu? Pedindo para pessoa para fazer aquilo ali do teu jeito, porque existem N maneiras você falar a mesma coisa. Sem agredir, sem machucar e sem ser superior a ninguém, porque você não é superior a ninguém, né? (Trecho da entrevista de Tersa, concedida em 11 abr. 2018).

E por várias vezes ela negou que se intrometeria no trabalho “dele”. Para ela, a administração das propriedades é uma função do marido. A ela, cabe apenas opinar vez ou outra. Insisti se em algum momento ela teve que substituir o marido nas funções administrativas. A resposta foi clara:

Não, eu tive que, sim, ajudá-lo, mas... quando meu filho faleceu, né? Que ele ficou um ano praticamente, bem abatido. E agora, tem uns três anos, dois ou três anos que ele entrou numa depressão profunda, então eu peguei assim um pouco à frente das coisas, mas nunca pegando a frente, assim, para que ele se sentisse... entendeu? Assim, abandonado, rejeitado... mesmo com a doença. Porque eu não queria tirar autoridade dele, para que ele não se sente diminuído, por conta da doença, entendeu? Então, assim, eu deixava com que ele tomasse todas as atitudes dele normais, só que alguma coisa que eu achasse que deveria ser de outra maneira, eu chamava a pessoa, e falava: “vamos fazer desse outro jeito”. Para não tirar autoridade dele (Trecho da entrevista de Tersa, concedida em 11 abr. 2018).

Para Tersa, a autoridade é um conjunto de ações as quais ela não deve desempenhar. No trato com os funcionários, sempre deixava claro a sua subordinação ao marido. Mesmo com essa aparente dependência, a interlocutora compunha uma estratégia para lidar com a gestão sem recorrer a nenhum recurso que se utilize representações, como força, firmeza e virilidade, contudo, cabe salientar que, mesmo sem o uso desses recursos, ainda assim ela, de alguma maneira, estava a frente nas decisões dos negócios, fazendo com que houvesse uma ressignificação de “autoridade”, “comando”, “liderança” e, principalmente, “ ser fazendeiro”, no caso, fazendeira.

Faz-se importante ressaltar que as características entendidas como masculinas até aqui citadas, como por exemplo, falar grosso, força, firmeza e virilidade, diz respeito há um tipo de masculinidade mais hegemônica, porém, neste estudo, parte-se do princípio de que há outras marcas que compõe a masculinidade e que a mesma não é singular.

O carácter móvel e contingente da relação entre masculinidade, homens e poder toma-se claro quando analisamos etnografias que prestam atenção ao diálogo e conflito entre masculinidades hegemônicas e subordinadas, ou que prestam atenção quer à variabilidade individual das identidades masculinas, quer às alterações destas num só indivíduo ao longo do ciclo de vida ou consoante situações de interacção (ALMEIDA, 1996, p. 162).

Entende-se aqui, que não há um padrão único de masculinidade, mas sim uma incoerência e descontinuidade nas performances dessas masculinidades, para tanto, percebe-se que há diversas formas de reiterar a norma hegemônica que compõe a matriz de integridade no que diz respeito a normatividade do ser “homem fazendeiro”, como, por exemplo, passar as terras para o filho e não para a filha cuidar, no caso da Tersa onde priorizou colocar o filho mais velho a frente dos negócios rurais da família, ou também, quando o mesmo faleceu e a filha precisou não apenas assumir os negócios, mas também fazer outra graduação mesma do irmão mais velho.

A sociedade atribui os significados para cada corpo e sua identidade, para que assim sejam construídos seres inteligíveis, como vimos acima. Há, neste sentido, um sistema de representações que, segundo Hall (1997), faz com que nos comuniquemos de forma padrão. Porém, quando trazemos isso para realidade, logo é possível perceber que existe uma capacidade de ressignificação pelos próprios sujeitos destes significados incorporados pelo/no corpo. Isso tudo alocado a um sistema de representações em interação com a cultura.

Melca, assim como Tersa, não adotou a estratégia de impor qualquer tipo de autoridade viril para a resolução de seus problemas. De todas “as filhas de Salfaad” que entrevistei, talvez tenha sido ela quem mais encontrou problemas e dificuldades na sucessão patrimonial. Para receber a herança do falecido esposo, ela teve que litigar contra parentes em terceiro grau que se aproveitaram do período de mais de 2 anos em que seu marido ficou acamado. *Roubaram muita madeira da fazenda!*, relata. Teve ainda que rivalizar com arrendatários que não cumpriam com as condições do contrato, motivo que lhe rendeu uma série de prejuízos.

Para Melca, todos esses infortúnios teriam um desenrolar diferente caso ela fosse um homem. Essa percepção, pelo que me relatou, veio se desenvolvendo desde que seu pai morreu e Hegla, sua mãe, passou a assumir os compromissos da gestão das terras. Sobre isso, testemunha:

Agora, depois que a mãe ficou viúva, a gente sempre teve dificuldades para fazer o básico lá. Tipo, limpar o quintal. A mãe pedia, porque eles sempre foram, o pessoal da Furnas, que é próximo, né... fazem muita diária. De área rural, né, e eles sempre passavam por lá e a mãe pedia para capinar, ou para arrumar uma cerca, combinava, mas não aparecia. Então depois que a mãe ficou viúva, foi muito difícil. Porque de maneira geral – e isso não é só rural, não, mas – a mulher, quando ela está administrando algo sozinha, ela... a palavra dela não tem nenhum tipo de valor. Nenhum. Então, assim, eles não levam a sério. Porque a minha mãe, até hoje, tem dificuldade com isso lá (Melca, 46 anos).

As falas dela ainda prosseguem:

Quando você é mulher e você principalmente administra na área rural, eles deduzem que você é burra. E chegam a verbalizar isso para você. (...)E assim, no compromisso que as pessoas têm, quando você faz uma transação, né, que isso aí é um negócio... eles acham que não precisam cumprir porque o outro lado é mulher. Porque se fosse homem, por exemplo, homem já teria dado um soco na cara dele (Melca, 46 anos).

Apesar de reconhecer que a condição feminina a prejudicou tanto ela quanto a sua mãe,⁵² isso não as colocam em um terreno de vulnerabilidade e tampouco de mãos atadas, pelo contrário, usando desses espaços e situações de rechaços e subordinações, elas conseguem agenciar estes momentos para que assim consiga possibilidade de soluções e lidar com esses preconceitos.

Como exemplo desse agenciamento, Melca afirma que a melhor forma de contornar a situação foi por meio da capacitação e do treinamento: *Por conta própria resolvi estudar, fazer cursos. Hoje faço uma especialização em agronegócio.* Dito em outras palavras, “o sujeito não só se forma na subordinação, mas esta lhe proporciona a sua condição de possibilidade” (BUTLER, 2016, p. 19).

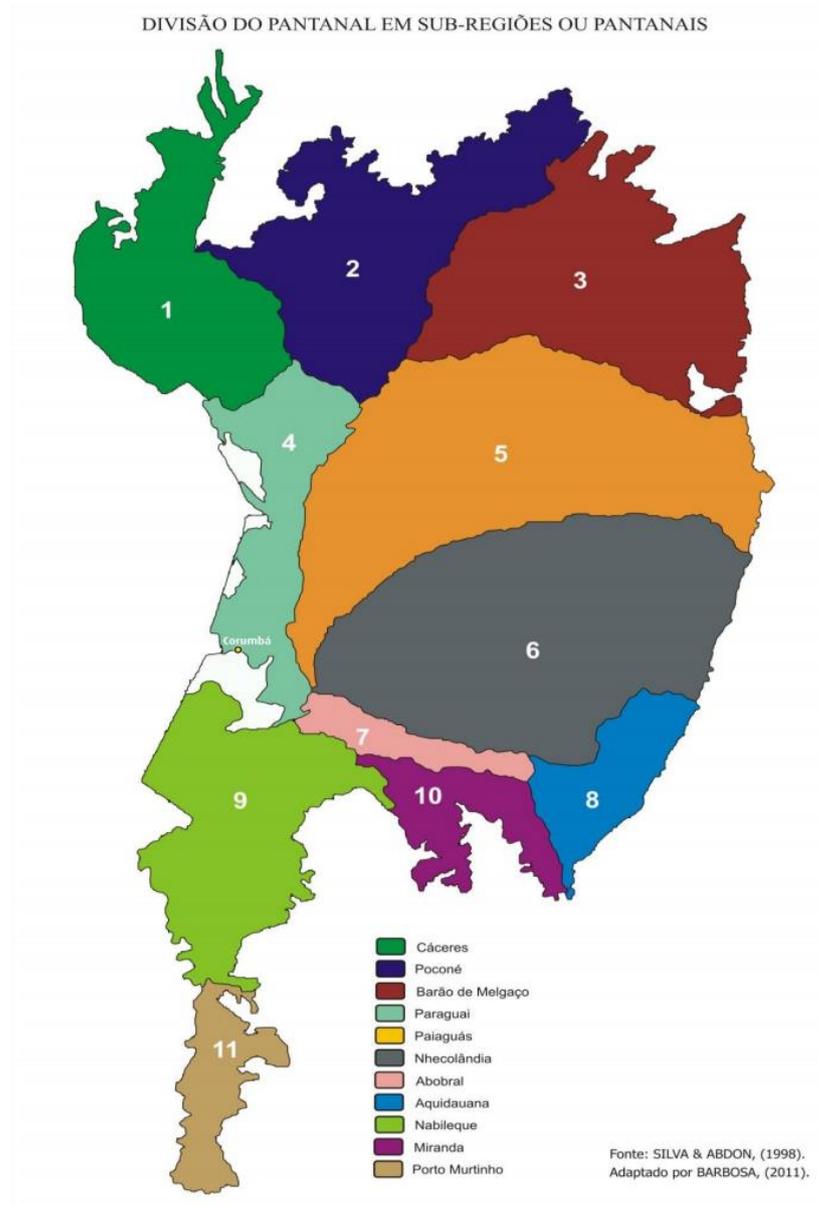
O que importa, até aqui, é demonstrar que, entre as interlocutoras do planalto – independentemente da idade e da escolaridade – observou-se em diversos momentos, resistência dessas mulheres, agenciamento dos rechaços e situações constrangedores, bem como, uma ressignificação do que é o “ser fazendeiro”. Como será exposto a seguir, retroalimentando tudo que já foi exposto, com o grupo das fazendeiras do Pantanal (Noa e Maala).

2.3 As “Diadorins” da Nhecolândia

A maior planície alagada do planeta não possui os seus limites satisfatoriamente demarcados por especialistas nas áreas de geografia, ecologia, cartografia, entre outras. Por ter suas características ambientais, populacionais e culturais tão complexas, pode-se afirmar com bastante acuidade que o Pantanal tem sua maior porção de território localizada dentro do Estado de Mato Grosso do Sul. O lugar se estende, ainda, no Chaco Paraguaio e ocupa também uma menor extensão em Mato Grosso, como se visualiza no mapa a seguir:

⁵² É muito importante frisar que, em nenhum momento das falas de Hegla, a interlocutora expressou qualquer reclamação sobre sua condição de mulher. Mas, durante a conversa junto com sua filha Melca, concordava quando a filha relatava as dificuldades que encontrou após a viuvez.

Ilustração 1 – Mapa da divisão do Pantanal em sub-regiões ou pantanaís



Fonte: Barbosa (2016).

Albana Xavier Nogueira (2002) afirma que a composição complexa do Pantanal

[...] favorece as diversidades da região, permite o reconhecimento, pelos nativos, de vários pantanaís, assim denominados, popularmente: Pantanal do Aquidauana, do Miranda, do Rio Negro, do Taboco, de Nhecolândia, do Abobral, do Jacadigo, do Tereré, do Nabileque, do Paraguai, do Paiaguás, etc. Embora as denominações variem, não chegam a acarretar confusões. Quase todas elas levam em conta os rios que banham as terras da planície pantaneira (NOGUEIRA, 2002, p. 26).

Minhas interlocutoras da região têm suas fazendas e históricos de vida ligados ao Pantanal da Nhecolândia. Tia (Maala) e sobrinha (Noa) possuem fazendas no local. O histórico de formação dessa faixa do Pantanal remonta às origens de um dos principais grupos familiares que ocupou a região em meados do século XIX. São os descendentes de Nheco e Chechê⁵³ que, por quase 150 anos, convivem com os demais povos do local.

Meu interesse por esse histórico de ocupação da Nhecolândia surgiu durante as primeiras entrevistas com Maala. Em nosso terceiro encontro, sentamos novamente na grande mesa de madeira. Disse a ela que tinha lido a maior parte do livro que havia me indicado⁵⁴. Ela me olhou com satisfação e perguntou se eu havia percebido na leitura o ramo de sua família. Afirmi que sim e ela começou a me contar sobre seu pai. Disse que faleceu quando tinha dez anos de idade, ainda na década de 1950.

Recebeu a fazenda de herança no final dos anos 1960, época que já era casada com seu primeiro marido. Foi ele que iniciou o processo de assumir a empreitada de administrar e herdar. Contou-me que, por tradição de sua família, a filha caçula recebia a sede da fazenda. As demais glebas eram distribuídas entre os irmãos. *Quando a gente chegou lá, a sede estava caindo aos pedaços*, comenta. Narrou ainda que, pelo fato de seu então marido não ser fazendeiro nem pantaneiro, cuidou das terras dentro de seus limites. Relembrou que foi durante esse período que os deslocamentos com *fusca* foram mais frequentes. *Depois que a gente conseguiu passar para a Rural e bem depois pro nosso toyotão*, narra.

Em suas idas e vindas do local na década de 1960 e 1970, descansava o longo trajeto na Pensão Santo Antônio, local ou vilarejo também constantemente lembrado pelas entrevistadas de Maala acerca de sua dissertação. Essas senhoras também narravam como a Pensão Santo Antônio era uma espécie de manancial no deserto para aqueles que transitavam Nhecolândia adentro. Durante esse período, aprendeu a *ferrar gado*⁵⁵ e executar as lidas no brete. A seguir, uma ilustração de Maala nas lidas de sua fazenda:

⁵³ Joaquim Eugênio Gomes da Silva (O Nheco) e Maria Mercedes L. de Barros (a Chechê) contraíram núpcias em 1878. Nheco nasceu em Corumbá, filho do Barão de Vila Maria, um importante oligarca do Império Brasileiro que foi senhor da lendária Fazenda Jacobina, um importante polo de colonização do centro-oeste do Brasil. Chechê nasceu no povoado de Livramento e também descendia de um importante clã de origem portuguesa que se instalara nas proximidades de Cuiabá. Empobrecido pelos impactos da Guerra do Paraguai, mudou-se em 1880 para a Fazenda do Firme, onde ajudou a fundar outras fazendas no local por meio de sua influência. O Nome Nhecolândia deriva dele, que, após o casamento, instalou-se nas terras que receberia de herança do Barão, localizadas entre os rios Taquari e Rio Negro. Para genealogia completa das famílias que se instalaram nessa região, ver Banducci Júnior (2007) e Barros (2011).

⁵⁴ Uma espécie de genealogia das famílias pioneiras do Pantanal, com informações que serão preciosas para melhor compreensão sobre o povoamento da região.

⁵⁵ Ferrar o gado, significa marcar a rês com as iniciais ou ideogramas de aço submetidos a uma alta temperatura. O objeto de metal é aquecido até quase atingira a fundição e, em seguida, encostado na parte traseira do gado.

Ilustração 2 – Maala nas lidas de sua fazenda



Legenda: Maala supervisiona a vacinação do gado na sua fazenda em Dezembro de 2018. (Fonte: Acervo pessoal)

No fim da década de 1980, divorciou-se do marido. Teve, então, que assumir sozinha o comando da fazenda. Relatou-me que durante esse período de transição recebeu inúmeras propostas de compra de suas terras – todas recusadas. Nessa época, também ministrava aulas na UFMS e visitava pouco a fazenda. Confiava a administração do local aos capatazes contratados para esse fim. Foi por meio das informações desses funcionários da fazenda que ela foi apresentada e passou a entrevistar para sua pesquisa a maioria das interlocutoras.

Ainda sobre sua relação com os funcionários, relatou-me diversas dificuldades, sendo a principal delas a resistência de capatazes e praiheiros em obedecer suas instruções. *Tive que falar grosso e ser chamada de sem educação pelas costas!*, testemunha. Perguntei que atitude tomou diante desses obstáculos, e ela me respondeu: *encilhei o cavalo e comandeí a comitiva!* Disse, ainda, que nesse período teve que *valer por 2 ou 3 homens* para poder dar cabo à insubordinação dos funcionários que insistiam em não seguir suas ordens. Porém, o tempo e sua tenacidade *colocaram as coisas no trilho* – palavras suas – para finalmente administrar com mais tranquilidade a gleba.

Tal procedimento permite aos proprietários e capatazes identificar os animais que se perdem ou se misturam em invernadas vizinhas.

Ao falar sobre sua formação, ela atribui parte de seu senso de independência ao período que ficou instalada na capital carioca. Lá morava com uma das suas irmãs mais velhas, esposa de um intelectual nascido em Corumbá que lhe *ensinou a ser feminista*. Na hora, suas palavras não me esclareceram sua visão de ser feminista. Levantou-se da cadeira e me chamou para mostrar alguns quadros da parede de sua sala. Lá estavam fotografias de seus pais, de alguns irmãos e irmãs e, em destaque, o retrato do cunhado que mais lhe aconselhou durante sua juventude. O que me parece é que ela forjou seu próprio significado de feminismo atrelado a uma espécie de espírito de liberdade que cultivou para pautar suas atitudes e criar sua história. Ser feminista para ela não parte de pressupostos enunciados pelos feminismos tradicionais moldados a partir das universidades e movimentos sociais de mulheres. Parece advir de um entendimento simples de que as mulheres podem fazer as mesmas coisas de que os homens.

Ao voltarmos para a grande mesa de madeira, falamos sobre a forma como administra sua propriedade. Rapidamente, ela buscou os livros de registros contábeis que guardavam algumas informações. Me chamou a atenção a aparência desses cadernos. Todos tinham folhas amareladas pelo tempo com inscrições feitas a próprio punho Maala. Do pagamento dos salários do pessoal da fazenda ao nascimento de bezerros nas invernadas, tudo era regularmente registrado. As datas de abertura dos cadernos eram do início dos anos de 1990 e as anotações se estendiam até hoje. *Anoto tudo aqui, Paulo! O gado que nasce, o gado que embarca*⁵⁶, *os adiantamentos de salários. Tudo!*, comenta.

Ao ser perguntada como adquire informações contidas nos cadernos, respondeu que atualmente recebe por telefone, mas antes obtinha por meio dos capatazes que iam regularmente para o município de Rio Verde de Mato Grosso verificar dados sobre as rotinas da sua propriedade. Outras vezes também me relatou que eram a partir de suas idas regulares para a fazenda.

Ao notar meu interesse por suas anotações, começou a me exhibir – com orgulho – sua sistemática de gestão. Ela sabe quantas cabeças de gado circulam em cada invernada⁵⁷, quantos bezerros nasceram, quantos foram curados, quantas vacas pariram. Enfim, uma série de informações que garante a ela segurança para executar os comandos para os encarregados e evitar que seja enganada por funcionários desonestos, como outras vezes ocorreu.

⁵⁶ *Gado que embarca* são a rezes que são comercializadas a transportadas em caminhões com destino a outras fazendas para engorda.

⁵⁷ A Fazenda possui 5 grandes invernadas onde o gado circula regularmente para o pastio. O correto manejo dessa circulação permite uma melhor disponibilidade de alimento para os animais e não sobrecarrega a pastagem que necessita de tempo para crescer.

Sua sobrinha Noa me relatou situações bastante semelhantes às enfrentadas por ela na administração de sua fazenda. Começou a gerir suas terras após o rompimento que teve com seu irmão, ainda no fim dos anos de 1980, após a morte do esposo, como visto no capítulo I. Desde então, enfrenta dificuldades que variam da solidão e insegurança nos longos deslocamentos à fazenda até a insubordinação dos funcionários que não se adaptam com seus pedidos.

Em uma de nossas conversas, ela me disse que adquiriu problemas na sua coluna após um capotamento de sua caminhonete, mais ou menos dez anos atrás. Nesse dia, estava indo para a fazenda quando recebeu uma “fechada” de um caminhão, o que lhe fez perder o controle e capotar o veículo em um trecho da rodovia BR 163, próximo ao município de Rio Verde.

A partir das conversas com as fazendeiras da Nhecolândia, percebe-se que as características peculiares das lidas na pecuária pantaneira são duríssimas para um observador deslocado daquele contexto. Os cuidados com o gado – principal fonte de recursos das fazendas – exigem dos peões o emprego de árdua dedicação no cotidiano. Na divisão generificada do trabalho no Pantanal, homens e mulheres desempenham tarefas claramente delimitadas. Em comparação com essa situação, a etnografia de Álvaro Banducci Júnior (2007) sobre o homem pantaneiro faz importantes observações sobre o trabalho feminino dentro das fazendas:

Ocupando-se não apenas da cozinha, limpeza da moradia e roupas, mas também dos terreiros ou quintais, onde alimentam a criação, às vezes cultivam uma horta, buscam lenha para o fogão, as mulheres fazem desses locais, seus espaços de permanência e trabalho, da mesma forma que as beiradas das baías, junto às sedes, onde lavam roupas, e se abastecem de água para o serviço da casa. O domínio feminino é, desse modo, o ambiente doméstico, tanto que, quando se empregam na fazenda, é para trabalhar na casa-grande, e mesmo o seu lazer costuma restringir-se à vida familiar (BANDUCCI JÚNIOR, 2007, p. 166).

Aos homens, portanto, destinam-se principalmente os cuidados com o gado. Existem outras tarefas, mas o sucesso da criação depende exclusivamente de seu trabalho. Por sua vez, os cuidados domésticos, dos animais de pequeno porte e o cultivo de pequenas hortas são tarefas desempenhadas pelas mulheres. No entanto, ressalta-se que esse pequeno resumo não é capaz de elencar todos os tipos de atividades que integram o cotidiano dessas pessoas, mas

minimamente demonstra que homens e mulheres no contexto de cuidados da fazenda possuem tarefas imanentes a cada gênero⁵⁸.

As masculinidades femininas observadas entre as fazendeiras da Nhecolândia estão situadas em contextos nos quais tradicionalmente o corpo, a voz, os traços e as vestimentas femininas exercem uma simbologia que traduz, muitas vezes, uma antítese dos elementos básicos encontrados no trabalho desenvolvido pelos peões: a força bruta, a agressividade e a destreza no uso de ferramentas como chicotes, facas e armas de fogo. Desse modo, não seria surpresa que a liderança exercida pelas poucas mulheres que administram fazendas na região seja dotada desses elementos.

Guilherme Passamani (2018) traz um importante relato sobre o exercício da masculinidade em contextos de fazendas do Pantanal, embora não exercida por uma fazendeira. Uma de suas interlocutoras, Soninha (A Maria-homem do Pantanal) é lésbica e, à época da pesquisa, estava com 54 anos. Os relatos sobre sua trajetória de vida no município de Corumbá-MS trazem algumas questões relativas ao exercício de um tipo de masculinidade observada desde sua conduta homossexual até o desempenho de suas atividades como trabalhadora de fazendas, responsável por gerenciar equipes compostas hegemonicamente pelos “peões” ou “vaqueiros”.

O processo vivenciado por Soninha reflete não apenas uma forma de se sentir à vontade consigo mesma, mas também articulava um complexo emaranhado de códigos sociais que produzia uma masculinidade inteligível – o autor aqui utiliza o preceito de Butler (2003) –, tanto para ela como para suas potenciais parceiras. Essa masculinidade expressa via roupas e atitudes permitiu que a interlocutora analisada por Passamani exercesse

[...] uma função de chefia em um posto ocupado tradicionalmente por homens. A lida com o gado, o trato com a rústica lida campeira, este lugar do vaqueiro, é um espaço que se fez muito próprio aos homens. No entanto a interlocutora diz nunca ter sido afrontada diretamente. Ela justifica isso, em primeiro lugar, por andar sempre armada, conforme explicou. Depois, porque ela se impunha como liderança diante dos demais, inclusive demonstrando habilidade e força, características exigidas para aquele tipo de trabalho (PASSAMANI, 2018, p. 107).

Retomando a análise das masculinidades entre as minhas interlocutoras da região pantaneira, foi preciso ater-se a uma série de particularidades para comparar e estabelecer as

⁵⁸ Há um consenso dos pesquisadores que, entre os povos do Pantanal, existe um tipo de estilo de vida característico dessas gentes. Para a presente análise, será utilizada a categoria “pantaneiro(a)” elaborada por Banducci Júnior (2007) para o qual são as “pessoas que residem e/ou trabalham nas fazendas do Pantanal, em caráter permanente ou transitório, e que se autodenominam pantaneiros. A categoria abrange indivíduos que compartilham os hábitos e valores da cultura local e que se submetem às suas regras de convívio social” (BANDUCCI JÚNIOR, 2007, p. 19).

diferenças observadas que se complementam entre essas fazendeiras do Pantanal e as do planalto. Tomo como referência aqui os relatos de Hegla. Segundo ela, assim como no Pantanal, as tarefas domésticas eram sempre realizadas pelas mulheres. As lidas no campo (criação de grandes animais, trabalho braçal, operação de maquinário como tratores e colheitadeiras) ficavam tradicionalmente a encargo dos homens. Entre as idas e vindas das lavouras de arroz que seu marido produzia em suas terras, Hegla raramente se ocupava das atividades de plantio e colheita. Suas tarefas normalmente consistiam em cuidar da casa e fazer comida para os peões:

Eu cozinhava para os peão, né, tinha peão... Meu marido trabalhou muito com índio. Bugre, que a gente chamava na época. Esse povo gostava muito dele. Então, tinha vez que tinha 20 bugres cortando arroz, sempre na lavoura de arroz. E eu cozinhava para eles. [12:00] E tem o pombal, que até hoje tem, espero que um dia você vai lá para conhecer e tomar banho, a gente atravessava aquele pombal, eu e um sobrinho que eu criei, para levar comida para eles do outro lado. Quando estava cheio, era uma luta para levar, atravessar. Quase que a água levava o cavalo com a matula de comida para atravessar para levar comida para os peão. (Trecho da entrevista de Hegla, 81 anos)

Há, contudo, um importante aspecto nesse contexto. Ao passo que Hegla me relatou em diversos momentos o seu empenho nas lidas da sua fazenda, trabalhando nas funções domésticas como as observadas acima por Banducci Júnior (2007), entre Maala e Noa não havia desempenho das funções “tradicionais” de mulheres. Essa hierarquia era basicamente irrompida pela condição de “dona da fazenda” que duas imprimiam. E isso no Pantanal quer dizer muita coisa.

Nogueira (2002) descreve os espaços sociais são delimitados dentro das fazendas pantaneiras:

Nessas mini organizações sociais, é necessário considerarmos a classe, economicamente superior, dos fazendeiros, com hábitos culturais refinados, até europeizados, vestígios da aristocracia rural e a classe dos vaqueiros e/ou peões, operários rurais com hábitos culturais diferentes, marcados pela própria situação subeconômica em que vivem, na condição de habitantes nômades, das grandes fazendas (NOGUEIRA, 2002, p. 75).

Noa e Maala são filhas de um tradicional clã de proprietários de terras na região da Nhecolândia. Entretanto, o fato de serem mulheres inicialmente não garantiu o sucesso de suas investidas administrativas nas fazendas devido à resistência dos vaqueiros e peões aos das mulheres. Porém, não seria novidade o surgimento de mulheres que ressignificassem esses espaços/práticas e colocassem as lógicas vigentes em cheque na região do Pantanal.

Barros (2008) traz um interessante relato a respeito de Maria Josepha, viúva de João Pereira Leite, a Baronesa de Vila Maria⁵⁹, que viveu no Pantanal em meados do século XIX:

Com a morte de João Pereira Leite, em 1833, o seu segundo filho, João Carlos Pereira Leite, ainda com 16 anos, fez-se o apoio da viúva, na tarefa de administração da enorme empresa, além da manutenção da educação de oito irmãos menores. Mas foi a própria Viúva, Maria Josepha que, à maneira de sua mãe, assumiria toda a administração, com mão férrea, transformando-se na corajosa matrona, a Nhanhã da Jacobina, ríspida, autoritária, que percorria o sítio a cavalo, chapéu de abas largas, chicote em punho, dirigindo os serviços com força máscula, sempre com voz alta e imperativa e, se preciso, impondo os corretivos necessários. Uma nova mulher forte no clã da Jacobina (BARROS, 2008, p. 20).

As performances masculinas das fazendeiras do Pantanal também podem ser entendidas dentro do que Miguel Vale de Almeida (1996) define como uma “negociação cotidiana” das “interações carregadas de poder” e das “reformulações de narrativas de vida”, que permitiu a essas mulheres exercerem o papel de “patrão” ou então “fazer as vezes de homem” em situações adversas sob gerência de suas terras e nas lidas no campo. Almeida (1996, p. 162) ainda reforça que masculinidades e feminilidades

[...] não são sobreponíveis, respectivamente, a homens e mulheres: são metáforas de poder e de capacidade de ação, como tal acessíveis a homens e mulheres. Se assim não fosse, não se poderia falar nem de várias masculinidades nem de transformações nas relações de gênero.

Ademais, as reflexões de Halberstam (1998) sobre masculinidades femininas lançam luzes para compreender a performance de gênero entre as fazendeiras entrevistadas, pois são acionadas para evocar um tipo de virilidade transitória e demonstram a permeabilidade das fronteiras de gênero. MClintock (2003) observou que, em alguns casos, essa performance seria “mais cerimonial que real”, um tipo de demonstração simbólica de masculinidade que poderia ser retirada a qualquer momento. A masculinidade compreendida como permeável, transitória e simbólica pode auxiliar o entendimento da performance de *macho com M maiúsculo*⁶⁰ representada por minhas interlocutoras.

Na concepção em que está sendo mencionada de masculinidades, entende-se que tanto as fazendeiras do Planalto quanto as do Pantanal, relatam maneiras de performatizar masculinidades esperadas no campo aqui estudado. A cada local sua especificidade, contudo, nas fazendeiras do Pantanal ficam ainda mais perceptível em suas características verbais,

⁵⁹ Foi proprietária da célebre Fazenda Jacobina, com mais de um milhão de hectares. Era avó de “Nheco”, marido de Chechê, reconhecidos como os primeiros senhores da região pantaneira da Nhecolândia.

⁶⁰ Frase de Noa sobre sua tia Maala.

gestuais e de postura ao tomar frente do “negócio”, as características de uma masculinidade próxima a hegemônica. Essas condutas, segundo as fazendeiras do Pantanal, parecem exercer como garantia de sucesso para cumprimento de suas ordens. A partir daí, inserem-se elementos materiais carregados de conteúdo simbólico que repercutem em autoridade e virilidade. Observa-se na história acima a recorrência de termos, como mão-de-ferro, coragem, rispidez, força máscula, atribuídos a uma mulher.

Das entrevistas, é possível elencar alguns elementos materiais e simbólicos por meio dos quais essas masculinidades se traduzem: a propriedade das terras, o porte de armas e as falas “grossas”. Esses três elementos não aparecem simultaneamente nas falas de Noa, entretanto, são recorrentes nos relatos de Maala. Isoladamente, nenhum garantiria sua “autoridade” sobre os subordinados, fazendeiros vizinhos ou parentes, mas a sobreposição de seus significados permite interpretar essas masculinidades. Abaixo segue um trecho da fala de Noa, ao me explicar por que andava armada pela fazenda:

Não, eu... sempre por precaução, sabe? Até foi por causa da... uma irmã da mamãe, mais velha, que sempre foi uma mulher atirada, que falou para mim: Noa, você tem que ter, nem que você atire no pé do peão, atire assim só para assustar, porque aí corre a notícia, mas graças a Deus nunca precisei atirar em ninguém (Trecho da entrevista de Noa, 72 anos).

A fala de Noa ilustra uma situação muito relatada nas entrevistas: o fato das fazendeiras, ao herdarem suas fazendas, apresentarem nas demandas de gestão das suas terras aspectos de comportamento reconhecidamente masculinizados para lograrem sucesso nas investidas de administrar seu patrimônio. A arma é carregada de um conteúdo masculino, generificado, porém, fora do contexto social de sua portadora (a saber a classe social, pois ela é a DONA da fazenda), talvez o objeto simbólico teria pouca significância na composição de sua autoridade perante os empregados da fazenda.

Banducci Júnior (2007) em seu livro sobre o pantaneiro da Nhecolândia afirma que os transtornos decorrentes da Guerra do Paraguai (1864-1870) são um importante ponto de inflexão na formação da cultura do Pantanal. O autor afirma que tais

conflitos deixaram como herança não apenas a economia abalada, mas uma história de violência que por dezenas de anos regulou o Pantanal – e todo o sul do estado – alimentada pela arrogância e impunidade e poderosos chefes políticos, de um banditismo organizado e pela insegurança de uma população que encontrava nas armas um meio natural de regular o convívio cotidiano. (BANDUCCI JÚNIOR, 2007, p. 38 e 39)

O autor prossegue a análise ao refletir que atualmente a arma de fogo é

um importante componente da indumentária pantaneira e, mesmo que seu uso esteja restrito basicamente à caça ela permanece como um símbolo de masculinidade e poder, conferindo distinção àqueles que tem condição de possuí-las (BANDUCCI JÚNIOR, 2007, p. 39).

A indumentária pantaneira a qual Banducci Júnior menciona é tipicamente a mesma dos capatazes, peões e vaqueiros, funções desenvolvidas tradicionalmente pelo sexo masculino. Uma fazendeira que carrega uma arma consigo, portanto, reifica um atributo masculino de dominação e autoridade perante um grupo de homens que prontamente questiona ordens e palpites femininos em suas lidas.

Maala, diferentemente de Noa, incorporou em sua gestão todos os elementos os quais elenquei anteriormente: a fala grossa, a arma e a condição de dona absoluta da estância: *Paulo, eu costumo dizer: dois metros de altura por um de largura, um 38 segura! Nunca deixei me intimidar. Se falassem grosso, eu falava mais grosso ainda.* Depois do sexto encontro com Maala, não restava dúvidas de que sua fala grossa intimidava não apenas os pantaneiros, mas até mesmo aqueles que conviviam com ela.

Retomo aqui portanto a premissa de Connell e Messerschmidt (2013): se um dado padrão de masculinidade é hegemônico ao fornecer uma solução para tensões existentes entre uma organização de trabalho generificada e uma relação de subordinação marcada por classe social, tendendo a estabilizar tipos específicos de relação de poder, quais seriam os limites dessa hegemonia, uma vez que os significados relacionados são mutáveis? A resposta talvez esteja localizada em outro marcador social e diferença: a geração.

Com 72 e 77 anos respectivamente, Noa e Maala relataram, via conversas, o peso da idade avançada. Disseram-me que as idas e lidas para suas fazendas tiveram a frequência reduzida, visto que os deslocamentos até a Nhecolândia e suas longínquas estâncias são exaustivos e cheios de imprevistos. Noa arrendou suas pastagens. Maala confia agora ao filho mais novo as visitas e supervisões de sua fazenda. Nenhuma delas anda a cavalo a pelo menos dez anos. Percebe-se, dessa maneira, que esse distanciamento do comando das terras está intimamente relacionado à idade avançada.

A velhice também responde a uma série de mudanças percebidas por Banducci Júnior (2007) entre os vaqueiros da região:

Quando envelhecem, os vaqueiros aos poucos abandonam o campo e as vaquejadas, dedicando-se a tarefas mais leves na fazenda, se nelas encontram espaço de trabalho; caso contrário, migram para as cidades a fim de viverem juntos aos familiares, às custas de pensões, ou com a renda de atividades que não exigem qualificação, tais como: guardas noturnos, vendedor ambulante etc. (BANDUCCI JÚNIOR, 2007, p. 61)

Por conseguinte, apontados os elementos acima, pode-se concluir preliminarmente que a masculinidade hegemônica exercida pelas interlocutoras pantaneiras é interseccionada por marcadores sociais de diferenças de classe, escolaridade, região e geração. Em respeito a Maala e Noa, as performances masculinas foram essenciais para a manutenção de sua autoridade ante a engessada hierarquia tradicional das fazendas pantaneiras. Ademais desses contextos, sua manifestação não é compulsória em virtude de que para Tersa, Melca e Regla, as representações simbólicas delineiam outras estratégias de aquisição de autoridade em um ambiente tão generificado como o comando de propriedades rurais, como citado no subtítulo anterior.

Nesse sentido, a posse, a arma e a voz grossa, mesmo que atuantes conjuntamente, asseguram, mesmo que de maneira fragilizada em devidos momentos, sua agência perante aos tensionamentos da realidade do contexto onde vivem. Contudo, há outro marcador social de diferença, a escolarização, que, como será exposto no capítulo a seguir, representada por especializações nas áreas de gestão rural pode repercutir positivamente na capacidade das mulheres em enfrentar as dificuldades peculiares da administração das fazendas. Contudo, esse processo é complexo e carregado de particularidades.

3 GESTÃO RURAL E PROTAGONISMO FEMININO NO “AGRONEGÓCIO”

3.1 Entre criadoras e criaturas: uma manhã de leilões, cochichos e outros negócios

Fazia frio no amanhecer de 21 de julho de 2018, sábado, quando Maala e eu marcamos nosso encontro em frente à sua casa. O destino era um evento que eu aguardara com grande curiosidade e expectativa. *Você nunca pisou em um leilão, Paulo?*, perguntou. Respondi não, com um misto de constrangimento e boa vontade. Fui apresentado a seu neto, que iria dirigir até a localidade no município de Rio Negro, distante 152 km de Campo Grande. Maala vestia calça jeans e botas pretas de salto médio. Por baixo do casaco de couro marrom escuro, era possível ver um belo cachecol adornando seu pescoço. Na cabeça, um chapéu de palha e nos braços um conjunto de várias pulseiras douradas e prateadas. *Gostou da minha maquiagem, Paulo?* Ao ouvir minha resposta elogiosa, ela entrou satisfeita no carro. Partimos para o leilão.

O local que estávamos prestes a visitar era o *Tatersal*⁶¹ *Antônio Martins de Matos*. Ao chegarmos, ainda da rodovia, era possível contemplar o espaço. O estacionamento estendia-se por toda a frente de um pavilhão alto com formato quadrado. O branco do toldo da entrada e das barracas dos canais de tevê que cobriam a hasta harmonizou esteticamente com o amarelo claro das paredes externas. Dali, eu já ouvia a música que tocava dentro do recinto. Estávamos prestes a participar do *11º Leilão da Fazenda Santa Tereza*⁶² & *Convidados*.

Logo na entrada, percebi que estava ao lado de uma companhia muito bem-vinda pelos proprietários do local. Maala cumprimentou, aos abraços e beijos, a esposa do leiloeiro a quem parecia conhecer de longa data. Ela agradeceu o convite e, logo, eu e seu neto fomos apresentados para a anfitriã. Após as cordialidades, direcionaram-nos para uma mesa de frente para a “pista”⁶³. A seguir, exibo uma foto que contempla a vista aérea da *Tatersal Antônio Martins de Matos*:

⁶¹ Tatersal é o espaço de eventos especialmente estruturado e organizado para a realização de leilões de gado. Pode ter uma estrutura simples com pouca comodidade e conveniências (caso raro atualmente, dada a importância econômica e os grandes valores negociados) ou pode chegar a locais com climatização, decorações suntuosas e cerimonial para recepção dos presentes. É uma expressão bastante utilizada na linguagem corporativa das empresas e fazendas que organizam os leilões. Normalmente, quanto mais organizados e luxuosos os locais, maior são as somas de dinheiro envolvidas na comercialização das reses. Natacha Simele Leal (2014) aponta que as origens do termo remontam à família do inglês Richard Tatersall, cujos descendentes fundaram a firma Tatersall, especializada em pedigrees e melhoramento genético de cavalos.

⁶² Apesar da denominação, a fazenda não é de propriedade de Maala. O nome “Santa Tereza”, assim como de outras santas católicas, é muito utilizado para nomear fazendas da região da Nhecolândia.

⁶³ Pista é o espaço semelhante ao curral onde os lotes de animais são trazidos para o momento do leilão. O locutor (daria uma monografia a parte) anuncia dados sobre o plantel para em seguida começar os lances.

Ilustração 3 – Foto da vista aérea do Tatarsal Antônio Martins de Matos



Legenda: Vista aérea do *Tatarsal Antônio Martins de Matos em Rio Negro-MS*. A frente e ao lado esquerdo, o estacionamento amplo. Ao centro o pavilhão onde ocorrem e são transmitidos os leilões. Aos fundos, os currais onde os criadores e criadoras deixam as rêses que serão vendidas. (Fonte: Acervo de Pantanal Leilões Ltda.)

O salão diante de nós estava com diversos conjuntos de mesas e cadeiras dispostos em toda a extensão do ambiente. Percebi duas mulheres maquiadas e bem vestidas que integravam o cerimonial do evento e foram ao nosso encontro, sendo imediatamente dispensadas pela esposa do leiloeiro. *Dona Maala é de casa. Já tenho a mesa dela reservada.* Ao lado esquerdo da porta principal, havia uma mesa comprida com toalha branca, pratos e talheres ordenadamente dispostos. *Venderão almoço*, pensei. E estava redondamente enganado.

Ilustração 4 – Foto do panorama da parte interna do *Tatersal Antônio Martins de Matos*



Legenda: Panorama da parte interna do *Tatersal Antônio Martins de Matos* em Rio Negro-MS, registrado a partir do púlpito onde fica o leiloeiro. (Fonte: Acervo de Pantanal Leilões Ltda.)

Maala gentilmente me explicou como funcionava cada espaço dentro do salão. Sua desenvoltura ao me ensinar os termos mostrava conhecimento e experiência em negócios de gado. Ainda durante a explanação (seu neto estava tão admirado quanto eu diante do vezo professoral que sua avó falava), ela indicou uma escada ao lado da pista. Pediu minha ajuda para subir os degraus. Ao final dela, surgiu um imenso mangueiro sub-dividido em dezenas de pequenos currais onde estavam as rêsas que seriam leiloadas.

Hastas de animais para pecuária também podem ocorrer dentro de exposições agropecuárias⁶⁴. Porém, a maioria desses certames acontecem independentemente da existência dessas feiras. A exemplo do município de Rio Negro, a ocorrência de leilões de gado, segundo minha interlocutora Maala, remonta a meados dos anos de 1990. Já a “Expo Rural Rio Negro”, por sua vez, teve sua primeira edição realizada apenas em 2016.

O leilão que participávamos tinha como carro chefe a venda de touros reprodutores. A empresa organizadora do certame elaborou e distribuiu, com antecedência⁶⁵, o catálogo⁶⁶ de

⁶⁴ Existem diferenças claras na estrutura dos leilões de gado e de Feiras/Exposições Agropecuária. Enquanto o primeiro possui sua centralidade no comércio de rêsas e normalmente apenas para convidada(o)s, o segundo envolve outras atrações, muitas delas abertas ao público. A Dissertação de Natacha Simei Leal (2008) sobre os circuitos formados por estes eventos no Brasil afirma que diversas localidades de todo o país organizam essas festas não apenas para exporem o que há de melhor em produção agrícola e agropastoril, mas para também promoverem diferentes atividades de lazer, que variam de shows com artistas famosos, rodeios e venda de comidas em restaurantes e barracas especialmente montadas para a exposição.

⁶⁵ Segundo Leal (2008), a organização de um leilão começa com pelo menos quatro meses antes de sua realização. É preciso escolher os animais ou “prenhezes” a serem leiloados, reservar uma data no “canal” e na “leiloeira”, de preferência durante a realização de uma feira de pecuária, contratar buffets, DJ’s, iluminadores e o

animais, em que cada folha descrevia os 42 lotes de reprodutores disponibilizados para venda. Tanto eu quanto o neto de Maala ficamos impressionados com o tamanho dos animais. Não demorou para, entre nós, apostarmos quais seriam os mais bem avaliados durante a venda. Maala nos observava atentamente com um sorriso auspicioso nos lábios.

Após dizer que passaríamos fome se dependêssemos de leilões de gado, ela deu início a mais uma série de explicações. *Esse Touro é muito pesado, Paulo. Dependendo da vaca, ele descadeira a coitada na cobertura. Só serve pra inseminar.* Prosseguiu afirmando que a carcaça do animal “não era boa” e que havia outras rêses mais promissoras que o preferido meu e de seu neto. Encerrada a observação do mangueiro, partimos para dentro do salão onde ocorreria a hasta. Sentamos à mesa que foi destinada especialmente para Maala pelos organizadores do evento. Era em frente à pista, ao lado esquerdo do salão. Atrás de nós, conversavam entre si um grupo de funcionários de uma loja de suplementos minerais para gado. O leilão estava prestes a começar.

Em sua etnografia sobre leilões, Natacha Simei Leal (2014) narra um desses eventos ocorridos em Uberaba-MG. Existem grandes diferenças entre as cifras negociadas em uma hasta envolvendo gado de elite (foco da tese de Doutorado da autora) e os certames que poderiam ser classificados como “recorrentes” ou até mesmo comuns⁶⁷. Leal (2014), entre outras coisas, narra a dificuldade brutal em conseguir um convite para participar de um desses eventos de elite em Minas Gerais, como ligações incessantes. No meu caso, o único obstáculo foi conseguir espaço na agenda de Maala associado a algum certame que comercializasse animais de seu interesse.

Em campo, observei que Maala era bastante prestigiada entre os criadores e criadoras presentes, além dos organizadores dos leilões; assim como os reconhecia também: *Tá vendo aquele de calça preta e camisa azul? Comprou um lote de vacas da minha fazenda que foi leiloadado quinze dias atrás aqui!* Nesse momento, pude perceber que cada passo nosso estava sendo atentamente observado pelos presentes. Eu entenderia um pouco melhor isso no decorrer do leilão. Explico.

Uma hasta de touros não é um ambiente organizado e estabelecido com a finalidade estrita de compra x venda x lucro. Fatores adjacentes nesse complexo emaranhado de significados se sobrepõem facilmente a essa ideia pré-concebida. Um(a) criador(a) não

serviço de “assessorias” e dos “leiloeiros”, confeccionar e publicar os catálogos com as genealogias dos animais, além de fazer publicidade do evento.

⁶⁶ Esses catálogos são semelhantes a um livreto. Para o caso dos reprodutores, estão disponibilizadas informações, como a genealogia, peso, idade e circunferência escrotal (indicativo de capacidade de reprodução).

⁶⁷ No mesmo estudo, a autora faz uma extensa descrição sobre aspectos da cultura simbólica e material identificada nesses leilões.

precisa, necessariamente, dar lance ou comprar os lotes oferecidos. Ele(a) pode prestigiar o vendedor. Maala, nessa evento especificamente, cumpria essa função. Os sorrisos dos organizadores e dos donos da Fazenda que venderiam os animais externalizavam esse contentamento.

Ilustração 5 – Foto do Mangueiro



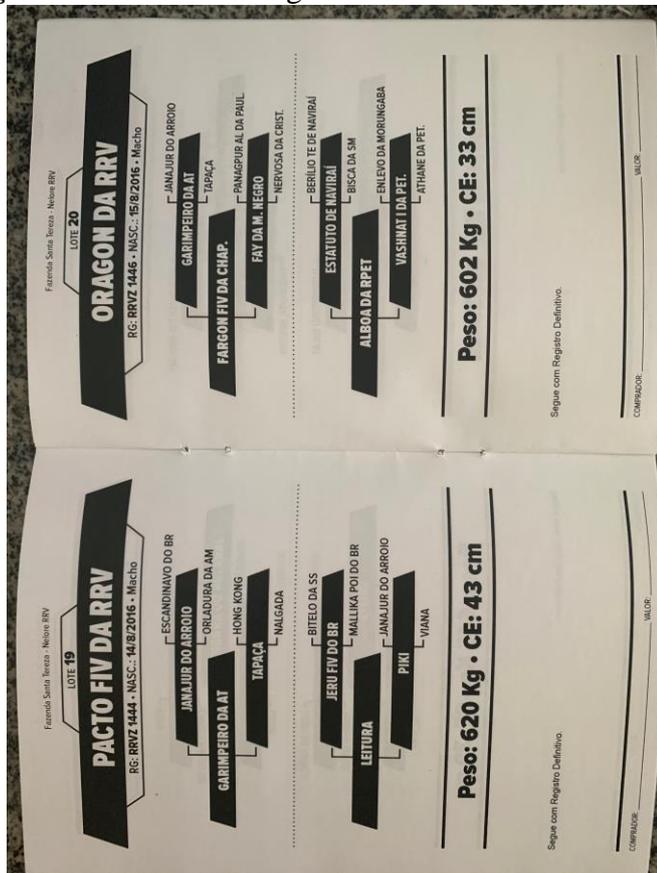
Legenda: Mangueiro onde ficam os animais que vão à leilão. À direita, observa-se um corredor em que os compradores analisam atentamente cada rês. (Fonte: Acervo de Pantanal Leilões Ltda.)

Ao nos dirigirmos para a mesa reservada para Maala, estava disposta sobre a toalha branca uma plaqueta com a palavra “reservada”, indicando preferência a criadores e criadoras escolhidas pelo leiloeiro. Depois que a fazendeira me fez o convite: *vamos tomar uma cervejinha, Paulo?*, explicou-me que somente os lotes de animais eram comercializados; o resto era cortesia da casa. Em seguida, Maala ergueu o indicador e, em poucos segundos, os garçons estavam nos oferecendo água, refrigerantes e cervejas e wiskys de várias marcas.

Ao bebericar o copo, Maala deu início aos cochichos. Inclinando a cabeça para o centro da mesa e apoiando o corpo nos cotovelos, ela repassava para mim e seu neto uma leitura inicial da hasta. Apontou, discretamente, para uma mesa onde identificou uma fazendeira que ela conhecia. *Essa veio pra comprar*, indicou. Perguntei o porquê dessa afirmação e ela me explicou que o modo que sua colega criadora anotava informações no

catálogo, como marcação em alguns lotes, denunciava seu desejo de ofertar lances. *Ela rabiscou no lote 19 e no 20!*⁶⁸

Ilustração 6 – Foto do Catálogo do 11º Leilão da Fazenda Santa Tereza



Legenda: Catálogo do 11º Leilão da Fazenda Santa Tereza. O nome do animal logo abaixo do n. do lote é seguido por informações de sua ascendência. Filhos de touros e vacas premiadas tendem a atingir altos valores em leilões. (Fonte: Acervo pessoal)

Nesse momento, passei a observar com mais atenção os frequentadores e frequentadoras presentes. Inicialmente, pensei que a maioria dos que ali estavam ofereceria lances. Maala me explicou que, entre os presentes, a minoria era criador e criadora; apenas parte deles iria deixar o local com algum animal adquirido: *Grande parte tá aqui para aproveitar a bebida e o churrasco. Quem veio pro crime mesmo é um ou outro*⁶⁹, disse ela

⁶⁸ Esses foram os lotes que mais tarde, durante a hasta, comercializariam os touros “Pacto FIV da RRV” e “Oragon da RRV”, ambos “netos” do célebre touro “Garimpeiro”, um animal muito premiado em leilões de elite cuja genética insufla os valores de seus descendentes.

⁶⁹ Leal (2014) examinou que esse tipo de frequentador(a) de leilões é chamado pelos leiloeiros e criadores de “comedores de coxinhas”. O termo, aparentemente pejorativo, é, segundo a pesquisadora, usado para designar agentes como representantes comerciais, imprensa especializada em agronegócio, estudantes de veterinária e zootecnia: “Apesar de eles realizarem um trabalho que ajuda a alavancar este mercado, já que eles vendem rações, insumos agrícolas ou seguros para animais, são considerados profissionais coadjuvantes. Não é incomum que eles tenham que aguardar por uma mesa em um leilão, ou mesmo que não consigam um lugar e que sejam evitados por alguns criadores em leilões, julgamentos e demais confraternizações”. (LEAL, 2014, p. 150)

rindo maliciosamente para seu neto e para mim. Os criadores e criadoras que frequentavam o leilão provavelmente já tinham realizado a mesma leitura que Maala havia feito.

Os cochichos não eram praticados apenas em nossa mesa. Conversas sussurradas e trocas de olhares estavam generalizados. A curiosidade mútua entre os/as participantes era parte fundamental do leilão. Em um dado momento da hasta, o leiloeiro⁷⁰ narrava um lance que prometia estar entre os mais altos até ali, quando, inadvertidamente, eu ergui o dedo para pedir mais bebida aos garçons. Delicadamente, Maala baixou meu braço, mas não em tempo rápido o suficiente para que um dos “pisteiros”⁷¹ interpretasse meu gesto como um lance. Nos 20 segundos transcorridos entre o lance anterior e o “meu lance”, tive formigamento na minha língua, pois pensei que teria que “comprar” um touro que chegou a um valor final de R\$ 20.000,00.

Maala e seu neto riram muito da situação e eu, obviamente, por nervosismo. *Paulo, durante os lances, se você mexer o ombro, o pisteiro pode interpretar como uma oferta. A partir daí, pude compreender que um bom comprador em leilões não deve apenas avaliar o produto que está sendo vendido, mas, principalmente, os seus potenciais compradores.*

Havia ainda, segundo a fazendeira, algumas encenações realizadas durante os lances para assegurar um preço melhor a ser pago em cada lote. Segundo ela, tal atitude é combinada entre o vendedor e algum(a) produtor(a) amigo(a) a fim de garantir uma “briga” entre os interessados que, conseqüentemente, geraria um número maior de lances. Maala relatou ter observado, em um lance anterior, tal situação: *Aquele cara lá [apontou para um senhor sentado próximo à estação de transmissão da TV a cabo)] não é fazendeiro, Paulo. Ele deu um lance só para aumentar o valor do lote.* Leal (2014) também observou tal situação em leilões de elite:

Uma das possibilidades que tenta assegurar os lucros de quem coloca um animal à venda em um leilão, que também está expressa nos catálogos, é o lance de “defesa”. De antemão o proprietário do animal combina com um “pisteiro” e com o criador e sua confiança qual preço mínimo que pretende vender sua rês. Se porventura não receber a oferta mínima esperada, faz uma “defesa”, o criador de confiança e o “pisteiro” encenam que a rês foi vendida. Quando acontece uma “defesa”, o criador que está comercializando a rês paga o valor de 20% pela suposta venda à leiloeira. Interessante notar que o mecanismo de “defesa” é legítimo, mas no jogo de cena do leilão um criador não pode demonstrar publicamente que um espécime seu suscitou pouco interesse dos compradores ou foi vendido por um preço abaixo do esperado. (LEAL, 2014, p. 162)

⁷⁰ É o narrador do leilão, responsável não apenas por comentar cada lance, mas, rapidamente entre uma oferta e outra, enaltecer as qualidades e características tanto dos animais leiloados quanto de seus criadores.

⁷¹ É o funcionário da empresa de leilões responsável por identificar o participante que oferece um lance. Ao identificar o gestual do lance, o pisteiro ergue a mão para cima e dá um grito para que o leiloeiro possa acompanhar as disputas de ofertas. Naquele dia, haviam cinco pisterios encarregados da identificação dos lances.

Tais arranjos observados compõem uma intrincada teia de significados, na acepção de Geertz (2008), em que um piscar de olhos pode ser interpretado com diferentes sentidos. É o olhar treinado de fazendeiros e fazendeiras que permite codificar sinais específicos, escondidos entre cochichos, mechas de chapéu, piscadelas e outras expressões corporais. Minha interlocutora possuía vasta experiência nessa arena complexa de interesses em que o dedo para o alto é prejuízo ao incauto.

Meu “passeio” (segundo Maala) ao leilão chegaria ao fim por volta das 15 horas daquela tarde. Maala, seu neto e eu ainda ríamos do meu quase “lance”: *Não ia ter lugar no carro pro touro, Paulo, era do grande aquele!* Diversões a parte, as percepções conferidas naquela hasta deixaram evidenciado que comprar gado em leilões exige mais que um olhar acurado. Os participantes (compradores) de tais eventos desfrutam de um status rigidamente hierarquizado em que, no topo, se acomodam os criadores (responsáveis pela lucratividade do evento). Os demais se subdividem em outras funções que, embora não excluídas do evento, estão totalmente subordinadas a criadores e criadoras que compram e vendem seus animais ali.

Contudo, essa hierarquização acima carrega nuances contornadas por diversos marcadores sociais da diferença: os peões (em sua maioria, negros) assalariados que se esgueiram dentro dos currais para o manejo das rêsas; os criadores e criadoras (todos/as brancos /as) que avaliam do alto do corredor quais animais atraem seus interesses; as recepcionistas do cerimonial com seus belos rostos maquiados. Há outros, contudo, para a presente pesquisa, o que interessou foi a hierarquização de gênero.

Compreendo como hierarquização de gênero o influxo de poder existentes nas relações sociais permeado por diferenças e assimetrias derivadas do mesmo gênero. Para tanto, utilizo a forma assertiva com que Michael Foucault (1979) conceitua o termo. Para o autor, o poder não se caracteriza por uma simples dominação de um indivíduo (ou grupo) sobre outros indivíduos (ou grupos). O poder está em constante circulação e funciona e se reproduz dentro de uma cadeia complexa e normatizadora de todas as relações sociais.

Na história da sociedade ocidental, e inclui a brasileira, as mulheres foram excluídas de diversos espaços onde apenas homens poderiam frequentar, como a política, o trabalho ou a educação. Céli Regina Jardim Pinto (2010), ao discorrer sobre aspectos de feminismo, da história e do poder no país, identifica um fato em especial que iniciaria o processo de transformação dessa lógica:

A partir de 1932, a mulher começou a aparecer na ordem da dominação, do mundo público como uma persona que deveria ser controlada. A ela foram atribuídos lugares permitidos e lugares proibidos. Estaria incluída em alguns discursos e excluída em outros. Isto aconteceu por força de dois vetores: a dinâmica da construção recente do Estado nacional no Brasil e do próprio capitalismo e pela força contrária construída pela luta das mulheres, em geral, e do feminismo, em particular. Dos lugares proibidos, certamente o espaço da política era o mais claramente proibido e, por consequência, o mais difícil de romper (PINTO, 2010, p. 19).

Essa realidade – em que pese as diversas transformações que o transcurso da história trouxe às mulheres – ainda encontra reminiscências de diferentes gradações dentro da sociedade. Se em alguns espaços a presença feminina ocorre de modo consistente e sem resistências, ancorada em machismos profundamente arraigados nas relações sociais, em outros o simples comparecimento de mulheres representa uma disruptura aos costumes que relegara a elas uma condição de subalternidade.

Ser mulher, fazendeira e criadora de gado em tatersais de leilões “tradicionais”⁷² tem algumas repercussões. Inicialmente, esses eventos são, assim como muitos outros, masculinizados, em que a presença de mulheres está restrita, elementarmente, à recepção e à produção de alimentos servidos para os presentes. Ter entre os potenciais compradores de gado uma mulher implica ruídos nos sistemas morais e simbólicos (ALMEIDA, 1996), antes operados tradicionalmente por homens.

Maala é uma dessas exceções que geram ruídos. Sua desenvoltura nesses ambientes hegemonicamente masculinos deriva, segundo ela mesma, dos maus bocados que passou nas lidas com sua fazenda da Nhecolândia e de muitos prejuízos em hastas. Durante nossas conversas no leilão, para além das vicissitudes do evento, diversas vezes reclamou que a falta de experiência na compra e venda de animais a levou a adquirir “lotes ruins” (animais de baixa performance ou com características indesejadas) como vender “bons lotes” por preços módicos em relação a outros de mesma qualidade: *Até aqui Paulo, já passei muita raiva. De primeiro, quando eu chegava em um leilão, a homarada me olhava torto, como quem diz, “o que ela está fazendo aqui?” Quando eu dava um lance então, pareciam que estavam vendo um ET (risos).*

Ainda conforme Maala, essa estranheza com que homens observam criadoras que frequentam leilão é menor hoje, mas não deixou de existir. Tal relato pode ser interpretado de diversas formas. Aqui, será dado foco para as mudanças que transcorrem rapidamente no contexto da participação feminina na gestão de propriedades rurais.

⁷² Logo adiante, explicarei o emprego desse termo ao analisar os leilões exclusivos de mulheres.

No desenvolver da pesquisa de campo, diversos *sites* foram acessados, em especial os destinados ao agronegócio. Neles, foi possível examinar uma infinidade de notícias, artigos, congressos, leilões de gado e cursos destinados ao público feminino. Entretanto, a maioria deles tem como foco principal o mesmo grupo de mulheres que compõe a minha rede de interlocutoras, ou seja, fazendeiras que são proprietárias de imóveis rurais (em sua maioria recebidos por herança) e que administram diretamente tais empreendimentos.

3.2 Protagonismo feminino no Agro: a hora e a vez delas

De um modo, o termo “agronegócio”, tratado isoladamente, é precário como elemento de apoio na construção da categoria “fazendeira”, de outro modo, é fundamental para compreender os componentes que constituem a atuação profissional de mulheres proprietárias de imóveis rurais, um dos aspectos da presente pesquisa. Nas discussões anteriores, observou-se que participar⁷³ do “agronegócio” não define fazendeira como categoria; no entanto, a compreensão da categoria “fazendeiras” perpassa por relações com o “agronegócio”.

Para a presente pesquisa, utilizarei a compreensão de que o agronegócio não se restringe às atividades de “dentro da porteira”. Partirei da premissa de que as atividades a ele relacionadas se desenvolvem por um grupo complexo de agentes que atua direta e indiretamente nos negócios da pecuária e agricultura, seja na cidade, seja no campo. Sobre essa percepção, Ana Lucia Valente (2008) discorre:

[...] não há qualquer problema no uso da palavra “agronegócio”, de caráter descritivo, mas sim na complexidade das relações que são engendradas sob essa rubrica. Essa complexidade logo se evidencia: comporta relações humanas, objetivas e subjetivas, da produção ao consumo, numa sociedade marcada por contradições. Entre essas contradições, a particularidade da agricultura assentada em base natural e avessa a processos capitalistas de produção, contudo desempenhando o mesmo papel decisivo nesses mesmos processos (VALENTE, 2008, p. 69).

“Dentro” ou “fora da porteira”, o agronegócio relegou às mulheres um lugar ora de subordinação, ora de invisibilidade no que concerne à autonomia. Isso também pode ser incluído como uma das particularidades citada pela autora acima. Diversos estudos apontam que, do recenseamento a políticas públicas voltadas para o campo, as mulheres não figuravam como objetos de interesse. Deere e Léon (2003) reforçam que as instituições, de modo geral, insistem em pressupor que as diversas unidades agrícolas do país são propriedades ou comandadas pelo chefe de família, muitas vezes homem.

⁷³ Reforço aqui que algumas fazendeiras de minha rede arrendam suas terras. Isso implica o afastamento total na atuação do mercado de trabalho movimentado pelo agronegócio.

Para compreender os desafios da gestão patrimonial rural entre fazendeiras e os modelos de gestão adotados em diferentes experiências do curso da vida, o presente estudo se utilizou de um conjunto de informações oriundo de diversos canais, consultado entre os anos de 2017 e 2018 e, em alguns casos, disponibilizado nos primeiros meses de 2019. Foram visitados mais de 150 sites da internet com variados temas, como: notícias especificamente voltadas para o agronegócio; associações de produtores e criadores; fundações de apoio; conselhos exportadores; indústrias do ramo; canais de leilões; bolsas de mercadorias; institutos de pesquisa; empresas públicas.

Além disso, foram pesquisadas informações em distintos estudos demográficos realizados pelo IBGE (2018) e outros institutos de pesquisa de universidades. Por conseguinte, muitos estudiosos apontam que há em curso uma tendência de “feminização do agronegócio”, isto é, o aumento expressivo de mulheres como gestoras e líderes no mercado da agricultura, processo construído no âmbito de relações sociais, econômicas e culturais do agronegócio.

Para tanto, esta “feminização do agronegócio” não deve ser vista de maneira ingênua a pensar que o fato de muitas mulheres estarem como gestoras dos negócios rurais, tornam esses ambientes menos normativos e blindados pela não participação da matriz de integridade (BUTLER, 2016). Pelo contrário, torna-se o espaço do ambíguo, de alguma forma reitera a norma por elas estarem em um espaço tipicamente masculino e com performances masculinizadas. Entretanto também há uma subversão, que neste mesmo espaço - que não é mais ocupado apenas por homens -, agora, há presença de mulheres tendo performances masculinizadas, questionando assim a hegemonia da masculinidade, estabelecendo também uma negociação: se não pode haver uma quebra deste modelo hegemônico do “ser fazendeiro”, produz-se outras maneiras de experimentá-lo.

Ainda sobre a participação das mulheres no agronegócio, há empecilhos em estabelecer dados demográficos significativos sobre a participação feminina no agronegócio ou sobre a distribuição da posse de terras por gênero decorrem, em grande parte, ainda segundo Deere e León (2003), de um caráter intrínseco das pesquisas:

Mesmo após mais de três décadas de esforços pelos estudiosos e outros que trabalham com “Mulheres/Gênero e Desenvolvimento” para dar visibilidade à mulher rural, poucos censos agrícolas latino-americanos publicam dados sobre o gênero dos agricultores do seu país. Além do mais, muitos ainda não incluem a variável “sexo” no questionário do censo. Outrossim, nenhum dos censos agrícolas pergunta quem no lar é o proprietário legal e poucos perguntam como foi adquirida a terra (DEERE; LEÓN, 2003, p. 103).

Essa tendência de participação feminina no agronegócio não se constitui como fenômeno isolado de outros indicadores sociais e históricos do país. Maria Cristina Aranha Bruschini (2007), por exemplo, ao realizar um panorama da situação das mulheres no mercado de trabalho brasileiro – com o apoio de indicadores censitários e econômicos –, identifica um intenso e constante aumento a partir da metade dos anos de 1970. Por outro lado, percebe que as profissões e cargos de carreira prestigiados, como gerências, diretorias, presidências, são ocupados essencialmente por homens. As mulheres, de modo geral, ainda estão estabelecidas, segundo a pesquisadora, em postos de trabalho vistos como precários e informais:

Em relação ao perfil das trabalhadoras, de um lado elas se tornam mais velhas, casadas e mães – o que revela uma nova identidade feminina, voltada tanto para o trabalho quanto para a família –, de outro, permanecem as responsabilidades das mulheres pelas atividades domésticas e cuidados com os filhos e outros familiares – o que indica a continuidade de modelos familiares tradicionais, que sobrecarregam as novas trabalhadoras, principalmente as que são mães de filhos pequenos, em virtude do tempo consumido em seus cuidados, como analisamos em artigo recente sobre o trabalho doméstico (DEERE; LEÓN, 2003, p. 103).

No caso específico do agronegócio, as cargas de responsabilidades normalmente são antecedidas por disputas sucessórias, embora seja garantido na legislação a igualdade de direitos para as mulheres na divisão de herança. Nessas contendas familiares, geralmente as mulheres reclamam mais participação. O relato de Melca, abaixo transcrito, resume um pouco essa questão:

Aí com o inventário eles gastaram muito, tiveram que vender bastante gado, aí eles tiveram que vender bastante gado e, aí, logo em seguida que meu sogro morreu, um dos meus cunhados já quis vender um pedaço. Então, como era usufruto, era usufruto também da minha sogra, né, e ela estava viva. Aí, como esse filho quis vender, ela aceitou ele vender e teve que tirar o usufruto de todo mundo. Só que aí, nessa história, ela também pressionou mais dois filhos a vender junto. Tinha que vender, que diz que tinha que melhorar, mas só que essa administração, inclusive do dinheiro, também era misturado. Aí meu marido vendeu, ela fez com que meu marido vendesse, meu marido ficou com a última parte da fazenda, então ela fez com que o marido vender a parte dele, e, para não entrar... dizia que, por ela, para não entrar ninguém dentro da fazenda, no meio, né – que era do meu outro cunhado, que queria vender. Aí ele fez um contrato passando a parte dele para esse meu marido; essa venda, eu não pude fazer nada, porque eu casei em comunhão parcial, né; então eles não me davam acesso; nem a minha sogra, nem meu marido. Eu não podia opinar porque era deles. (Trecho da entrevista de Melca, concedida em 21 abr. 2018)

Nesse caso, identifica-se que Melca e sua sogra foram pressionadas a renunciar direitos (no caso o usufruto) ou a não dar nenhum palpite no rumo dos negócios. Deere e León (2003) fazem um importante apontamento sobre essas características:

Muitas regiões da América Latina são caracterizadas por uma divisão de trabalho por gênero, que define a agricultura como uma ocupação masculina; as mulheres são vistas, sobretudo, como donas de casa, não importa qual seja sua contribuição à agricultura familiar. O trabalho agrícola das mulheres tende a ser invisível, considerado simplesmente como “ajuda” ao marido, ou como secundário ao papel principal das mulheres no fornecimento de trabalho doméstico. Tanto a falta de trabalho das mulheres na agricultura como a invisibilidade e falta de reconhecimento social desse trabalho podem servir como mecanismos de exclusão das mulheres do direito à terra (DEERE; LEÓN, 2003, p. 103).

Para além dos dados frios dos *surveys*, há um complexo processo de negociação de poder em que o resultado aponta para uma maior liderança feminina dentro do agronegócio; em que: “nas suas malhas os indivíduos não só circulam mas estão sempre em posição de exercer esse poder e de sofrer a sua ação[...]” (FOUCAULT, 2006, p. 183). Desse modo, irei analisar alguns elementos que demonstram essa transição de liderança entre gêneros no agronegócio.

Sobre esse assunto, cada vez mais, surgem em todo o país cursos, congressos, eventos de capacitação, reuniões setorializadas e até mesmo formação de grupos em que apenas as mulheres são convidadas a participar. O tema de todos eles tem alguma relação com o agronegócio. Um deles, em especial chama, bastante atenção: o Congresso Nacional das Mulheres do Agronegócio (CNMA). Segundo suas organizadoras,

O Congresso prioriza a relevância feminina para o avanço inovador, rentável, sustentável e ético do agronegócio. Nele você terá a chance de se reunir com mulheres do setor de todo o país para trocar de ideias e experiências, sempre com foco no papel da Mulher no Agronegócio Brasileiro. Conheça as vantagens em participar do maior congresso do Agronegócio, voltado ao público feminino⁷⁴.

A quarta edição do evento correrá em outubro de 2019 na cidade de São Paulo. As inscrições são abertas para o público em geral e a participação não se restringe às mulheres do agronegócio. A quantidade de patrocinadores e a complexidade de nichos mercadológicos do agronegócio que participa do evento impressionam: de *startups* focadas em tecnologia para a área rural a empresas de monitoramento de rebanho por satélite; de multinacionais fabricantes de adubos e defensivos agrícolas a laboratórios de vacinas para animais; de representantes de frigoríficos a escritórios de exportação de café. A seguir, a imagem do site do Congresso:

⁷⁴ Disponível em: <http://www.mulheresdoagro.com.br/sobre-o-congresso/>. Acesso em: 16 jan. 2019.

Ilustração 7 – Foto do site do CNMA



Legenda: Capa do site do Congresso Nacional das Mulheres do Agronegócio⁷⁵.

Uso como referência o CNMA dada a ampla divulgação e destaque desde sua primeira edição, mas se destaca que o evento não foi pioneiro na iniciativa de reunir mulheres que vivem direta ou indiretamente da exploração agropecuária. Outros eventos como esse ocorreram e ocorrem por todo o país. Prospera também, dentro das entidades patronais, uma série de eventos que objetiva o empoderamento⁷⁶ feminino frente às questões de administração de suas propriedades rurais. Por exemplo, na terceira edição do CNMA, foi lançada, com o apoio de outras entidades (incluindo federações e sindicatos patronais), a Academia de Liderança das Mulheres no Agro. A finalidade, segundo uma das organizadoras, é

proporcionar treinamentos para que mais mulheres possam se desenvolver e se destacar não apenas na agroindústria, mas também em associações e entidades de classe ligadas ao setor (CERASOLI, 2018)⁷⁷.

Entre as minhas interlocutoras, sobrevêm um interesse expressivo em estudos que objetivem a capacitação dessas mulheres para enfrentar os desafios administrativos dentro das atividades do agronegócio. Mesmo Maala, com toda a sua experiência adquirida nas lidas do gado em sua fazenda do Pantanal, é notável a curiosidade em aprender novas formas de manejo de gado ou tecnologias para o campo.

⁷⁵ Disponível em: <http://www.mulheresdoagro.com.br/sobre-o-congresso/>. Acesso em: 16 jan. 2019.

⁷⁶ Sobre o empoderamento feminino, associa o conceito de poder de Foucault (1979) às reflexões de Jussara Reis Prá e Léa Epping (2012), que alocam esse fenômeno no âmbito da mobilização das mulheres acrescido do desenvolvimento e fortalecimento de suas redes de relações sociais (PRÁ; EPPING, 2012, p. 46).

⁷⁷ Trecho extraído da entrevista concedida pela executiva para a assessoria de comunicação da Associação Brasileira do Agronegócio em 25 de outubro de 2018. Disponível em: <http://www.abag.com.br/conteudos/interna/academia-lideranca-mulheres>.

Tersa, embora nunca tenha participado de curso de capacitação para a área de agronegócio, deposita em uma de suas filhas a confiança na gestão. Após a morte de seu primogênito, quem assumiu a função de auxiliá-la foi a filha. Melca já possuía Mestrado em Agronomia, mas, devido às circunstâncias citadas, fez Medicina Veterinária, uma vez que o principal produto das fazendas não é o gado de corte.

Quando é citado a procura dessas mulheres por cursos de capacitações e também por graduações em que outros homens da família já tenham feito, trata-se de um saber científico entendido não apenas pelo stritus do termo, mas também como uma metáfora usada para legitimação das mulheres em um ordem social no contexto rural. Dito em outras palavras, entende-se essa capacitação como uma nova forma de masculinização, uma reiteração das normas, bem como sua subversão por agora serem elas e não somente eles.

Por conseguinte, diante de toda a movimentação feminina para galgar mais espaço na gestão dos negócios rurais, percebe-se a busca por conhecimento é um fator fundamental. O desenvolvimento das lideranças femininas ocorre, em grande parte, a partir da capacitação com vista ao setor de agronegócio. A respeito disso, utilizando o indicador “liderança feminina no agronegócio”⁷⁸, foi possível identificar mais de 150 links de cursos que ocorreram ou ocorreriam à época ou ofertas de capacitação propriamente ditas. Abaixo, foram enumeradas algumas dessas notícias:

Tabela 1 – Cursos para lideranças femininas no agronegócio

Evento	Fonte
Academia de Liderança das Mulheres do Agro é criada	http://www.abag.com.br/conteudos/interna/academia-lideranca-mulheres
VIII Encontro Estadual de Mulheres Cooperativistas	http://eventos.bahiacooperativo.coop.br/eventos/viii-encontro-estadual-de-mulheres-cooperativistas
Encontro Estadual de Mulheres Cooperativistas abordará tema “felicidade, bem-estar e qualidade de vida”	http://www.sicoobsc.com.br/blog/noticias/encontro-estadual-de-mulheres-cooperativistas-abordara-tema-felicidade-bem-estar-e-qualidade-de-vida/
Mulheres da Copagril participam de Encontro Estadual de Lideranças Femininas	https://www.copagril.com.br/noticia/2543/mulheres-da-copagril-participam-de-encontro-estadual-de-liderancas-femininas
III Encontro de Lideranças Femininas do Agronegócio	https://www.sympla.com.br/iii-encontro-de-liderancas-femininas-do-agronegocio_461563#info
Workshop em SP debate liderança	https://agroemdia.com.br/2019/03/07/workshop-em-sp-

⁷⁸ Pesquisa foi realizada na segunda quinzena de dezembro de 2018, na internet, por meio do site de buscas Google.

feminina no agronegócio	debate-lideranca-feminina-no-agronegocio/
Maracaju sedia o III Encontro de Lideranças Femininas do Agronegócio	http://www.tudodoms.com.br/noticia/91252/maracaju-sedia-o-iii-encontro-de-liderancas-femininas-do-agronegocio
Encontro de Mulheres Mineiras do Agronegócio	http://www.femec.com.br/2019/03/22/femec-tera-encontro-de-mulheres-do-agronegocio/
4º Encontro do Núcleo São Paulo das Mulheres do Agronegócio em parceria com o IPOJUR	https://ipojur.com.br/class/4o-encontro-do-nucleo-sao-paulo-das-mulheres-do-agronegocio/
2º Encontro Syngenta Mulheres do Agronegócio	http://www.ragricola.com.br/agronegocio/agronegocio-sp/syngenta-reune-liderancas-femininas-do-meio-agricola-para-uma-troca-de-conhecimento-imprescindivel-ao-setor/
Encontro “Elas no Agro Capixaba”	https://www.cnabrazil.org.br/noticias/encontro-elas-no-agro-capixaba

Fonte: Pesquisa realizada em sites entre os meses de setembro e dezembro de 2018. Os dados foram atualizados na revisão do texto, uma vez que alguns dos eventos tiveram outras edições no transcurso da escrita da presente dissertação.

O resultado dessa tendência coincide com muitos indicadores demográficos que apontam o crescente número de mulheres nas escolas, nos cursos de graduação e pós-graduação. Bruschini (2007) reflete sobre isso:

No ensino profissional, os percentuais femininos de conclusão são bastante elevados, sobretudo no ensino técnico, na área de serviços, em várias de suas especialidades, com destaque para Saúde e Artes (Fundação Carlos Chagas, 2007). É neste momento que começam a ser feitas as escolhas profissionais que irão se consolidar no curso superior e, posteriormente, se cristalizam no mercado de trabalho, no qual as mulheres predominam no setor de Serviços. No ensino superior, elas ampliaram significativamente sua presença na década analisada, superando os homens, a ponto de, no ano de 2005, a parcela feminina entre os formados ter atingido 62%, como revelam dados do Censo do Ensino Superior, realizado pelo Ministério da Educação (BRUSCHINI, 2007, p. 548).

Para as mulheres vinculadas ao universo do agronegócio, essa propensão se reflete em um domínio de conhecimentos que já é reconhecido pelas mesmas entidades que promovem essas capacitações. Cito aqui um trecho do relatório de Pesquisa realizado pelo IPESO Instituto de Pesquisa (2017), encomendado pela Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG), com o fim de levantar o perfil dessas mulheres:

O reconhecimento das cadeias produtivas e o entendimento do conceito do agronegócio, cuja disseminação vem sendo observada como uma tendência nas últimas décadas no Brasil, têm sido favoravelmente absorvidos e compreendidos pelas mulheres atuantes na áreas. É o caso que evidencia a pesquisa ao constatar que as mulheres ouvidas estão, em sua maioria, familiarizadas com a concepção do agronegócio baseado em um tripé produtivo. As entrevistadas demonstraram ter assimilado a existência e a correlação dessas três forças do setor não vindo de maneira isolada cada etapa do processo. Dentre as opções apresentadas, as participantes foram assertivas ao escolher a definição que identifica o

agronegócio em três cadeias igualmente importantes: a produção de insumos e equipamentos, a atividade propriamente dita na propriedade rural ou na agroindústria e, por fim, a comercialização que faz chegar ao mercado consumidor todo o resultado deste trabalho, completando o ciclo produtivo. Este dado qualifica e valoriza o público pesquisado, demonstrando que há um envolvimento e interesse das mulheres no qual atuam⁷⁹.

Portanto, a partir da discussão acerca da importância da profissionalização feminina para atuar no mercado agrícola como uma forma de negociação de legitimidade nesses espaços, a presente pesquisa apresenta outros pontos relevantes para compreender a dinâmica das fazendeiras dentro de suas propriedades rurais. O estudo também revelou que, apesar do aumento da liderança feminina, o preconceito pela condição de mulher das entrevistadas ainda é proeminente. Esse assunto será discutido na parte seguinte do capítulo.

3.3 O “Ogro-negócio”

No caminho para o leilão em Rio Negro, Maala e eu conversamos muito sobre os eventos já mencionados. O tempo que precedeu nossa visita ao tatersal foi dedicado em colher mais informações sobre as hastas⁸⁰. Na viagem, ela reforçava era uma feminista, pois nunca admitiu ser tratada de forma diferente dos homens em seus negócios no campo: *A mulherada mais antiga até que tolera isso, agora as mais novinhas nem pensar. Eu sempre fui bocuda.*

Quando perguntei o motivo das mulheres mais novas não admitirem tratamento diferenciado com relação aos homens, ela discorreu vários motivos. Todos eles pareciam confluir para os problemas já identificados e enfrentados por outras mulheres em diferentes grupos sociais: *Em resumo, Paulo, esses homens são tudo peão de fazenda. Um ou outro salva. Mas a maioria são tudo ogro!*⁸¹

Como já visto, o relato de Maala sobre o machismo presente no agronegócio não é uma percepção isolada. Sobre isso, analisou-se que não é incomum as mulheres (no caso Maala, Noa e sua filha) recorrerem a performances masculinizadas no gerenciamento de suas propriedades como forma de agenciar esses rechaços. Em outra esfera, encontram-se produtoras como Tersa e Melca, as quais investem esforços tanto na própria formação quanto

⁷⁹ IPESO INSTITUTO DE PESQUISA. 2017: Todas as mulheres do Agronegócio. São Paulo: ABAG, 2017. Disponível em: <http://www.abag.com.br/media/files/sumario-pesquisa-mulheres-do-agro-2017-compressed.pdf>.

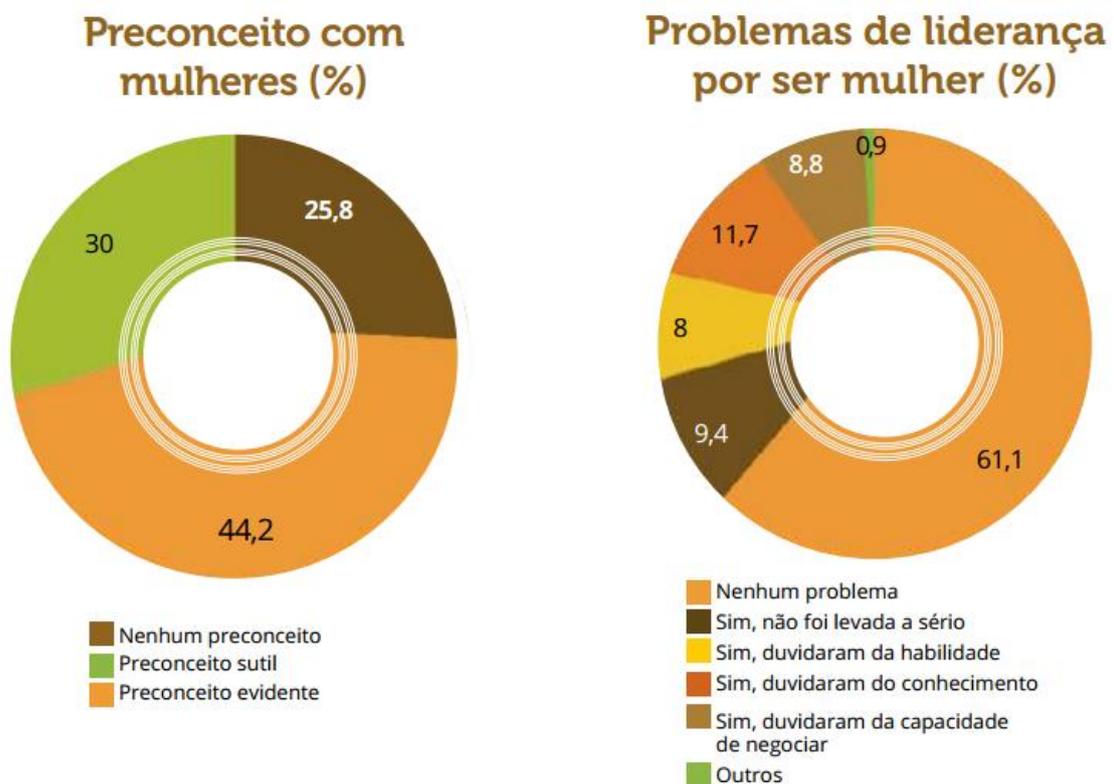
⁸⁰ Enfatizo aqui a importância das leituras de Natacha Simei Leal (2014) sobre leilões e exposições agropecuárias. Tanto sua pesquisa de Mestrado quanto a de Doutorado, realizadas pela Universidade de São Paulo, foram referências prévias para o dia do evento.

⁸¹ O ogro é uma criatura mitológica representada por um monstro gigante humanoide. Essencialmente bruto, furioso, de hábitos alimentares estranhos (alimenta-se de carne humana). Na gíria utilizada por Maala, ele representaria uma crítica ao comportamento machista dos homens no tratamento com as mulheres.

na de suas filhas herdeiras. Além disso, por meio das buscas *on-line* e dos trabalhos de campo realizados para esta pesquisa, constatou-se que as mulheres vinculadas de algum modo ao agronegócio sentem-se desprestigiadas em seu trabalho.

O Relatório Executivo de Pesquisa apresentado ao conselho executivo da ABAG, anteriormente citado, analisa quantitativamente, a partir dos relatos de líderes mulheres, as dificuldades ligadas ao gênero e ao preconceito no trabalho, como se pode observar os seguintes resultados:

Ilustração 8 – Gráfico Preconceito e Trabalho entre mulheres do agronegócio



Fonte: IPESO Instituto de Pesquisa (2017)

As informações apontam que mais de 70% das mulheres que trabalham diretamente no agronegócio⁸² observam um preconceito que varia do sutil ao evidente. Quase 40% delas relatam comportamentos sobre suas capacidades, habilidades, conhecimentos e traquejo para negócios. Ressalta-se que o relatório apresenta os dados de forma quantitativa, contudo, é possível estabelecer algumas inferências sócio-culturais relacionadas ao gênero com o

⁸² No universo da mesma pesquisa, a amostra é composta de 862 mulheres nas cinco regiões do país. A composição majoritária delas é formada por 73% de proprietárias rurais. As demais trabalham diretamente com a cadeia produtiva do agronegócio, como insumos, equipamentos, indústrias, transportadoras e empresas de armazenamento.

presente estudo, especialmente a hipermasculinidade e o machismo nos ambientes de agronegócio. As reações das mulheres ante a esse padrão depreciativo da condição feminina no meio rural poderiam ser resumidas no Pierre Bourdieu (2003) identificou como “condição de dominado”:

Quando os dominados aplicam àquilo que os domina esquemas que são produto da dominação, ou, em outros termos, quando seus pensamentos e suas percepções estão estruturados de conformidade com as estruturas mesmas da relação de dominação que lhes é imposta, seus atos de conhecimento são, inevitavelmente de reconhecimento da submissão (BOURDIEU, 2003, p. 29).

Entretanto, as mulheres do agronegócio, incluindo as fazendeiras que integraram minha rede de interlocutoras, buscam agenciar pelo e no conhecimento e na lei formas de resistir aos rechaços enfrentados em suas carreiras – produtoras, criadoras, agricultoras e demais ofícios desempenhados por mulheres que compõem o agro. Esse processo pode ser compreendido a partir do que Bourdieu também denomina de “luta cognitiva”, ou seja, interpretações antagônicas que oferecem às mulheres do agronegócio alternativas de resistência à “imposição simbólica” do machismo no meio.

Nos diversos caminhos que transcorri pesquisando essas mulheres no agronegócio, foi possível identificar relatos de mulheres que vão além da “luta cognitiva”, como alguns *blogs* com artigos sobre sororidade no trabalho. Essa aliança entre mulheres para o enfrentamento das dificuldades no trabalho com o agronegócio varia desde valorização de executivas em empresas do ramo (veterinárias, zootecnistas etc.)⁸³ até mulheres criadoras e vendedoras de gado (de corte e de elite) que promovem leilões exclusivamente para mulheres.

Abaixo, listei alguns dessas hastas que ocorreram recentemente e que contaram apenas com a venda de gado oriundo de fazendas de criadoras. Há também o folder de um desses eventos:

Tabela 2 – Eventos, leilões e hastas

Nome do Evento	Local
18º Leilão de gado de corte Mulher BPW	Parque de Exposições Laucídio Coelho Campo Grande, MS

⁸³ Em uma interessante passagem do artigo sobre sororidade no agronegócio, a autora Mariana Antunes (2018) resume algumas dificuldades das mulheres: “Falando com propriedade sobre o universo agro, quantas agrônomas/veterinárias/zootecnistas você já viu formar e ir para o interior do país a trabalho? A chegada em um local desconhecido, a presença de poucas ou nenhuma mulher por lá, a cobrança da empresa e o medo do novo são coisas recorrentes e que podem amedrontar ou trilhar o caminho de sucesso de uma profissional. Se você já passou por isso, por que não acolher as que estão chegando? Mostre, de alguma forma, que está disponível para uma conversa, um almoço, um café e esteja atenta para perceber quando alguém precisa de você.” Disponível em: <http://mulheresemcampo.com.br/noticias/existe-sororidade-no-universo-agro/>. Acesso em: 16 jan. 2018.

19º Leilão de gado de corte Mulher BPW	Parque de Exposições Laucidio Coelho Campo Grande-MS
Leilão de corte Mulheres do Conesul	Tatarsal Walter Guaritá, no Parque de Exposições, Dourados-MS
II Leilão das Pecuarias de Três Lagoas e Região	Leiloado, às margens da BR 262, Três Lagoas-MS
10ª Edição do Leilão de gado em benefício do Lar dos Idosos Irmã Afonsina	Sindicato Rural de Pontes e Lacerda -MT
2º Leilão Mulheres de Raça	Barra dos Garças-MT
2º Leilão Mulheres de Gado de Corte Especial	Pq. De Exposições Ney Braga, Londrina-PR

Fonte: Pesquisa realizada em sites entre os meses de setembro e dezembro de 2018. Os dados foram atualizados na revisão do texto, uma vez que alguns dos eventos tiveram outras edições no transcurso da escrita da presente dissertação.

Ilustração 9 – Folder de divulgação do Leilão de Gado de Corte Mulher BPW

18 DE Julho
Quarta • 19h

Terra Nova Eventos
Campo Grande/MS
MS 080, Km 2
(Saída para Rochedo/MS)

19º Leilão de Gado de Corte Mulher BPW/Campo Grande

Associação de Mulheres de Negócios e Profissionais de Campo Grande/MS

Pecuaristas Vendedoras:

Annelise Cândido de Lima Martins	Eliane Catalano Carnaval	Maria Tereza Sacchi
Aparecida Donizetti Guerreiro de Paula	Eliane Massena	Maria Vilma Ribeiro Rotta
Aurora C. Lomonaco Palazzini	Elides Bavaroti Borsio	Marlene Ingold
Clarice Tozzo	Eva Maria Corrêa Medeiros	Neide Espindola Dias
Dativa Marques de Mello	Fabiana Menezes	Neyde Adriana Dias
Dielle Sacchi	Jaqueline Fontanari	Rosely Lucas Rubim
Dora Ledi Toniasso Bileco	Júlia Cardim Buran	Tainara Andrade do Nascimento
Edenilda Fernandes Feltrin	Léa Fontanari	Tereza Vendramini - Teka
Eleiza Moraes Machado	Liz Derzi de Matos	Vera Lúcia Comin
Eliana Custódio Cardim Buran	Lucineide Rodrigues da Silva	Zenilda Fátima Bogado Ferreira

Organização: Realização:

Informações e Cadastros: 67 3342.4113 • 67 99922.5257

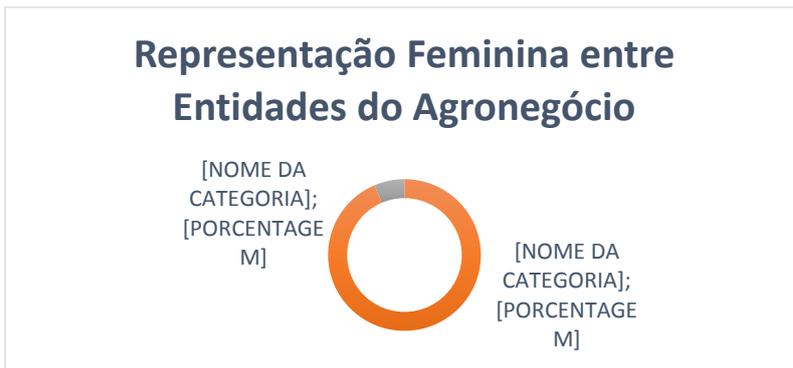
Patrocínio:

Legenda: Folder de divulgação do Leilão de Gado de Corte em que exclusivamente criadoras vendem suas reses. (Fonte: Acervo de Terra Nova Eventos Ltda.)

Outra inferência que pode ser feita com base nos dados do relatório ABAG é as instituições de representação de diversos setores do agronegócio. Durante meu campo, nas

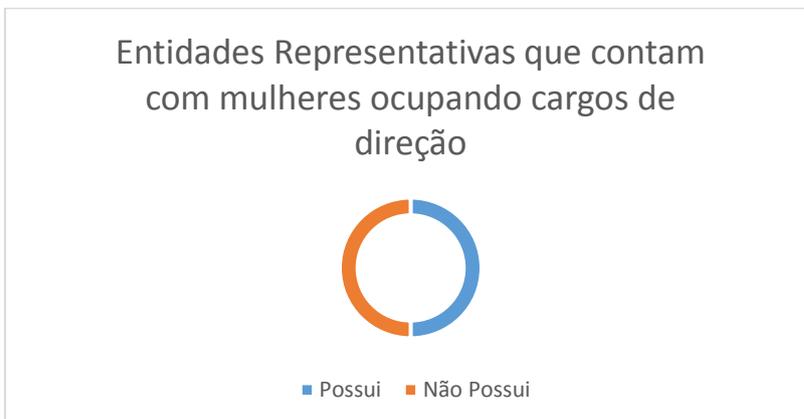
consultas *on-line*, selecionei um grupo de Entidades Representativas do Agronegócio reconhecido pela forte influência política e econômica que exercem. Foram considerados no levantamento todos os membros integrantes de diretorias e conselheiros, cujas vagas estavam previstas no Estatuto de cada uma delas, que possuem capacidade deliberativa e direito ao voto. Membros suplentes não foram contabilizados⁸⁴. Nos gráficos a seguir, é possível observar alguns dados:

Ilustração 10 – Gráfico sobre a Representação Feminina entre Entidades do Agronegócio



Fonte: pesquisa *on-line* realizada entre outubro e dezembro de 2018 para a presente pesquisa.

Ilustração 11 – Gráfico sobre as mulheres que ocupam cargos de direção



Fonte: pesquisa *on-line* realizada entre outubro e dezembro de 2018 para a presente pesquisa.

⁸⁴ As informações foram contabilizadas por meio de uma pré-seleção destas entidades adotando como referência sua representatividade frente aos três eixos que formam o agronegócio: produção, industrialização, consumo. Foram excluídas do levantamento as organizações compostas por pessoas jurídicas e que a capacidade deliberativa está diluída entre os diferentes cargos de direção de seus integrantes. Foram selecionadas 32 instituições. Aquelas que não divulgavam em seus sites a relação nominal de seus componentes, bem como seu estatuto social, foram excluídas do levantamento.

O resultado aponta, talvez, para um novo *ethos*, uma nova *luta cognitiva* em que poderão ser reivindicadas oportunidades de lideranças para as mulheres. Apesar do país ter assistido, na última década, a ascensão de duas mulheres ao cargo de Ministra de Estado da Agricultura⁸⁵ pela primeira vez na história, o espaço ocupado pelas mulheres nos diferentes espaços de poder e liderança do agronegócio ainda é bastante incipiente.

O levantamento acima constatou que nenhuma mulher ocupa a presidência ou direção executiva dessas entidades. Verificou-se ainda que, nessa amostra analisada, cinquenta por cento das instituições sequer contam com mulheres ocupando posições, nem mesmo em esferas consultivas das entidades. Ademais, apoiado no estudo de Bruschini (2007), anteriormente referenciado, observa-se que, ao comparar o percentual de cargos de diretoria ocupados por mulheres, o setor do agronegócio ainda é hegemonicamente comandado por homens.

Como observado no gráfico 1, criado para quantificar em porcentagem a representação feminina entre entidades de agronegócio, apenas seis por cento corresponde a funções exercidas por mulheres. Dessa maneira, é possível inferir que a trajetória profissional, tanto das interlocutoras de minha rede como o universo mais geral de mulheres que trabalham no agronegócio, é permeada, assim como outros segmentos da sociedade, por assimetrias entre homens e mulheres.

Ressalta-se que os desafios femininos têm início no momento da aquisição das terras, em especial nos processos de sucessão que tentam afastar o direito das fazendeiras de reivindicar, não o melhor quinhão de terras, mas o que permita condições semelhantes de produção comparados aos quinhões destinados aos herdeiros homens.

Há, ainda, a imposição de um exercício performático de masculinidades, em que a voz das mulheres muitas vezes podem ser ouvidas quando carregada de autoritarismo e virilidade, em que os símbolos femininos que cada uma traz consigo no corpo e na personalidade devem ser inibidos e que é preciso que elas reiterem as normas de como é ser “um proprietário de terras” repetindo os atos de “exemplos” masculinos que as foram demonstradas no decorrer de suas vidas.

Por fim, nesse contexto hostil à presença feminina, a alternativa que salvaguarda as mulheres do agronegócio é a busca por conhecimento, capacitação e especialização. Não é à

⁸⁵ A senadora Kátia Abreu (PDT-TO) e a Deputada Federal Tereza Cristina Correa da Costa (DEM-MS) ocuparam seus mandatos depois de presidirem a Confederação Nacional da Agricultura e da Pecuária e a Frente Parlamentar da Agricultura e Pecuária, respectivamente.

toa que durante minhas pesquisas, a cada momento, várias fazendeiras (de muito jovens a idosas) planejavam a organização de grupos compostos exclusivamente por mulheres.

Cabe aqui, portanto, depois da cuidadosa observação de iniciativas femininas de inserção no mundo do agronegócio por meio do conhecimento, da sororidade e da ambição em liderar suas próprias carreiras, ratificar que não é difícil imaginar um futuro próximo no qual a participação feminina será mais incisiva, subversora e transgressora das normas vigentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve, a princípio, o objetivo de realizar uma etnografia pautada na realidade de dois grupos específicos de mulheres: trabalhadoras rurais assentadas e o que inicialmente eu denominei de “produtoras rurais”. A ideia era construir uma etnografia que descrevesse a complexa relação entre cidade-campo, rural-urbano no universo dessas mulheres. Tal empreitada, por motivos já expostos no decorrer da dissertação, se tornou inviável.

As próprias categorias que tentei erigir para desempenhar a pesquisa não foram suficientes para compreender a complexidade dos dois grupos. Tanto o termo “trabalhadoras rurais assentadas” quanto o termo “produtoras rurais” não se tornaram representativos para o trabalho. Fez-se necessário, então, escolher um grupo de interlocutoras que tornaria viável os caminhos da etnografia que eu pretendia escrever. Nesse sentido, prevaleceu o grupo do que viria a ser denominado de “fazendeiras”.

Essa rede já estava estruturada, pois, no decorrer do meu campo, contatei um conjunto robusto de mulheres, proprietárias de imóveis rurais, em sua maioria, recebidos via sucessão legítima e que administrava diretamente essas fazendas. Por conseguinte, os temas centrais do trabalho estavam dados: as relações sociais de gênero, os estudos sobre memória e curso da vida, além das vicissitudes na gestão das propriedades frente a uma complexa cadeia de negócios em que a participação feminina, assim como em outras áreas do mundo do trabalho, ainda enfrenta diversas formas de resistências.

As teorias de gênero, em especial na Antropologia, permitiram observar com bastante acuidade as diferenças que consolidam a construção do “fazendeiro” e da fazendeira. Os homens, de modo bastante amplo, se beneficiam de um conjunto de valores sociais articulados culturalmente pela “nitidez das características femininas e masculinas” (STRATHERN, 2006, p. 20). No grupo estudado, isso transcorre a partir de um entendimento de homens trabalhadores do meio rural de que, elementarmente, as mulheres possuem capacidades limitadas para administrar propriedades rurais.

Reforça essa premissa a falsa ideia de que o trabalho em fazendas se resume a uma rotina que exige força, destreza e liderança, características historicamente atribuídas aos homens em nossa sociedade. Nesse sentido, foi notável o relato de Maala e Noa, duas de minhas interlocutoras, que, em suas lidas nas fazendas do Pantanal da Nhecolândia, em

décadas anteriores, precisavam dispor de uma performance hegemonicamente masculina para “ter o respeito” necessário diante de peões e capatazes que trabalhavam em suas terras. Essas performances incorporavam o uso de armas de fogo, roupas masculinas, como calças, camisões, botas. Além disso, o uso de instrumentos de trabalho, como laços e chicotes (para a lida com o arisco gado daquela região), também eram uma forma de garantir a “autoridade” necessária, negadas a elas pelo simples fato de serem mulheres, isso tudo diz respeito a uma maneira de negociar e agenciar como os homens lidam com a liderança dessas mulheres. Importante frisar que isso tem como norte principal a marca geracional, onde percebeu-se que o uso de atributos nomeadamente da hegemonia masculina foi usados por essas mulheres com mais idade.

A constatação sobre esses aspectos demonstram que as relações de gênero são arenas de tensão (CONNELL; MESSERSCHIMIDT, 2013) e que o exercício destas masculinidades por mulheres representam arranjos (ou estratégias de enfrentamento) cujo objetivo principal é nivelar, mesmo que precariamente, as assimetrias da diferença sexual que geram desigualdades.

Outro ponto importante para a consecução da pesquisa foi aliar aos conceitos de gênero os estudos sobre memória e envelhecimento. Grande parte do que escutei de minhas interlocutoras diz respeito a experiências passadas (juventude, casamentos, divórcios e viuvez). Esses dados foram produzidos fora de uma trajetória linear (*cronos*), mas dentro de narrativas construídas em um tempo específico, completo em si mesmo, o *kairós* (PASSAMANI, 2015).

O conceito de envelhecimento – da mesma forma que gênero – como uma experiência moldada sob diversos aspectos da vida material e cultural do indivíduo (DEBERT, 1999) ancorou algumas constatações subjacentes nos primórdios da pesquisa: se, para as mulheres mais idosas (em especial Noa e Maala), o artifício encontrado na forma de gerir as fazendas foi o exercício de uma (hiper) masculinidade, para as mulheres mais jovens (Melca e a filha de Tera, além de outros relatos colhidos em depoimentos disponíveis online⁸⁶), a estratégia usada é a qualificação.

Desse modo, os distintos cursos da vida geram diferenças no modo de conduzir as lidas e os negócios relacionados às fazendas. Isso inclui a sucessão patrimonial. Entre as mulheres mais idosas, se fez necessário – à época da divisão da herança – transpor

⁸⁶ Falas obtidas por meio de consulta em sites vinculados ao agronegócio cujo tema orbitava na crescente participação feminina na gestão de propriedades rurais. Parte desses sites foram catalogados nos anexos do presente estudo.

dificuldades que transitavam entre o descrédito com relação à capacidade de gerir os quinhões de terras herdadas e às brigas para não receber os piores quinhões de terras distribuídos entre os herdeiros.

Com as mulheres mais jovens, os desafios são outros. Entre elas, há ainda muitas resistências semelhantes às relatadas pelas interlocutoras mais idosas. Entretanto, as transformações ocorridas no mundo do trabalho, em especial a ascensão de mulheres no meio rural (BRUSCHINI, 2007), garantem às mais jovens possibilidades de enfrentamento às hierarquizações de gênero. Dessas estratégias, as que mais obtiveram destaque foram a qualificação e a extensa rede de apoio, mobilização e “empoderamento⁸⁷” de mulheres que atuam no agronegócio.

Esses dados das interlocutoras me impeliram a frequentar e a observar uma série de eventos que faz parte da rotina de fazendeiras, não só em Mato Grosso do Sul, como no Brasil. Nessa fase da pesquisa, foram levantados dados sobre cursos, leilões de gado, congressos, encontros e um montante significativo de notícias do “agro” em que a participação feminina na gestão dos negócios tem ganho relevo. De leilões de gado, com animais fornecidos exclusivamente por fazendas de propriedade de mulheres, a congressos sobre “empoderamento” feminino frente à gestão dos empreendimentos rurais, há um contingente de informações potencialmente explorável pelo método etnográfico.

As mulheres ainda enfrentam dificuldades nos processos de sucessão legítima pelo simples fato de serem mulheres. Se é bem verdade que esses mesmos processos são caracterizados por contendas familiares, o gênero feminino pode ser um fator que potencializa o descrédito frente aos esforços que devem ser empreendidos na gestão de propriedades rurais. Diversos estudos sobre partilha de bens entre camponeses, agricultores e fazendeiros identificaram, assim como minha pesquisa que, historicamente, cabem às mulheres as piores partes desses espólios.

A performance de alguns tipos de masculinidades é uma estratégia feminina (em especial entre as fazendeiras mais idosas do Pantanal) de subverter as rígidas hierarquias de gênero para gerir as terras e os negócios a elas relacionados. Esta estratégia se dá por meio de uma constante negociação dentro de interações fazendeira-peões/capatazes carregadas de poder, armas de fogo, calças, botas e “voz firme”, que permite a essas mulheres combater desde a insubordinação de funcionários à desonestidade nos negócios cometidas por pessoas que compreendem a capacidade e a iniciativa feminina para os negócios como inferior.

⁸⁷ Utilizo aqui o termo como um conceito êmico, recorrentemente mencionado nas chamadas de eventos e notícias focadas no público feminino do agro.

Há em curso, dentro do agronegócio, um movimento ascensão das mulheres nesse universo, percebido a partir do crescimento exponencial da participação delas na gestão de propriedades rurais em todo o Brasil. Elas estão dispostas a se qualificar, a fim de enfrentar tal empreitada. O que se observou durante a pesquisa foi uma infinidade de cursos e eventos cujo foco principal era assegurar o sucesso das mulheres no ambiente do agronegócio. Porém, esse movimento ainda é tímido ao se considerar a hegemonia masculina, seja a quantidade de proprietários rurais, seja a de executivos que comandam cargos estratégicos do agronegócio.

Contudo, as considerações acima servem mais para demonstrar os limites da etnografia até aqui apresentada do que para validar algumas teorizações. Há de se aprofundar alguns elementos observados no campo e que podem trazer outros elementos sobre as fazendeiras. Entre eles, por exemplo, destacaria as diferenças que certamente devem existir entre as hastas “tradicionais” e os leilões de gado organizados exclusivamente para a participação de mulheres. Há, a meu ver, questões que a pesquisa de campo pode descobrir, como as complexas relações sociais já estudadas por Leal (2014), acrescidas das relações sociais de gênero.

Outro elemento que ainda pode ser explorado são as complexas relações de poder que existem nas entidades vinculadas ao agronegócio. O levantamento realizado para esta pesquisa sugere que os espaços em cargos decisórios e de comando são majoritariamente exercidos por homens. Nas proporções dessa divisão sexual de trabalho, a presença masculina ultrapassa 90% de ocupação.

Dito isso, envolto por marcadores sociais de diferença, principalmente aqui gênero e geração, percebe-se que, para que haja uma inteligibilidade de ser “mulher fazendeira” a frente dos negócios rurais, é preciso demandar de diversas negociações de identidades, seja ela masculinas e/ou femininas. Entendendo “e/ou”, no contexto rural, como um terreno de produção de identidade ambíguo, fluido e não fixo. Por isso, compreende-se que, para as mulheres com mais idades e do Pantanal havia uma maneira de agenciar os rechaços usando de atributos hegemonicamente ditos como masculinos, todavia, para as de menos idade e do Planalto houve uma descontinuidade desses hábitos. Para elas, usar do conhecimento nas capacitações, foi a estratégia mais perspicaz encontrada para legitimar suas presenças no meio rural.

Há, nesse sentido, um processo de descontinuidade do agenciamento de consolidação dessas mulheres no campo rural no que diz respeito ao uso de atributos como força, virilidade, arma de fogo, entre outros, porém, antagonicamente, há uma continuidade na repetição dos

saberes/fazeres dos homens produtores rurais, por exemplo, a capacitação mesma em que lhes foram passadas.

Então, a legitimação dessas mulheres na liderança nos espaços rurais só foi alcançada quando as mesmas cumpriram com uma ordem/norma hegemônica, cujo essa norma tem como legitimador o macho e suas práticas. Isso tudo por um conjunto de fatores (virilidade, força, capacitações, etc.) que legitimaram a presença dessas mulheres fazendeiras. Entende-se essas performances como um produto constantemente reiterado, pois frágil, não natural, ambíguo e performático.

Portanto, o estudo sobre as fazendeiras composto pela minha rede de interlocutoras buscou compreender de que forma elementos tais quais gênero, memória, envelhecimento, sucessão e gestão se constituem como oportunidades ou dificuldades para as mulheres. De modo geral, em todas as instâncias que estas mulheres atuam, sejam elas jovens, sejam idosas, ocorrem resistências ao seu trabalho. Mas ocorrem também protagonismos. É essa complexidade de fatores que mais interessa à Antropologia, pois como dito, *a vida é real e de viés*.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Kátia. O campo me trouxe até aqui. **Conexão Tocantins**, Tocantins, 07 abr. 2019. Disponível em: <https://conexaoto.com.br/2019/02/07/o-campo-me-trouxe-ate-aqui>. Acesso em: 10 mai. 2019.
- ALLEM, A. C.; VALLS, J. F. M. **Recursos forrageiros nativos do Pantanal Mato-Grossense**. Brasília, DF: EMBRAPA-DDT, 1987, 339 p. (EMBRAPA-CENARGEN. Documentos, 8)
- ALMEIDA, Miguel Vale de. Gênero, Masculinidade e Poder. Revendo um caso no sul de Portugal. **Anuário Antropológico**, São Paulo, v. 95, p. 161-190, 1996.
- ANTUNES, Mariana. Existe sororidade no universo agro? **Mulheres em campo**, Jaboticabal/SP, 14 fev. 2018. Disponível em: <http://mulheresemcampo.com.br/noticias/existe-sororidade-no-universo-agro/>. Acesso em: 16 jan. 2018.
- BANDUCCI JÚNIOR, Álvaro. **A Natureza do Pantaneiro**: relações Sociais e representação do mundo no ‘Pantanal da Nhecolândia’. Editora UFMS: Campo Grande, 2007.
- BARBOSA, Eva Faustino da F. de M. A Teoria dos Refúgios e as Evidências Paleoclimáticas do Pantanal Mato-Grossense. **Geofronter**, Campo Grande, n. 1, v. 2, p. 107-135, jan.-jun. de 2016
- BARROS, Abílio L. **Pantanal pioneiros**: álbum gráfico e genealógico de pioneiros na ocupação do Pantanal. Brasília: Senado Federal, 2008.
- BASTOS, Teresa Raquel. 71% das mulheres do agro já se sentiram discriminadas pelo gênero, aponta estudo. **Revista Globo Rural**, São Paulo, 25 out. 2016. Disponível em: <https://revistagloborural.globo.com/Noticias/noticia/2016/10/71-das-mulheres-do-agro-ja-sentiram-discriminadas-pelo-genero-aponta-estudo.html>. Acesso em: 24 abr. 2019.
- BÍBLIA. Português. **A Bíblia de Jerusalém**. São Paulo, 2003.
- BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 2003.
- BRAH, Avtar. Diferença, Diversidade e Diferenciação. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 26, p. 329-376, jan.-jun.2006.

BRASIL. Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 30 nov. 1964. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14504.htm. Acesso em: 20 fev. 2019.

BRITO, Angela Xavier de. **A formação do esprit de Sion**. Revista História da Educação. Porto Alegre, v. 12, n. 26, set./dez. 2008. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/asphe/article/view/29211>. Acesso em: 20 fev. 2019.

BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 537-572, dez. 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742007000300003&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 20 fev. 2019.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, Judith. **Vida precária: el poder del duelo y la violencia**. 1ª ed. 1ª reimp. Buenos Aires: Paidós, 2009.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016

CARNEIRO, Maria José. Ruralidade: novas identidades em construção. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 53-75, out. 1998. Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/135>. Acesso em: 20 mar. 2019.

CARNEIRO, Maria José. "Rural" como categoria de pensamento. **Ruris**, Campinas, v. 2, n. 1, p. 9-38, mar. 2008. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ruris/article/view/661/528>. Acesso em: 20 fev. 2019.

CERASOLI, Ana. In: ACADEMIA de Liderança das Mulheres do Agro é criada. **Abag**, São Paulo, 25 set. 2018. Disponível em: <http://www.abag.com.br/conteudos/interna/academia-lideranca-mulheres>. Acesso em: 20 abr. 2019.

CONNELL, Robert W.; MESSERSCHMIDT, James W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 241-282, mai. 2013. ISSN 1806-9584. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2013000100014>. Acesso em: 07 maio 2019.

DEBERT, Guita Grin. **A Reinvenção da Velhice: socialização e processos de reprivatização do envelhecimento**. São Paulo: FAPESP, 1999.

DEERE, Carmem Diana; LÉON, Magdalena. Diferenças de gênero em relação a bens: a propriedade fundiária na América Latina. **Sociológicas**, Porto Alegre, n. 10, p. 100-153, jul.-dez. 2003.

ECKERT, Cornélia; ROCHA, Ana Luiza Carvalho da. Imagens do tempo nos meandros da memória: por uma etnografia da duração. **Iuminuras**, Porto Alegre, 2000a, v. 1, p. 2-14.

ECKERT, Cornélia; ROCHA, Ana Luiza Carvalho da. Os jogos da memória. **Revista ILHA**, Florianópolis, 2000b, n. 01, p. 71- 84.

EVOLUÇÃO da mulher na pecuária, tradição e inovações fazem parte de leilão na Expoalta. **Plantão News**, Cuiabá, 13 mai. 2015. Disponível em: <http://www.plantaonews.com.br/conteudo/show/secao/45/materia/117198/t/Evolu% E7% E3o+da+mulher+na+pecu% E1ria,+tradi% E7% E3o+e+inova% E7% F5es+fazem+parte+de+leil% E3o+na+Expoalta>. Acesso em: 17 jan. 2019.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

GAVRAS, Douglas. Mulheres ganham espaço no campo e ocupam 30% dos cargos de comando. **Estadão**, São Paulo, 27 jan. 2018. Disponível em: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,mulheres-ganham-espaco-no-campo-e-ocupam-30-dos-cargos-de-comando,70002168154>. Acesso em: 17 jan. 2019.

GEERTZ, Clifford. Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura. In: GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008, p. 03-21.

GIDDENS, A. **As Consequências da Modernidade**. São Paulo: Editora Unesp, 1996.

GOLDMAN, M. Lévi-Strauss e o Sentido da História. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 42, n. 1-2, p. 223-238, 1999.

GOMES, Belkisse Corrêa. **Retrato de mulheres pantaneiras na década de 20 a 40: molduras em educação e gênero**. 1997. Dissertação (Mestrado em Educação) – UFMS, Campo Grande, 1997.

GRIVOT, Débora Cristina Holenbach. Linhas gerais sobre direito sucessório na antiguidade do Egito ao Direito Romano. **Revista da Faculdade de Direito da UFRGS**, Porto Alegre, n.32, p. 118-141, 2014. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/revfacdir/article/view/69422>. Acesso em: 28 mar. 2019.

HALL, Stuart. **Representation: cultural representations and signifying practices**. Londres: Sage Publications, 1997.

HALBERSTAM, Judith. **Female masculinity**. Durham and London: Duke University Press, 1998.

HARAWAY, Donna. Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 5, p. 07-41, 1995. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773>. Acesso em: 17 jan. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Agropecuário 2017: Resultados preliminares mostram queda de 2,0% no número de estabelecimentos e alta de 5%

na área total. **Agência IBGE Notícias.** Disponível em: https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo_agro/resultadosagro/index.html. Acesso em: 08 jul. 2018.

IPESO INSTITUTO DE PESQUISA. **2017:** Todas as mulheres do Agronegócio. São Paulo: ABAG, 2017. Disponível em: <http://www.abag.com.br/media/files/sumario-pesquisa-mulheres-do-agro-2017-compressed.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2019.

LACOMBE, Andrea. De entendidas e sapatonas: socializações lésbicas e masculinidades em um bar do Rio de Janeiro. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 28, p. 207-225, jun. 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332007000100010&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 07 mai. 2019.

LEAL, N.S. “**É de Agronegócio!**”: Circuitos, relações e trocas entre peões de manejo, peões de rodeio e tratadores de gado em feiras agropecuárias. 2008. (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

LEAL, N.S. **Nome aos Bois: Zebus e Zebuzeiros em uma pecuária brasileira de elite.** 2014. (Doutorado em Antropologia Social). – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

MARQUES, Teresa Cristina Novaes; MELO, Hildete Pereira de. A partilha da riqueza na ordem patriarcal. **Anais do XXIX Encontro Nacional de Economia.** Niterói: Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia, 2001. Disponível em: <http://www.anpec.org.br/encontro2001/artigos/200101222.pdf>. Acesso em: 29 mar. 2019.

MCCLINTOCK, Anne. Couro imperial: raça, travestismo e o culto da domesticidade. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 20, p. 7-85, 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332003000100002&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 09 mai. 2019.

MULHER combate machismo e assume gestão de propriedades rurais. **Notícias agrícolas**, Campinas, 25 abr. 2017. Disponível em: <https://www.noticiasagricolas.com.br/noticias/agronegocio/199379-mulher-combate-machismo-e-assume-gestao-de-propriedades-rurais.html#.XMBZPTBKjIU>. Acesso em: 26 nov. 2018.

MULHER também brilha no campo e faz sucesso na criação de gado. **Correio do Estado**, Campo Grande, 7 mar. 2016. Disponível em: <https://www.correiodoestado.com.br/rural/mulher-tambem-brilha-no-campo-empreedora-faz-sucesso-na-criacao-de/272468/>. Acesso em: 17 jan. 2019.

NOGUEIRA, Albana Xavier. **Pantanal:** homem e cultura. Campo Grande: Editora UFMS, 2002.

ORGANIZAÇÃO das mulheres do agro foi surpresa em 2017, avalia Teka Vendramini. **Giro do boi**, São Paulo, 26 jan. 2018. Disponível em: <https://www.girodobo.com.br/videos/organizacao-das-mulheres-do-agro-foi-surpresa-em-2017-avalia-teka-vendramini/>. Acesso em: 17 jan. 2019.

PASSAMANI, Guilherme R. **Batalha de Confete no “Mar de Xarayés”**: condutas homossexuais, envelhecimento e regimes de visibilidade. 2015. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, Brasil.

PASSAMANI, Guilherme R. **Batalha de Confete**: condutas homossexuais, envelhecimento e regimes de visibilidade no Pantanal-Ms. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens, 2018, 252p.

PEDRO, Joana Maria; VENSON, Anamaria Marcon. Memórias como fonte de pesquisa em história e Antropologia. **Revista História Oral**, v. 15, n. 2, 2012, p. 125-139. Disponível em: <http://www.revista.historiaoral.org.br/index.php?journal=rho&page=article&op=view&path%5B%5D=261>. Acesso em: 26 mar. 2019.

PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, história e poder. **Rev. Sociol. Polit.**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782010000200003&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 07 mai. 2019.

PISCITELLI, Adriana. **Joias de Família**: gênero e parentesco em histórias sobre grupos empresariais brasileiros. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.

PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. **Sociedade e Cultura**, v. 11, 2008, p. 263-274. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/fchf/article/view/5247>. Acesso em: 07 mai. 2019.

PRA, Jussara Reis; EPPING, Léa. Cidadania e feminismo no reconhecimento dos direitos humanos das mulheres. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 20, n. 1, p. 33-51, abr. 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2012000100003&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 09 mai. 2019.

RADCLIFFE-BROWN, A. R. **Estrutura e Função na Sociedade Primitiva**. Petrópolis: Editora Vozes, 2013.

SAHLINS, Marshall. **Cultura e razão prática**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003, 231p.

SHAKESPEARE, W. **O Rei Lear**: texto integral. Porto Alegre: L&PM, 2004.

SOBRE o congresso. **Mulheres do agro**, Santo Amaro – SP, 16 abr. 2019. Disponível em: <http://www.mulheresdoagro.com.br/sobre-o-congresso/>. Acesso em: 16 abr. 2019.

STRATHERN, Marilyn. **O Gênero da Dádiva**: problemas com as mulheres e problemas com a sociedade na Melanésia. Tradução André Villalobos. Campinas: Editora UNICAMP, 2006.

SZTOMPKA, P. **A Sociologia da Mudança Social**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

WOORTMANN, Klaas. “Com Parente Não se Neguceja”: o Campesinato Como Ordem Moral. In: ANUÁRIO ANTROPOLÓGICO. Anuário Antropológico 1987. **Revista Anuário Antropológico**, Brasília, DF, v. 12, n. 1, p. 11-73, 1988. Disponível em:

http://www.dan.unb.br/images/pdf/anuario_antropologico/Separatas1987/anuario87_woortmann.pdf. Acesso em: 12 mar. 2019.

VALENTE, A.L.E.F. **Algumas Questões sobre a Polêmica Agronegócio Versus Agricultura Familiar**. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2008.

APÊNDICE A – PERFIL DAS INTERLOCUTORAS

Interlocutora	Idade	Nacionalidade	Local de residência	Raça/Cor	Estado Civil	Profissão	Escolaridade
Maala	77	Brasileira	Campo Grande	Branca	Divorciada	Pecuarista e Professora aposentada	Superior Completo
Noa	72	Brasileira	Campo Grande	Branca	Viúva	Pecuarista e aposentada	Superior Completo
Hegla	81	Brasileira	Campo Grande	Branca	Viúva	Produtora Rural e Aposentada	5ª Série completa
Melca	46	Brasileira	Campo Grande	Branca	Viúva	Pecuarista e Corretora de Imóveis	Superior Completo
Tersa	52	Portuguesa	Campo Grande	Branca	Casada	Agropecuária e Dona de Casa	Nível Médio Completo

APÊNDICE B – PERFIL DO IMÓVEL RURAL E FORMA DE OBTENÇÃO

Interlocutora	Nº de Imóveis	Área Total em Hectares	Localização	Forma de Aquisição	Se considera uma Grande Produtora?	Já vendeu ou permutou alguma fazenda que possuía?
Maala	1	4.700	Rio Negro – Pantanal da Nhecolândia	Sucessão legítima dos pais	Não	Não
Noa	1	4.200	Rio Negro – Pantanal da Nhecolândia	Sucessão legítima dos pais	Não	Não
Hegla	1	80	Distrito de Rochedinho	Sucessão Legítima dos Pais e do Marido	Não	Sim. Dividiu mais de 500 hectares entre os filhos.
Melca	2	1.100	Água Clara	Sucessão Legítima dos Pais e do Marido-	Não	Não
Tersa	3	10.000	Rochedo e Dourados	Compra	Em relação a alguns, sim	Não

APÊNDICE C – ATIVIDADES PRODUTIVAS DESENVOLVIDAS NO IMÓVEL

Maala	Noa	Hegla	Melca	Tersa
Criação de Gado	Criação de Gado	Gado Leiteiro	Criação de Gado	Criação de Gado e Cana-de-açúcar

APÊNDICE D – ENTIDADES REPRESENTATIVAS DO AGRONEGÓCIO

Foram considerados no levantamento todos os membros integrantes de diretorias, conselheiros e colaboradores cujas vagas estavam previstas no Estatuto de cada entidade. Os membros suplentes não foram contabilizados.

Total de Entidades pesquisadas: 20

Total de Cargos em Diretorias, Conselhos deliberativos e fiscais: 279 cargos

Total de Vagas Ocupadas por Homens: 261

Total de Vagas Ocupadas por Mulheres: 18

OBS. Nenhum cargo de Presidência nestas entidades é exercido por mulheres.

ABAG - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE AGRONEGÓCIO

Conselho Diretor: 22 integrantes

HOMENS	MULHERES
21	1

ABBA - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA BATATA

Colaboradores: 27 integrantes

HOMENS	MULHERES
21	6

ABCS - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS CRIADORES DE SUÍNOS

Conselheiros: 05 integrantes

HOMENS	MULHERES
05	0

ABCZ - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS CRIADORES DE ZEBU

Conselheiros: 05 integrantes

HOMENS	MULHERES
05	0

ABIOVE - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INDÚSTRIAS DE ÓLEOS VEGETAIS

Conselheiros: 15 integrantes

HOMENS	MULHERES
14	1

ABRAMILHO - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS PRODUTORES DE MILHO

Conselheiros: 14 integrantes

HOMENS	MULHERES
14	0

ABRASS - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS PRODUTORES DE SEMENTES DE SOJA

Conselheiros: 8 integrantes

HOMENS	MULHERES
8	0

ACRIMAT - ASSOCIAÇÃO DOS CRIADORES DE MATO GROSSO

Conselheiros: 8 integrantes

HOMENS	MULHERES
8	0

ALCOPAR - ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES DE BIOENERGIA DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria: 8 integrantes

HOMENS	MULHERES
8	0

AMPA - ASSOCIAÇÃO MATOGROSSENSE DOS PRODUTORES DE ALGODÃO

Diretoria e Conselho fiscal: 23 integrantes

HOMENS	MULHERES
23	0

ANDEF - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE DEFESA VEGETAL

Corpo Diretivo: 15 integrantes

HOMENS	MULHERES
14	1

APROSMAT - ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES DE SEMENTES DE ALGODÃO

Diretoria: 12 integrantes

HOMENS	MULHERES
11	1

APROSOJA - ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES DE SOJA DE MATO GROSSO DO SUL- MS / FAMASUL

Diretoria: 06 integrantes

HOMENS	MULHERES
5	1

APROSOJA BR - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS PRODUTORES DE SOJA

Diretoria: 23 integrantes

HOMENS	MULHERES
23	0

APROSOJA MT - ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES DE SOJA E MILHO DO ESTADO DE MATO GROSSO

Diretoria: 13 integrantes

HOMENS	MULHERES
12	1

CNC - CONSELHO NACIONAL DO CAFÉ

Diretoria: 11 integrantes

HOMENS	MULHERES
11	1

FAEP - FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria Executiva: 3 integrantes

HOMENS	MULHERES
3	0

FAESP - FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Diretoria Efetiva: 9 integrantes

HOMENS	MULHERES
7	2

ORPLANA - ORGANIZAÇÃO DE PLANTADORES DE CANA DA REGIÃO CENTRO SUL DO BRASIL

Diretoria Executiva: 3 integrantes

HOMENS	MULHERES
3	

SRB - SOCIEDADE RURAL BRASILEIRA

Diretoria: 38 integrantes

HOMENS	MULHERES
35	3

UNICA - UNIÃO DA INDÚSTRIA DE CANA-DE-AÇÚCAR

Diretoria: 3 integrantes

HOMENS	MULHERES
3	0

ANEXO 1 – IMPRENSA REPERCUTE O PERFIL DAS MINISTRAS DA AGRICULTURA

08/02/2019

'Motoserra de ouro' para a Agricultura | Brasil | EL PAÍS Brasil

BRASIL

NOVO GOVERNO >

'Motoserra de ouro' para a Agricultura

Dilma Rousseff escolhe a senadora Kátia Abreu para a pasta
A nomeação levou a protestos dos sem-terra, que ocuparam uma fazenda

TALITA BEDINELLI

São Paulo • 23 DEZ 2014 - 18:23 CET



Kátia Abreu recebe o prêmio Motoserra de Ouro em 2010. GREENPEACE/DIVULGAÇÃO

A escolha da [presidenta Dilma Rousseff](#) para assumir o Ministério da Agricultura não poderia ser mais polêmica. O nome da senadora Kátia Abreu, que já circulava na imprensa nacional como certo para ocupar a pasta há semanas, foi alvo de inúmeros protestos de movimentos ligados à terra e ao meio ambiente.

Abreu é ex-líder do [movimento ruralista no Congresso](#), grupo que reúne deputados e senadores acusados de defender o interesse do agronegócio e de barrar projetos ligados à preservação ambiental e ao avanço da reforma agrária no país.

08/02/2019

Brazil's 'chainsaw queen' takes on environmentalists | Environment | The Guardian

The Guardian



Brazil's 'chainsaw queen' takes on environmentalists

Ambitious politician Kátia Abreu leads agricultural lobby in loosening controls on Amazon deforestation

Jonathan Watts in Brasilia

Mon 5 May 2014 22.20 BST

Outside the political hothouse of Brasilia, there are probably few who can name the head of Brazil's powerful agricultural lobby, yet the woman in question, Kátia Abreu, is rapidly becoming the country's most interesting, important - and dangerous - politician.

The senator and rancher from Tocantins was an influential force in the weakening of Brazil's forest code blamed by many for the recent rise in Amazon deforestation. Her support - in parliament and in an acerbic newspaper column - for more roads through the Amazon, congressional control over demarcation of indigenous reserves, more efficient monocultures and genetically modified "terminator seeds" has earned her the wrath of environmentalists who have called her "Miss Deforestation", "chainsaw queen" and the "face of evil".

Abreu, however, is defiant, saying she is preparing to run for president one day and wants to help Brazil overtake the US as the world's biggest food producer. "Running for president is not a plan - it is fate. I'm getting ready for that, preparing in case it is my destiny," she said in an interview at her office in Brasilia. "Criticism from radical environmentalists is the best form of endorsement. It gives me satisfaction. It shows I am on the right track and playing the right role."

<https://www.theguardian.com/environment/2014/may/05/brazil-chainsaw-queen-katia-abreu-amazon-deforestation#top>

1/3

06/02/2019

Tereza Cristina: a "musa do veneno" coloca de vez o agronegócio no poder - VICE

Mais VICE



A BANCA DE BOLSONARO

Tereza Cristina: a “musa do veneno” coloca de vez o agronegócio no poder

Na série que apresenta os ministros do presidente eleito do Brasil, a VICE conta a história da dona da pasta de Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Por Fernando Cesarotti; ilustrado por Cassio Tisseo | 28 December 2018, 6:39pm

Compartilhe

Tuite

Ilustração: Cassio Tisseo

“**A**gro é tech, agro é tudo, agro é pop”, diz a propaganda institucional veiculada pela maior emissora de TV do país, muitas vezes em horário nobre. Embora contestada **por ambientalistas e defensores da agricultura familiar**, e **por Guilherme Boulos no debate global do primeiro turno**, o fato é que a indústria do agronegócio chegou

https://www.vice.com/pt_br/article/mbyndx/tereza-cristina-a-musa-do-veneno-coloca-de-vez-o-agronegocio-no-poder

1/8

'Musa do veneno', deputada Tereza Cristina recebe doações de empresários ligados a agrotóxicos

Por Daniel Camargos | 26/09/18

Entre os financiadores de campanha da deputada, que é líder da bancada ruralista, estão empresários rurais com interesses na mudança na lei para flexibilizar a aprovação de agrotóxicos – uma das bandeiras da parlamentar.

A deputada federal **Tereza Cristina (DEM-MS)** recebeu doações de executivos diretamente ligados aos **agrotóxicos** na sua campanha de reeleição para o Legislativo. Neste ano, Cristina foi presidente da comissão especial da Câmara dos Deputados que aprovou projeto de lei que facilita a liberação dos agrotóxicos. Além disso, ela comanda a Frente Parlamentar da Agropecuária, a bancada ruralista, a mais coesa e representativa do Congresso com 44% dos deputados e 33% dos senadores.

A atuação de Cristina foi fundamental para o avanço do Projeto de Lei 6299, depois de 16 anos quase parado na Câmara diante da resistência de ambientalistas e especialistas em saúde. A articulação lhe rendeu o apelido de "Musa do Veneno", denominação dada durante o jantar de comemoração da bancada ruralista em um restaurante à beira do lago Paranoá, em Brasília, onde os ruralistas